**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

**O ETHOS DISCURSIVO EM ENTREVISTAS
PUBLICADAS EM VEJA: A DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA
NO CAMPO JORNALÍSTICO**

Simone Ribeiro de Ávila Veloso

**São Paulo
2006**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**O ETHOS DISCURSIVO EM ENTREVISTAS PUBLICADAS EM VEJA: A
DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA NO CAMPO JORNALÍSTICO**

Simone Ribeiro de Ávila Veloso

**Dissertação apresentada
ao Departamento de Letras Clássicas e
Vernáculos da FFLCH da USP com vistas
à obtenção do título de Mestre na área de
Filologia e Língua Portuguesa**

Orientadora: Profa. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo.

*São Paulo
2006*

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, meu marido e meu filho que sempre
me ofereceram imenso companheirismo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família e especialmente à Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo que com muito empenho e dedicação mostrou-me caminhos necessários a serem percorridos nesta trajetória de pesquisa, incluindo aqueles que levam a análises de conceitos oriundos do Círculo de Bakhtin. Agradeço às professoras que contribuíram para a realização deste trabalho: Dra. Helena Nagamine Brandão por ter possibilitado o estudo de importantes conceitos pertinentes à Análise do Discurso francesa, à Dra. Norma Discini de Campos pelas relevantes contribuições relacionadas à Teoria da Enunciação, à Dra. Marli Quadros Leite e Dra. Jacqueline Léon por possibilitar a leitura de variados aspectos teóricos advindos da Análise da Conversação e especialmente à Dra. Maria Cecília Perez Souza e Silva e à Dra. Zilda G. de Oliveira Aquino por suas avaliações durante o exame de qualificação.

Abstract: *This project intends to analyse the scientific vulgarization discourse through interviews published by Veja review. It will be considered the concept of ethos by Dominique Maingueneau according to French Discourse Analyse. The corpus is formed by eleven interviews published between on may 2000 and may 2004. Each of them interviews one scientist. There are eleven different scientific areas into this corpus. The objective is understand the socials representations articulated by the journalist champ and by the interview genre. The category of ethos will be studied inside this genre through definitions enunciates, explanations enunciates, exemplifications enunciates, titles, subtitles and initials paragraphs. The results show the articulation of linguistics strategies like these enunciates to build two éthé: one according to the journalist, constituted by engagement feature, he appears like well informed and mediator subject; another one according to the scientist, constituted by adviser feature, recognized between others scientists. He has an authority voice, regarding his scientific champ.*

Key-words: *Scientific vulgarization, genre, journalism, champ, ethos*

Resumo: *Este projeto pretende analisar o discurso de divulgação científica através de entrevistas publicadas pela revista Veja. Será considerado o conceito de ethos por Dominique Maingueneau de acordo com a Análise do Discurso francesa. O corpus é formado por onze entrevistas com cientistas publicadas entre maio de 2000 e maio de 2004. Há onze diferentes áreas científicas dentro do corpus. O objetivo é compreender as representações sociais articuladas ao campo jornalístico e ao gênero entrevista. A categoria do ethos será estudada dentro deste gênero através de enunciados de definição, explicação e exemplificação, bem como do peritexto e parágrafos iniciais. Os resultados apontam a articulação de estratégias lingüísticas, como a utilização dos referidos enunciados para construção de dois éthé: um em relação ao enunciador jornalista, constituído de traços de comprometimento com leitor, de sujeito bem informado e mediador entre o saber científico e o leitor leigo; outro em relação ao enunciador cientista, constituído de traços de aconselhamento, reconhecido entre seus pares e possuidor de voz de autoridade em relação ao seu campo de atuação.*

Palavras-chave: *Divulgação científica, gênero, jornalismo, campo, ethos*

Sumário

INTRODUÇÃO.....	07
1. ANÁLISE DO DISCURSO: CONCEITOS GERAIS.....	09
1.1 Campo/esfera e gêneros do discurso.....	11
1.1.1 Campo/esfera e suas implicações ao conceito de gênero.....	15
1.1.2 Cenografia e dêixis.....	17
1.2 Ethos: evolução do conceito na obra de Maingueneau.....	19
1.3 Enunciados de definição, explicação e exemplificação.....	23
2. O SABER CIENTÍFICO VOLTADO PARA LEIGOS.....	25
2.1 Breve histórico da divulgação científica no ocidente e no Brasil.....	25
2.2 A divulgação científica na perspectiva do jornalista Wilson da Costa Bueno, pioneiro nessa área.....	32
2.3 Abordagens discursivas de teóricos franceses e brasileiros.....	34
2.4 DC: discurso de reformulação ou formulação de um novo discurso?... ..	41
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNERO ENTREVISTA.....	43
3.1 O espaço jornalístico e representações do gênero entrevista.....	43
3.2 Entrevista: abordagens teóricas do gênero.....	46
3.2.1 Formulações e reformulações em tópicos e subtópicos discursivos.....	49
3.3 Aspectos pertinentes à análise do corpus de entrevista impressa.....	52
4. METODOLOGIA.....	54
5. COMO A VOZ DA CIÊNCIA SE CONSTRÓI NO GÊNERO ENTREVISTA IMPRESSA.....	58
5.1 A imbricação entre discurso jornalístico e cena genérica.....	58
5.2 Cenografia: espaço da enunciação para construção do ethos.....	60
5.2.1 Títulos: a captação pela relação interdiscursiva.....	61
5.2.2 Subtítulos: o DI como modo de citação.....	62
5.3 Segmentos que compõem o parágrafo inicial das entrevistas.....	64
6. PERGUNTAS E RESPOSTAS: UMA INTERLOCUÇÃO QUE CONSTRÓI SABERES....	71
6.1 Traços caracterizadores do par pergunta/resposta.....	71
6.2 Enunciados de definição, explicação e exemplificação.....	76
6.2.1 Enunciados e definição.....	77
6.2.2 Enunciados de explicação e exemplificação.....	83
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Desde o surgimento do *Correio Braziliense* (1808 – 1822) pelas mãos de Hipólito da Costa, até revistas atuais como *Superinteressante* e *Galileu* podemos observar uma crescente presença da divulgação do saber científico direcionado a um público de não especialistas. Tal crescimento parece se sustentar no interesse deste público por este saber. É preciso considerar, entretanto, que foi apenas na segunda metade do século XX que o mercado editorial brasileiro voltado para divulgação científica encontrou clara representatividade através de publicações como a revista *Ciência e Cultura*. Foi a partir deste momento que outras passaram a incluir em suas editorias a divulgação de saberes do campo científico em reportagens, notícias, artigos, notas, etc.

Ao constataremos a importância deste discurso, buscaremos caracterizá-lo como uma prática discursiva que permeia vários gêneros, dentre eles a entrevista impressa. Tal caracterização deve supor as coerções próprias do campo jornalístico, bem como institucional que delimitam posições discursivas em relação aos interlocutores dentro da cena de enunciação. Destacamos duas perguntas que nortearão as análises: 1) Qual o modo de transmissão dos saberes científicos na mídia impressa voltada ao público de não especialistas? e 2) Como os *ethé* do enunciador-jornalista e do enunciador-cientista são construídos no gênero entrevista impressa das páginas amarelas da revista *Veja*?

Nossa meta será compreender alguns mecanismos discursivos utilizados pelos interlocutores em cena para articular a divulgação do saber científico, dentre eles a constituição de *enunciados de definição*, *de explicação* e *de exemplificação*, que demonstram ter como objetivo a captação de um público cuja inteligibilidade do discurso permita constituí-lo consumidor do produto “entrevista impressa das páginas amarelas”. Tal constituição pressupõe a axiologização de certos temas e consequentemente de saberes pertinentes a algumas áreas científicas em detrimento de outros. Em outras palavras, a frequência de abordagens temáticas pode explicitar valores relacionados a segmentos sociais que constituem o público leitor.

Subjaz à articulação destes enunciados, escolhas lexicais, modos de formulação de perguntas e presença de termos de áreas científicas, cujas formulações discursivas adotadas para torná-los compreensíveis aos olhos do leitor, denunciam a imagem do enunciador (jornalista / cientista) que se circunscreve nas entrevistas. Neste jogo de constituição do saber de divulgação científica, existe uma importante questão a ser focalizada: trata-se da construção da credibilidade perante o leitor, ou seja, a formulação de um *ethos* capaz de se

auto-afirmar como digno de autoridade pelo conhecimento que o cientista demonstra ter adquirido, bem como através da imagem de respeitabilidade gerada em torno de sua figura.

Para viabilizar as análises, foram encontradas 49 entrevistas publicadas entre maio de 2000 e maio de 2004 que formam o *corpus maximal*. Dividem-se em 11 áreas científicas. Para cada uma destas áreas foi escolhida uma entrevista. Estas onze entrevistas compõem o *corpus delimitado*, cujos critérios para formação encontram-se no capítulo de metodologia. Em seguida, definimos o *corpus elaborado* constituído por elementos composicionais, como título, subtítulo, o parágrafo inicial, o próprio jogo de perguntas e respostas, bem como enunciados de definição, explicação e de exemplificação.

O primeiro capítulo tem como enfoque aspectos teóricos da Análise do Discurso francesa. Para tanto, observaremos convergências e divergências teóricas entre a AD e o Círculo de Bakhtin, já apontadas por Gregolim (2006) e Fiorin (2006). Serão destacados traços caracterizadores de *gênero discursivo* de acordo com Dominique Maingueneau. Ainda neste capítulo, será articulada a noção de campo/esfera à de gênero discursivo, ótica de análise proposta por Grillo (2006). Na sequência, relacionaremos o conceito de cenografia. Constitutivo deste conceito, a categoria do ethos será focalizada em seu aspecto evolutivo, na obra de Maingueneau. Por último, determinaremos limites conceituais para as categorias descritivas aqui presentes.

O segundo capítulo considerará traços constitutivos do discurso de divulgação científica (DC), bem como destacará momentos históricos constitutivos deste saber. Aspecto importante será a observação do quadro conceitual de Wilson da Costa Bueno acerca da distinção entre jornalismo científico, divulgação científica e disseminação científica. Abordagens discursivas de teóricos brasileiros e estrangeiros, em especial franceses, também serão focalizadas, na sequência.

Considerações sobre o gênero entrevista aparecem no terceiro capítulo, tanto oriundas de representações do campo jornalístico quanto constitutivas de abordagens de teóricos da Análise do Discurso, da Análise da Conversação e Teoria da Enunciação. O quarto capítulo, o da Metodologia, traz os limites que definem os contornos do corpus maximal, delimitado e elaborado. Análises pertinentes ao parágrafo inicial das entrevistas e elementos peritextuais encontram-se no quinto capítulo. Na sequência, temos as análises dos enunciados de definição, explicação e exemplificação articuladas ao par pergunta/resposta, bem como às categorias do ethos e da cenografia.

1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O capítulo propõe, primeiramente, observar aspectos teóricos advindos do círculo de Bakhtin e que ganham uma dimensão específica no quadro conceitual da AD pelas mãos de Dominique Maingueneau. Para tanto, veremos, através de Gregolim (2006), pontos convergentes e divergentes entre estas teorias, e, por meio de Fiorin (2006), o mapeamento dos conceitos de interdiscursividade e intertextualidade, que explicitam o diálogo entre discursos e textos já previstos no dialogismo bakhtiniano. Em seguida, o conceito de campo/esfera será observado, bem como suas implicações para a constituição do gênero discursivo, cuja existência enquanto categoria conceitual deve ser definida segundo critérios da AD, em especial aqueles articulados por Maingueneau em sua obra. Por fim, *cenografia* e *ethos discursivo* serão as duas outras noções relacionadas, bem como três categorias descritivas: enunciados de definição, explicação e exemplificação articuladas às cenas de enunciação apresentadas, mas, principalmente, como instrumento para caracterização das *ethé* do entrevistado e entrevistador no corpus de entrevista impressa.

1. Análise do Discurso: conceitos gerais

O discurso, enquanto fenômeno enunciativo, passa a ser analisado mais sistematicamente nos anos sessenta, por exemplo, com Émile Benveniste (1966) e Roman Jakobson (1963). O primeiro investiga os dêiticos como elementos identificadores de actantes, tempo e espaço. O segundo analisa os elementos de comunicação e posteriormente o papel dos embreantes, identificadores de tempo, lugar e pessoa. Ao definir “discurso” *como toda enunciação que supõe um locutor que se apresenta com a intenção de influenciar um ouvinte* (Benveniste, 1976, 267), Benveniste evidencia a necessidade de uma abordagem lingüística que focalize, não a língua enquanto sistema abstrato, dentro das concepções estruturalistas, mas em seus variados usos. Dentre as diversas vertentes teóricas que se preocupam com este enfoque, optamos pela Análise do Discurso de linha francesa (AD) que nasce em um período marcado pela busca de interpretações de fatos sociais e políticos.

Entretanto, é importante destacar que a base teórica a ser utilizada aqui não mobilizará conceitos como o de *formação discursiva*, tendo em vista a não definição de discursos dentro de limites “homogêneos”, como *o* discurso científico ou *o* discurso comunista, etc. Consideraremos conceitos teóricos como o de tipo de discurso, gênero discursivo, cenografia e ethos, dentro da obra de Dominique Maingueneau, bem como destacaremos três categorias descritivas, articuladas a tais conceitos: enunciados de definição, explicação e exemplificação. Trata-se de conceitos que

movimentam concepções teóricas do círculo de Bakhtin, tendo em vista sua recepção no final dos anos 1970 e início de 1980.

Em relação a esta recepção, é importante pontuar o que Gregolim (2006) chama de *pontos de divergência e convergência* entre a Análise do Discurso de Pêcheux e concepções teóricas do círculo de Bakhtin uma vez que, como veremos, noções bakhtinianas como heterogeneidade e interdiscursividade passam a fazer parte do conjunto teórico da AD, segundo a autora, a partir de textos publicados após 1978. A mesma evidencia dois pontos de discordância de Pêcheux em relação às teorias do círculo, destacados no início dos anos 1970: um diz respeito à crítica bakhtiniana ao *objetivismo abstrato* de Saussure, por entender que este tenha mostrado a complexidade da língua, entendendo-a como sistema de signos e instituição social; o outro ponto seria a inserção de concepções marxistas que, para Pêcheux, caracterizaria um *sociologismo*.

Sobre os pontos de convergência teóricos, Gregolim afirma que, a partir de 1978, passa a haver um período de autocríticas e com ela a inserção de noções bakhtinianas como heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva, através de J. Authier-Revuz (esta uma teórica da enunciação); a ampliação das relações entre discurso e história por meio de leituras propostas por Foucault; e a necessidade de considerar o discurso cotidiano, que seria chamado pelo próprio Pêcheux de *registro do ordinário do sentido*.

Fiorin (2006) articula o conceito de *interdiscurso* ao de *dialogismo* do círculo de Bakhtin, compreendendo-o não como interação face-a-face, mas como uma *relação entre discursos*, marcada por um caráter constitutivo por incorporar diferentes vozes no interior do discurso. O autor aponta duas maneiras de realizar esta incorporação, de acordo com concepções do círculo: uma em que o discurso do outro é abertamente citado, identificado nas formas de discurso direto e indireto e outra em que o mesmo ocorre internamente dialogizado, através de formas composicionais como a paródia, estilização, polêmica velada ou clara e discurso indireto livre.

Fiorin chama de *interdiscursividade* toda relação dialógica e de *intertextualidade* o caso em que a relação discursiva é materializada em textos, portanto, um modo particular de interdiscursividade, que pode ocorrer *dentro do texto*, quando duas vozes se acham em seu interior, ou entre textos, quando há uma relação dialógica com outro texto já constituído.

Em *L'Analyse du discours*, Maingueneau (1991) constata que AD oscila entre uma versão *fraca* e outra *forte* do conceito de interdiscursividade. A primeira admitiria a importância dos traços de heterogeneidade, mas mantendo a relativa autonomia sobre o interdiscurso. A segunda refutaria a oposição de maneira imediata entre o interior e exterior discursivo. O autor deixa claro que Bakhtin não é de forma alguma precursor da AD, entretanto, observa que as pesquisas do

círculo trazem um conjunto de idéias relacionadas como *polifonia*, *interação* que podem ser exploradas em múltiplas direções.

Alguns destes conceitos bakhtinianos aparecem articulados por Dominique Maingueneau, como o de *economia cognitiva* (Maingueneau, 2002, p.63) possibilitada pelo domínio de vários gêneros, é mobilizado através do argumento presente em *Estética da Criação Verbal*:

Aprendemos a moldar nossa fala pelas formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos logo, desde as primeiras palavras, descobrir seu gênero, adivinhar seu volume, a estrutura composicional usada, prever o final, em outras palavras, desde o início somos sensíveis ao todo discursivo [...] (Bakhtin, 2003, p. 283)

Considerando a existência de diferenças teóricas previstas relacionadas ao estudo de gênero entre a AD e o círculo de Bakhtin, destacaremos aspectos teóricos que caracterizam tal concepção de acordo com a primeira ótica, em especial, na obra de Maingueneau. Com relação ao que *não* deve ser considerado foco de estudo da AD, o autor, em *Novas tendências em Análise do Discurso*, publicada originalmente em 1987, explica por que conversas populares cotidianas não devem se constituir objeto da AD uma vez que apenas serão relacionados textos produzidos: “(...) no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação; - nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc.; - que delimitam um espaço próprio no exterior de um interdiscurso limitado(...). (Maingueneau, 1997, p. 14).

1.1 Campo/esfera e gêneros do discurso

Se considerarmos o conceito de *discurso* dentro do âmbito da AD, observaremos que se trata de um ponto de encontro entre o lingüístico e o social, dada a presença da enunciação como elemento formador do interdiscurso, que produz ecos dentro do discurso provocando o que chamamos de intradiscurso. Ou seja, vale a concepção bakhtiniana que evidencia a impossibilidade do caráter monológico da linguagem, tendo em vista que o próprio interdiscurso, constitutivo do próprio discurso, é marcado pelo diálogo entre discursos, conforme Fiorin (2006). Ou do conceito de sujeito dentro da visão do subjetivismo individualista que concebia o estilo como algo imanente ao homem. Por outro lado, a despeito da não aceitação integral das leis que governam o conjunto teórico do objetivismo abstrato, há que se considerar as coerções da língua dentro dos variados campos de conhecimento humano. Para tanto, tentaremos pontuar conceitos da AD pertinentes às noções de tipos e gêneros discursivos, relacionando-os às contribuições conceituais do sociólogo Pierre Bourdieu, que, através do conceito de *refração* de um campo, explica o grau de autonomia deste em relação às imposições externas (Bourdieu, 2004, p. 22).

Maingueneau articula o conceito de *campo* ao de *tipo de discurso*, pontuando uma gama de gêneros passíveis de circulação em cada um deles (Maingueneau, 2002). Para explicar o conceito de *tipo de discurso*, o autor o associa aos vastos *setores de atividade social*, por exemplo, o midiático, que envolveria o televisivo, o radiofônico e o da imprensa escrita. O que determinaria o tipo de discurso seria sua funcionalidade *social* ou da *linguagem*, com limites difusos entre ambos (Maingueneau, 2002). Vemos, neste aspecto, uma aproximação entre tal conceito ao de campo de atividade humana, em que haveria um repertório de gêneros do discurso (Bakhtin, 2003). Maingueneau chama gênero de *categoria de discurso* cuja variedade de textos se apoiaria em critérios heterogêneos: *romance sentimental* remeteria a um conteúdo sentimental; *narrativa*, a um modo de organização textual; *jornal*, ao caráter periódico da publicação; *soneto* a uma certa disposição dos versos de um poema...(Maingueneau, 2002,p. 59). Percebemos que os contornos que definem o *gênero*, dentro da ótica de Maingueneau, também consideram o aspecto *temático* constitutivo de *alguns* gêneros, entendendo-o como *conteúdo* desenvolvido, estrutura composicional, compreendendo-a como organização textual, estilística, como veremos na categoria conceitual do *ethos* e de elementos do contexto de produção e recepção como a periodicidade da publicação. É preciso observar que Bakhtin (1979/2003) considera conteúdo temático, estilo e construção composicional elementos ligados no todo do enunciado estável, denominado por ele de *gênero discursivo*.

Em texto de apresentação, Maingueneau (1995) explicita a necessidade de uma abordagem do discurso a partir de um ponto de vista multidisciplinar, uma vez que o considera um *modo de interação em situações socioculturais muito complexas*. O discurso seria apreendido como atividade relacionada a um *gênero*, como *instituição discursiva*. Segundo o autor, a AD considera o discurso como uma imbricação entre o modo de enunciação, o lugar social determinado e o campo discursivo.

Em *L'Analyse des discours constitutants*, Maingueneau (1995) faz referência a um tipo de discurso fundador, chamado *constituente*. Este atribuiria à obra a mesma função de uma produção simbólica de uma sociedade, chamada de *archéion*, cujo sentido etimológico corresponde ao latim *archivum*. Este associa o discurso a um corpus de enunciadores consagrados e a uma elaboração da memória. Como exemplo, aponta o discurso religioso, científico, filosófico, literário, jurídico que garantiriam os múltiplos gêneros do discurso. Tais discursos constituintes possuiriam um status singular: põem em jogo regras constituintes que dizem respeito a outros discursos. Para Maingueneau, é possível estudar esta constituição conforme três dimensões:

- A constituição do discurso como ação no processo de formação do interdiscurso.

- Os modos de organização, coesão discursiva, a disposição de elementos textuais.
- O estabelecimento de um discurso que serve de norma e garante os comportamentos de uma coletividade. Os discursos constituintes pretendem delimitar, com efeito, o lugar comum da coletividade, o espaço que engloba a infinidade de lugares comuns que eles circulam.

(Maingueneau, 1995, p. 113)

Os discursos constituintes representariam um mundo, mas suas enunciações seriam partes inerentes a este mundo que eles representam, uma vez que não se apresentam “livres” das coerções que formam as atividades enunciativas. O autor determina tais discursos como “espaços de conflito entre diversos posicionamentos”. Por *posicionamento* compreende uma relação entre a enunciação e as diversas identidades enunciativas que se definem umas nas outras em *comunidades discursivas* que compartilham juntas ritos e normas. Estas seriam “divididas” em dois grupos: os que gerenciam e os que produzem os discursos. O posicionamento seria uma imbricação entre um modo de organização social e um modo de existência dos textos.

Observamos que o conceito de *discurso constituinte* encontra uma correlação com os campos *nos* quais e *pelos* quais se realiza: científico, religioso, etc. Determinam o que Fiorin chama de interdiscursividade, ou seja, o diálogo entre discursos. Ao compreendê-lo como parte inerente às comunidades discursivas, torna-se possível identificar traços sócio-discursivos caracterizadores.

Em outra obra intitulada *Novas Tendências em Análise do Discurso*, o autor distingue três tipos de sujeitos: *o lingüístico*, elemento pressuposto na cena enunciativa; *o genérico*, uma vez que o sujeito não seria interpelado sob uma forma universal do sujeito da enunciação, mas em um certo número de lugares enunciativos que fazem com que uma seqüência discursiva seja uma alocução, um sermão, segundo concepção de Marandin (1981,41) e o sujeito da *formação discursiva*. Para Maingueneau, os enunciados são amostras de um certo gênero de discurso, que presume um *contrato* específico pelo ritual que define (Maingueneau, 1997). Tal contrato implicaria condições de diferentes ordens: ***comunicacional*** – a transmissão escrita em revista destinada a ser lida semanalmente, ou seja, a cada gênero, associam-se momentos e lugares de enunciação que legitimariam sua existência; ***estatutária***: o gênero funcionaria como terceiro elemento que garantiria esta mesma legitimidade, através do estatuto que o enunciador genérico assume, bem como aquele que seu co-enunciador deve assumir. Maingueneau, nesta mesma obra, faz uso do argumento de Pierre Bourdieu (1975, 187) que defende a autoridade relacionada à enunciação, ou seja, segundo o sociólogo, o discurso só será autorizado se for reconhecido como tal.

Além das ordens comunicacional e estatutária, o autor considera sua ***finalidade reconhecida***, ou seja, todo gênero teria como “meta” provocar uma modificação da situação da

qual participa. Tal finalidade determinará o comportamento do destinatário de acordo com o gênero de discurso utilizado (Maingueneau, 2002).

Quanto à temporalidade de um gênero, define alguns eixos, como: a *periodicidade* – cada gênero prevê um certo período de realização: um curso, um telejornal, etc.; *uma duração de encadeamento*, ou seja, a duração de realização de um gênero; *continuidade* – um romance requer interrupções, o que não ocorre com a piada e *validade presumida* – a revista teria um prazo de validade de uma semana, por exemplo.

O suporte material para Maingueneau (2002) é um elemento integrante do gênero. A dimensão *midológica*, segundo o autor, pode provocar uma modificação radical no gênero. Ou seja, o modo de existência do gênero determina diferentes recepções, fato que possibilita diferentes interpretações de seus respectivos co-enunciadores. Neste aspecto, Maingueneau parece focalizar uma questão eminentemente atual, tendo em vista os avanços tecnológicos no campo midiático, com a inserção cada vez maior de meios de comunicação, como internet e demais meios eletrônicos, televisivos, radiofônicos e impressos.

No capítulo intitulado *Mídium e gêneros do discurso*, Maingueneau (2006), ao estabelecer uma primeira distinção entre enunciados *orais* e *gráficos*, evidencia o caráter de *auto-suficiência* destes através de um sistema de referências intratextual, uma vez que o co-enunciador não se acha no mesmo entorno físico que o enunciador. O surgimento da imprensa, segundo ele, aumentou os efeitos da escrita, pois permite a interrupção da leitura e a não necessidade de memorização, em especial de textos literários. A palavra escrita determinaria uma primeira clivagem entre os que sabem ler e os que não sabem, bem como permite a circulação do texto longe de sua fonte e encontrar públicos imprevisíveis (2006:219). A invariabilidade do caractere tipográfico suscitaria a universalização do discurso, através do livro impresso, que encarna, segundo o autor, as exigências impostas por sua fabricação, convertendo-se em objeto racional.

Maingueneau (2006) define *gênero* como *dispositivo comunicacional sócio-historicamente definido*. O autor destaca que a categorização dos gêneros pode ocorrer de acordo com critérios situacionais. O estudo do gênero partiria da Antigüidade alimentando-se de duas tradições aristotélicas: a *poética* e a *retórica*. Esta reuniria gêneros do “judiciário”, “deliberativo” e “epidítico”. Entretanto, com o seu declínio, os gêneros e subgêneros da literatura passariam para o primeiro plano.

Nesta mesma obra, o autor aponta a distinção entre *gêneros instituídos* e *gêneros conversacionais*. A temática e a composição destes seguiriam roteiros e papéis (ver metáforas abaixo) relativamente estáveis, uma vez que estariam sob influência de coerções *locais* e de *estratégias de ajuste e de negociação entre os interlocutores que a ele se impõem* (2006:238).

Aqueles reúnem gêneros denominados *rotineiros* e *autorais*. Os primeiros englobariam gêneros que circulam em revistas, rádio, televisão e jornal, por exemplo, cuja estabilização seguiria coerções ligadas a uma atividade verbal desenvolvida numa situação social determinada. Os autorais ocorreriam em discursos como: o literário, religioso, político, etc., nos quais atribuem *rótulos* a uma obra para direcionar sua recepção.

Entretanto, Maingueneau (2006) parece considerar mais produtivo distinguir quatro *tipos* de genericidade instituída a partir da relação entre *cena genérica* e *cenografia* (ver seção 1.1.2):

- *Gêneros instituídos tipo 1*: trata-se de gêneros instituídos que não admitem variações ou admitem apenas umas poucas. Os participantes obedecem estritamente às coerções desses gêneros: carta comercial, guia telefônico (...) Caracterizam-se por fórmulas e esquemas composicionais preestabelecidos (...)
- *Gêneros instituídos tipo 2*: trata-se de gêneros no âmbito dos quais os locutores produzem textos individualizados, porém sujeitos a normas formais que definem o conjunto de parâmetros do ato comunicacional: telejornal, *fait divers*, (...) Seguem uma cenografia preferencial, esperada, tolerando contudo desvios comuns (...)
- *Gêneros instituídos tipo 3*: não há para esses gêneros (propaganda, canções, programas de televisão...) uma cenografia preferencial (...)
- *Gêneros instituídos tipo 4*: trata-se dos gêneros autorais propriamente ditos (...) são por natureza “não-saturados”, gêneros cuja cena genérica caracteriza-se por uma incompletude constitutiva (...)

(Maingueneau, 2006, p. 241)

Outro aspecto do gênero seria a organização textual, que caberia à lingüística textual estudar, segundo Maingueneau (2002). Não apenas frases constituintes, mas também modos de encadeamento de partes maiores. Haveria desde formas binárias como os provérbios, até mais rígidas como uma dissertação e flexíveis como uma conversa em família.

O autor caracteriza os gêneros de discurso através de metáforas emprestadas de três domínios: o jurídico (contrato), teatral (papel) e lúdico (jogo). De acordo com o primeiro, valeriam as normas de cooperação do discurso, regras mutuamente conhecidas e sanções previstas caso haja transgressão; *o papel* implicaria a existência de parceiros sob a ótica de uma condição determinada social, histórica e culturalmente. Já a metáfora do jogo cruzaria as duas anteriores, uma vez que articularia regras a um certo número de participantes. Segundo Maingueneau, tais regras podem até ser “quebradas”, pois haveria zonas de variação entre os gêneros, dada a possibilidade de mudanças genéricas.

1.1.1 Campo/esfera e suas implicações ao conceito de gênero

O enfoque sociológico da linguagem, considerado pelo círculo de Bakhtin e pela sociologia de Pierre Bourdieu, parece colocar a noção de *campo* como uma força de coerção, constituinte do discurso. Sem avaliar com exatidão as diferenças entre significação da palavra e o

caráter ideológico da mesma, dentro dos diversos campos, Pierre Bourdieu, utilizando-se de um enfoque sociológico, acredita que não faz sentido relacionar diretamente uma produção cultural ao contexto social (Bourdieu, 2004, p. 21):

Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois pólos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. (Bourdieu, 2004, p. 20)

Se a visão marxista da linguagem defende a interação social como realidade constitutiva da linguagem, destacando o caráter ideológico do signo nas diversas esferas de atividades humanas, Bourdieu as define como um *espaço relativamente autônomo...dotado de suas leis próprias* capaz de refratar a realidade infra-estrutural de acordo com tais leis. Esta refração determinaria graus de autonomia em relação a tal realidade (Bourdieu, 2004, p. 21). Portanto, não haveria uma relação imediata entre realidade contextual e linguagem. Entre ambas teríamos o “filtro” do campo ideológico, evidenciando não segmentos de realidade, mas *a realidade* criada languageiramente de acordo com aspectos valorativos. Dentro de cada campo, teríamos *gêneros* específicos que devem contribuir para a manutenção desta autonomia.

Ao observar as especificidades próprias do conceito de campo/esfera na obra do círculo de Bakhtin e do sociólogo Pierre Bourdieu, Grillo (2006) destaca a capacidade de cada gênero possuir um modo de conceber a realidade, bem como proporcionar certa previsibilidade temática para os mesmos. Cada campo (jornalístico, literário, científico, etc.) construiria sentidos que possibilitam a expressão de um posicionamento axiológico do enunciador que fala de algum lugar institucional. O jornalista privilegiaria a difusão de fatos que sejam de interesse coletivo, o poeta buscaria formas e conceitos artísticos para romper a tradição literária e se destacar entre os demais desta esfera; o cientista estabeleceria um diálogo constante entre conceitos já estudados entre seus pares a fim de relacioná-los a uma nova rede de saberes.

Segundo a autora, o conceito de *campo* na obra do círculo de Bakhtin pressupõe um modo próprio de refração da realidade social e pode ser compreendida como um nível específico de coerções que, a despeito de não desconsiderar a influência da instância socioeconômica, constitui as produções ideológicas segundo a lógica particular de cada esfera/ campo (2006: 143). Com relação do conceito de campo em Bourdieu, Grillo também o identifica como um espaço social

capaz de refratar, traduzir ou transformar as demandas externas, em especial as de base socioeconômicas (2006:148).

Cada campo seria constituído por quatro tipos de coerções que condicionam as posições de seus agentes: o *habitus* (disposições incorporadas sob a forma de modos de agir, de preferências e da compreensão das “regras do jogo”); o *capital simbólico* (decorrente da posição ocupada no campo e do reconhecimento dos pares); o *capital econômico* (proveniente da renda e da herança) e as possibilidade e impossibilidades oferecidas por um campo a seus agentes, segundo as disposições por ele incorporadas (2006:149).

1.1.2 Cenografia e dêixis

Com relação às referidas especificidades de cada gênero, destacamos alguns importantes conceitos pontuados por Maingueneau (2002) e que se relacionam com a ordem estatutária anteriormente articulada ao conceito de *legitimidade enunciativa* destacada por Bourdieu (1975): a) uma finalidade reconhecida; b) o estatuto de parceiros legítimos e c) o lugar e o momento legítimos. Baseando-se certamente na teoria dos atos de fala de Austin, tais conceitos reafirmam a vinculação do gênero ao seu efetivo uso, evidenciando o discurso como uma prática. Entendemos que existem variados níveis de refração dentro do discurso: o da língua, do tipo de discurso, que determina gênero discursivo, e do próprio gênero, estes dois últimos vinculados às esferas de atividades humanas. É preciso ressaltar que ao lado das coerções próprias de cada um destes níveis, poderá haver, em variados níveis, “forças resistentes” a cada refração apresentada, que poderão se constituir “forças renovadoras” do discurso.

É neste momento que devemos observar as três cenas de enunciação propostas por Maingueneau (1987/1997): a *cena englobante*, relacionada ao tipo de discurso, a *cena genérica*, relacionada ao gênero discursivo que define o *espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido*, (ou seja, uma cena de enunciação que o legitime) e *cenografia* que pode corroborar a cena genérica ou adotar uma “postura” diferenciada.

De acordo com Maingueneau (2002) cenografia é a cena de enunciação que legitima (ou não) o discurso. Tratar-se-ia de um processo de *enlaçamento paradoxal* que supõe uma situação de enunciação que vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação. Ou seja, o que o texto diz, deve ser validado pela cena.

Qual a relação entre *gênero* e *cenografia*, de acordo com Maingueneau? Primeiramente, a escolha do tipo de discurso pode favorecer (ou não) a previsão da cenografia que será mobilizada. O discurso publicitário talvez não permita tal previsibilidade, no entanto, o jornalístico seja mais

suscetível a ela, tendo em vista as coerções do campo no qual se constitui. O mesmo ocorre com os gêneros que pode, segundo o autor, inspirar cenografia que se afastem de modelos preestabelecidos, tendo em vista o co-enunciador inscrito no texto. O mesmo distribui os gêneros numa linha contínua que teria dois pólos extremos:

- de um lado, os gêneros, pouco numerosos, que se limitam ao cumprimento de sua cena genérica, não sendo suscetíveis de adotar cenografias variadas (cf. a lista telefônica, as receitas médicas, etc.);
- de outro, os gêneros que, por natureza, exigem a escolha de uma cenografia: é o caso dos gêneros publicitários, literários, filosóficos, etc (Maingueneau, 2002,p.89)

Entre estes dois pólos haveria os gêneros suscetíveis de cenografias variadas, mas que acabam apenas cumprindo com sua cena genérica habitual. Tal variabilidade aparece marcada pelo autor em função da finalidade do gênero.

Com relação à dêixis, esta definiria as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação (Maingueneau, 1997). Será através destas coordenadas que poderemos distinguir: locutor, destinatário, cronografia e topografia, ou seja, enunciador, co-enunciador, momento da enunciação e lugar da enunciação.

Maingueneau (2006) considera *situação de comunicação* o processo de comunicação relacionado a um ponto de vista sociológico e de certo modo “do exterior” e *cena de enunciação* como um processo “do interior”, mediante a situação que a fala pretende definir. Para o autor, a noção de “cenografia” adiciona ao caráter teatral de “cena” a dimensão da *grafia*, fato remete a um processo fundador, à inscrição legitimadora de um texto, em sua dupla relação com a memória de uma enunciação que se situa na filiação de outras enunciações e que reivindicam um certo tipo de reemprego (2006:253). A grafia seria a um só tempo quadro e processo, a origem do discurso e o que ele engendra, legitimando-o.

Também em *L'Analyse des discours constitutants*, Maingueneau (1995) mostra que o discurso implica um enunciador e um co-enunciador, um lugar e um momento de enunciação que validam o instante e que permitem os seus posicionamentos discursivos. A cenografia será a cena que permitirá esta validação. Em *L'énonciation philosophique comme institution discursive*, o autor estabelece critérios para caracterização de uma cenografia:

- Índices textuais variados através dos quais o texto mostra a cenografia possível;
- Indicação de elementos paratextuais: título, a menção de um gênero, um prefácio de autor...;
- A elaboração explícita onde o texto se esforça em validar a relação enunciativa que pretende instaurar. (Maingueneau, 1995, p.55)

Vejamos agora a categoria do *ethos* articulada à cenografia.

1.2 *Ethos*: evolução do conceito na obra de Maingueneau

Maingueneau busca na retórica aristotélica o conceito de *ethos*, definido como *a imagem que o orador pretende dar de si mesmo*, não pelo que afirma acerca de suas qualidades supostamente positivas, mas pelo *modo e tom de voz* expressos. Ao analisarmos a retórica clássica, poderíamos talvez afirmar que Aristóteles traça um “esboço” de uma teoria enunciativa, ao dividir tal retórica em três partes: *inventio*, *dispositio* e *elocutio*. A primeira subdividida em *ethos*, *pathos* e *logos*. Observando o conceito acima de *ethos*, este estaria relacionado a uma *corporalidade*, *modos de existência discursiva do enunciador*, sujeito que assume determinada (s) posição (ões) ideológicas e que produz o discurso a partir de algum lugar institucional. O modo de recebimento do discurso, por parte do auditório, caracterizaria o *pathos*. As provas (temas) que contribuiriam para gerar credibilidade ao orador seriam constituídas pelo *logos*. A segunda parte analisada (*dispositio*) corresponderia ao encadeamento de tais provas, segundo objetivos definidos. Já o termo *elocutio* representaria a verbalização do pensamento.

O objetivo aqui é tentar traçar um quadro de evolução teórica do conceito de *ethos* dentro do conjunto de algumas das principais obras de Maingueneau, identificando prováveis pontos teóricos de afinidade aos conceitos acima expostos. É possível perceber ecos de influência da teoria de Benveniste dentro de concepções teóricas apresentadas por este autor e que de início contribuirão para a definição das vozes presentes no discurso e conseqüentemente a delimitação dos papéis discursivos relacionados aos actantes. Dentre elas, reafirma o uso dos pronomes pessoais como embreantes capazes de converter a língua em discurso. Pontua também as características do discurso direto e do discurso indireto, buscando evidenciar limites entre a fala dos interlocutores (Maingueneau, 1981, p. 14). Este enfoque lingüístico constituir-se-á importante instrumento de delimitação de vozes dentro do discurso, pois, ao identificarmos a alteridade da fala, torna-se possível avaliarmos o perfil do enunciador e conseqüentemente identificarmos com maior clareza a imagem transmitida por ele através de seu *modo de dizer*.

Cinco anos após, Maingueneau (1986) retoma o conceito de *sujeito* em Ducrot, caracterizado pela distinção entre locutor λ e locutor L: o primeiro definido como ser no mundo e o segundo, como elemento criado discursivamente. Com o propósito de analisar elementos de lingüística para o texto literário, relaciona o primeiro à figura do escritor, como “sujeito falante” e o segundo, a do autor, como “instância que o texto coloca como o responsável por sua enunciação” (Maingueneau, 1986, p. 87). Nesta mesma obra (1986) aborda mais diretamente

concepções de *ethos*, pontuando, de acordo com a retórica clássica, as três causas das relações de confiança entre orador e seu auditório: prudência, virtude e benevolência. Desta forma, a “boa imagem” do enunciador seria conquistada se este demonstrasse ser: prudente, virtuoso e benevolente, com o objetivo de persuadir seu público. Associa o *ethos* ao locutor L, enquanto ser do discurso (Maingueneau, 1986, p. 92):

Essa distinção entre ‘locutor-L’ e ‘locutor- λ’ está ligada à distinção entre a dimensão **referencial** e a dimensão **modal** da enunciação: de um lado, o enunciado refere-se a certos objetos; de outro, ele indica que relação mantém com ele seu sujeito de enunciação (modalização). (Maingueneau, 1986, p. 93)

Com relação à influência do gênero na determinação do *ethos*, nesta mesma obra, Maingueneau exemplifica sua concepção dentro do campo literário. Entretanto, o princípio de influência parece ser pertinente a quaisquer outros campos. Trata-se dos limites impostos pelo gênero, bem como pelo tipo de discurso, à formação do *ethos*:

De fato, as obras literárias adotam na maioria dos casos o *ethos* associado aos gêneros aos quais pertencem. A função de um gênero é justamente definir *a priori* um sistema de restrições sobre a produção e a recepção das obras... (Maingueneau, 1986, p. 93)

No ano seguinte, Maingueneau , além de fixar a constatação de que as *ethé* são “as propriedades que os oradores se conferiam implicitamente, através de sua maneira de dizer não o que diziam a propósito deles mesmos, mas o que revelavam pelo próprio modo de se expressarem” (Maingueneau, 1987, 45); revela esta concepção dentro da AD, ao enfatizar que este *modo de dizer* não acontece através de estilos supostamente individuais, fruto de inspirações psicológicas, mas encontra-se relacionado às formações discursivas, definidas a partir de um posicionamento ideológico:

Em primeiro lugar, precisa afastar qualquer preocupação ‘psicologizante’ e ‘voluntarista’, de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório. Na verdade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva. Dito de outra forma, eles se impõem àquele que, no seu interior, ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte integrante da formação discursiva.. (Maingueneau, 1987, p. 47)

Percebemos que a retórica clássica aparentemente não considerava as coerções de cada gênero discursivo na determinação das *ethé*. Dentro dos limites de refração do tipo de discurso e

dos gêneros discursivos, o sujeito enunciador possuiria um *tom de voz* associado a um *caráter* e a uma *corporalidade*. O primeiro representaria um conjunto de traços psicológicos e o segundo se relacionaria a uma representação do corpo do enunciador.

Pensando em estratégias discursivas articuladoras dos *modos de presença* do sujeito enunciador, Maingueneau (1990/ 1996) expõe conceitos relacionados a *pressupostos* e *subentendidos*, conceitos já presentes em Ducrot (1987). Entendemos que a adesão ao discurso do enunciador se faz, dentre outros meios, pelo conhecimento partilhado que se faz presente por uma *memória discursiva*, que poderia ser definida por um conjunto de práticas e saberes culturais “previstos” em determinada cultura. No caso dos textos escritos, em que os elementos de interação simultânea presentes em textos orais são substituídos por outros recursos, há a necessidade de recorrer à utilização de tais meios lingüísticos que permitam a inferência deste conhecimento, nem sempre explícito, mas apresentando-se como um dado do discurso. Vejamos as definições: *o subentendido* é inferido de um contexto particular singular e sua existência é sempre incerta; já *o pressuposto* é estável. O primeiro é tirado do enunciado, o segundo da enunciação (grifo nosso) Maingueneau, 1990/1996, p. 92)

Ao retomar definições pertinentes à situação de enunciação (1991), destacando aspectos da modalização do discurso, ressalta novamente o conceito de embreantes e expressa a possibilidade do sujeito enunciador (assim como do co-enunciador) de se apresentar de modo singular ou coletivo, contando com a utilização do elemento *on* em francês que pode designar qualquer pessoa do discurso (Maingueneau, 1991, p. 110). Este fato teórico mostra-se interessante, uma vez que pode justificar os níveis de impessoalidade do discurso já previstos por Osakabe (1979) em *Argumentação e discurso político*. Maingueneau destaca também as modalidades apreciativas, recurso utilizado pelo enunciador para expressar julgamentos de valor, através de categorias lexicais como *adjetivos subjetivos*, por exemplo (Maingueneau, 1991, p. 118) . A *citação de autoridade* também poderia ser acionada pelo enunciador como um instrumento para garantir a validade da enunciação (Maingueneau, 1991,p 138). Outro conceito teórico levantado diz respeito ao *metadiscurso* do locutor, caracterizado por comentários feitos, por exemplo, pelo enunciador a respeito de seu próprio discurso. Conceito que estaria relacionado ao intradiscurso. O objetivo deste metadiscurso seria construir uma imagem do locutor, demarcando vozes entre ele e algum outro actante do discurso (Maingueneau, 1991, p. 145).

Em seguida, Maingueneau (1995), dentro das concepções de *ethos*, destacará o papel do *fiador*, como uma *representação do enunciador que o co-enunciador deve construir a partir de índices de várias ordens fornecidos pelo texto* (Maingueneau, 1995, p. 139). Partindo da concepção de cenografia de obra literária, evidencia o caráter e a corporalidade deste fiador que

contribuem para definir uma identidade do enunciador dentro de um mundo do qual surge. Utilizando-se de recursos da linguagem, o *ethos* seria um procedimento de inscrição da obra em determinada conjuntura histórica. O autor também relaciona este mesmo conceito (*ethos*) ao de *habitus* proposto por P. Bourdieu, uma vez que o propósito do enunciador é atestar o que é dito, chamando o co-enunciador a se identificar com uma certa determinação de um corpo em movimento, apreendido em seu entorno social (Maingueneau, 1995. p. 146). “Arte de viver” e “modo de agir” estariam relacionados ao seguinte conceito do sociólogo francês: *habitus*, como *sistemas de disposições duráveis e transponíveis (...), princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptados a sua meta sem supor o desígnio de fins e o domínio proposital das operações necessárias para atingi-los* (Maingueneau, 1995, p. 147).

Em *Images de soi dans le discours*, Maingueneau não só expõe a noção de *ethos* como fato capaz de oferecer uma reflexão sobre os processos mais gerais de adesão do sujeito a uma certa posição discursiva (Maingueneau, 1999, p. 76) como também destaca a formação de um *ethos* que representaria uma imagem coletiva, manifestada através de um *tom* de voz, corporalidade e determinada movimentação em um espaço social. Poderíamos relacionar esta “imagem coletiva” não a um todo social, mas a classes sociais distintas que euforizam conceitos e disforizam outros e que por este motivo teoricamente teriam o interesse em manter os primeiros. Seria possível prever neste processo, a manutenção de uma memória discursiva plena de estereótipos.

Partindo da análise de exemplos de textos midiáticos, Maingueneau faz uma relação entre enunciado e representação de mundo em *Análise de Textos de Comunicação*. Nesta obra o autor explica que a *maneira de dizer* remete a uma *maneira de ser* do enunciador, buscando persuadir o leitor a identificar-se com esta maneira de ser (Maingueneau, 2002, p. 99). Estabelece também nestas duas últimas obras uma relação entre *ethos* e cena genérica ao identificar cenografias que se contentam em respeitar o contrato genérico, adotando um *ethos* “distanciado”, por exemplo, ou uma “quebra” parcial deste contrato.

Tomando como base a retórica aristotélica, Maingueneau reformula o conceito de *ethos*, relacionando-o às noções de cena englobante (tipo de discurso), cena genérica (gênero discursivo) e cenografia. Observamos que a análise deste processo exige não apenas o reconhecimento de elementos lingüísticos capazes de identificar as vozes dos interlocutores, em especial do enunciador, mas de relacioná-los a representações sociais vinculadas ao contexto sócio-histórico constitutivo do discurso. A identificação de embreantes possibilita uma análise discursiva que

considere não apenas o dito, mas uma *maneira de dizer* que expõe valores de determinadas classes sociais, em determinada cultura e época histórica.

1.3 Enunciados de definição, explicação e exemplificação

Com o objetivo de identificar traços de caráter e corporalidade que caracterizariam as *ethé* do enunciator/jornalista e do enunciator/cientista, delimitamos três categorias descritivas que serão articuladas à cena enunciativa do par pergunta/resposta: *enunciados de definição*, considerados aqueles que explicitam conceitos e definições próprios das respectivas áreas científicas; *enunciados de explicação*, utilizados logo após uma asserção e que respondem ao questionamento implícito *Por quê?*; e *enunciados de exemplificação* que apresentam aplicabilidade concreta das explicações e conceitos.

Primeiramente é preciso destacar aspectos genéricos vinculados ao gênero entrevista em mídia impressa: o contrato pressupõe a presença de um jornalista que interroga, aquele que se investe da imagem de *mediador* entre aquele que sabe (entrevistado) e aquele que faz saber (co-enunciador). Tais enunciados sinalizam movimentos do enunciator (entrevistador e entrevistado) tendo em vista a constituição de um discurso direcionado a um leitor virtual, leigo em conhecimentos do campo científico. Esta virtualidade parece pressupor a necessidade da articulação de mecanismos lingüísticos que permitam a aproximação entre o saber especializado e o referido leitor e conseqüentemente a aceitabilidade do veículo no segmento social no qual se insere, buscando atingir a inteligibilidade do mesmo.

Entretanto, o que parece estar em jogo não é apenas esta inteligibilidade, mas também a credibilidade no discurso, através da autoridade inscrita na figura do cientista que, além de oferecer definições de termos científicos, também os explica e exemplifica, criando um efeito de aproximação maior entre este saber e o co-enunciador.

Com relação aos enunciados de definição, temos essencialmente a explicitação de conceitos e definições de termos e expressões oriundos do campo científico em que foram cunhados. A classificação de tais enunciados pressupõe basicamente duas construções sintáticas: “X é...”, “chamamos de ...”. Destacamos que o estudo de tais enunciados encontra-se articulado ao par acima exposto, visto que a presença marcadores interrogativos (*o que*, por exemplo) pode se constituir fator condicionante da presença de tais enunciados.

Os enunciados de explicação se farão presentes nas respostas dos entrevistados e aparecem como explicação após uma determinada asserção que responde à pergunta anteriormente formulada, de acordo com a seguinte estruturação sintática: “X acontece...”, em que X é o fato (foco temático em questão) e “acontece” aparece em geral como um verbo de ação em tempo

presente ou passado. Especialmente o que caracterizará os enunciados de explicação será o fato de que responderão à necessidade de *explicar* uma asserção feita anteriormente, por exemplo: “acontece por quê?”.

Os enunciados de exemplificação serão classificados como aqueles que apresentam exemplos representados por fatos que poderiam ser averiguados pelo leitor, uma vez que se constituíram acontecimentos que ilustrariam os próprios enunciados de explicação. O posicionamento destes enunciados é, em geral, posterior aos de explicação.

Conceitos articulados pelo círculo de Bakhtin, como o de *interdiscursividade* parecem ganhar tonalidade teórica específica no quadro da AD, visto que considera coerções variadas: não apenas da língua, do tipo de discurso – relacionado a um determinado campo de atividade humana, do gênero, mas também da cena de enunciação que os legitimam (ou não). Vale destacar o quadro conceitual de gênero discursivo que, a despeito de assumir os “graus” de variabilidade, da mesma forma que pressupostos do círculo, articula metáforas de jogo, teatral e jurídico para que a cena de enunciação genérica se constitua. Outro aspecto relevante diz respeito à cenografia, modo de realização da enunciação, que deve legitimar o discurso em questão. O estudo do *ethos* pressupõe necessariamente a articulação destas três cenas: englobante (tipo de discurso), genérica e de cenografia.

2- O SABER CIENTÍFICO VOLTADO PARA LEIGOS

Consideraremos, neste capítulo, traços constitutivos do discurso de divulgação científica (denominado aqui DC) que podem ou não reverberar ecos do discurso científico. Veremos que o discurso de DC se configura em uma cena enunciativa diversa daquele, tendo em vista a presença de um interlocutor leigo. Este posicionamento se baseia na constatação teórica bakhtiniana que defende a formulação natural do discurso a partir da orientação determinada pelo tipo de interlocutor ao qual ele se dirige. Se há a modificação de um dos actantes do discurso, também possivelmente haverá mudanças em toda cena enunciativa.

Após destacarmos alguns momentos históricos propulsores da divulgação da ciência, que provavelmente alicerçaram a formulação do discurso de DC, buscaremos traçar um percurso evolutivo histórico de formação das principais revistas de divulgação científica no Brasil.

Prevendo a imbricação de diversos campos do saber humano na formulação do discurso de DC, destacaremos em especial o posicionamento conceitual deste discurso a partir de duas óticas: 1) a jornalística, em que há vozes definidoras de técnicas e conceitos característicos da divulgação do saber voltada para o público de massa e 2) a Análise do Discurso francesa, cujo enfoque analítico relaciona elementos lingüísticos a institucionais e sócio-ideológicos.

Este capítulo é composto por quatro partes. A primeira, intitulada *Breve histórico da divulgação científica no ocidente e no Brasil*, tem como objetivo levantar as possíveis origens desta prática discursiva que remonta às publicações de Galileu Galilei, até chegar a um perfil editorial das revistas e sites brasileiros cujo foco também seja esta prática. A segunda parte, chamada *A divulgação científica na perspectiva do jornalista Wilson da Costa Bueno, pioneiro nessa área*, traz um quadro conceitual inovador do professor Bueno que estabelece a distinção entre jornalismo científico, divulgação científica e disseminação científica. A terceira, cujo título é *Abordagens discursivas de teóricos franceses e brasileiros*, articula conceitos de cientistas que tomam como objeto de reflexão a divulgação científica. A última parte denominada *DC: discurso de reformulação ou formulação de um novo discurso* pontua alguns elementos importantes para a ocorrência desta prática discursiva.

2.1 Breve histórico da divulgação científica no ocidente e no Brasil

Mora (2003:16) explica que o nascimento da DC ocorre com os diálogos científicos de Galileu Galilei que, ao expor seu método experimental, deu início a uma revolução no modo de conceber a divulgação da ciência, apresentando conceitos em linguagem menos hermética do que aquela utilizada pelos cientistas medievais. Ao publicar em italiano *Diálogo sobre os dois*

principais sistemas do mundo, em 1624, Galileu demonstra já vislumbrar um interlocutor diferente daquele que exclusivamente tentava decifrar o conhecimento científico através do latim.

Outro fato que parece ter proporcionado a expansão da divulgação científica foi a invenção dos tipos móveis em 1448 por Johannes Gutenberg. No século seguinte, a imprensa já daria seus primeiros passos para se constituir enquanto instituição. Mora (2003: 17) atribui ao século XVII o nascimento da publicação de trabalhos científicos voltados para não especialistas:

A publicação do trabalho científico, para dar conhecimento dele a outros, foi uma invenção do século XVII. Começou como correspondência, primeiro entre cientistas e, depois, entre cientistas e editores, tornando-se estes em uma espécie de árbitros de troca de informação científica. A *Philosophical Transactions*, da Royal Society, uma das primeiras revistas científicas, foi a compiladora inicial do novo conhecimento; ela estabeleceu o padrão segundo o qual o cientista comunica o seu trabalho, quando publicado em artigo científico (Mora, 2003: 17).

A mesma autora ressalta a profissionalização cada vez maior da atividade científica durante o século XIX. Estreitam-se os laços entre ciência e tecnologia, fato que suscita a necessidade de popularização gradativamente maior do saber científico. Prevê-se, neste momento, um contraponto entre as especificidades de linguagem próprias de cada subcampo científico e a “tradução” desta linguagem para um público em relação a estes saberes.

A especialização trouxe consigo uma mudança na linguagem científica(...) a dificuldade de comunicação entre cientistas e leigos geralmente reside na ausência de uma linguagem comum que permita a ambas as partes falarem sobre idéias científicas. Embora a linguagem da ciência apareça imbricada na da vida cotidiana, desde o fim do século XIX, palavras como ‘campo’, ‘elementar’ e ‘família’, para mencionar alguns exemplos, são empregadas com um sentido diferente. Além disso, a especialização cavou um abismo entre as linguagens; assim as palavras entre aspas não significam exatamente o mesmo em física, química ou biologia (...) (Mora, 2003: 22)

Esta estreiteza de laços parece ter determinado a necessidade de divulgação de saberes antes restritos apenas a alguns grupos de especialistas. Ou seja, na medida em que o saber científico passa a fazer parte do cotidiano de não cientistas, tem-se um problema a resolver: como tornar inteligível e acessível este saber a este público? Shamos (1988:14) aponta ocasiões que propiciaram a expansão do saber científico voltado para a comunidade leiga: o momento posterior à Segunda Guerra Mundial, por exemplo, quando novos programas de estudos científicos foram criados nos Estados Unidos e outros, ampliados. A bomba atômica talvez possa ter sido um dos

maiores acontecimentos que motivaram a divulgação de tais estudos, assim como o lançamento do foguete espacial soviético Sputnik em órbita ao redor da Terra, em outubro de 1957, fato que teria incentivado o presidente Eisenhower a aumentar o orçamento da Fundação Nacional para a ciência, a fim de apoiar a educação científica em todos os níveis.

O contexto sócio-cultural apresentado apresentava a necessidade de se fortalecer mais amplamente o saber científico básico. Mas, tal empreendimento de fato levaria este saber ao grande público?

(...) esse esforço por disseminar o conhecimento científico em todos os níveis, apesar da honestidade e da dedicação de muitos professores, não rendeu frutos, segundo Shamos; antes, ele apenas contribuiu para a adaptação dos cidadãos a uma sociedade tecnologizada. Porém, o uso da tecnologia, ou o conhecimento da técnica, não é cultura científica. Saber usar o computador, a televisão ou o forno de microondas não é saber ciência, não é tornar parte no processo do conhecimento. A tecnologia é apenas o produto mais visível e consumível do empreendimento científico(...) (Mora, 2003: 29).

Observamos que já nas etapas históricas iniciais de formação do discurso de DC, a ênfase parece ser voltada para os resultados do percurso de construção do saber científico, cujas etapas características de formação (que envolvem metodologia, fundamentação teórica, por exemplo) parecem estar confinadas ainda nas esferas científicas mais especializadas.

De acordo com José Marques de Melo (2001), Hipólito José da Costa Pereira teria sido o fundador do Jornalismo Brasileiro por sua atuação como editor do *Correio Braziliense* (1808 – 1822), publicação que abria espaço para informações de natureza científica. Em missão diplomática a serviço da Coroa Portuguesa, Hipólito da Costa teria ido aos Estados Unidos para observar inventos científicos e inovações tecnológicas possíveis de serem implementadas no Brasil colônia. Ainda Segundo Melo, ao realizar esta tarefa, Hipólito demonstra capacidade de percepção das invenções científicas e dos processos de difusão coletiva vigentes naquela época, fazendo referências ao contexto colonial europeu. Desta forma, Hipólito da Costa teria sido o precursor do Jornalismo Científico no Brasil.

A transferência da corte real portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, teria sido o fato histórico propulsor para o desenvolvimento tecnológico no âmbito da criação de técnicas para difusão de conhecimentos. Foram instalados prelos e tipografias para dar início ao primeiro jornal em Língua Portuguesa na América, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. O *Correio Braziliense*, cujo primeiro número datado é de 1 de junho de 1808, teria sido editado em Londres e precedido este jornal.

Para Santos (1981), o jornalista sergipano João Ribeiro foi o precursor da atividade de difusão do saber científico no Brasil, entre 1895 e 1934. Nesta época, a notícia científica é identificada por Santos nas produções de artigos com recomendações técnicas sobre a prática agrícola e noções de higiene e medicina.

Chaves (2001), ao realizar um “mapeamento” das atividades acadêmicas brasileiras relacionadas à prática do jornalismo científico, nos oferece uma visão das principais categorias de sua pesquisa que objetiva avaliar de que modo se desenvolve a pesquisa em Jornalismo Científico no Brasil. Ao realizar esta tarefa, possibilita visualizar de maneira mais ampla esta prática em território nacional, durante o século XX. Dentre as categorias selecionadas, Chaves identificou estudos referentes às seguintes revistas especializadas: revista *Pesquisa e tecnologia da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI)*, *Ciência Hoje* (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC), *Globo Ciência* (editora Globo) e *Superinteressante* (Editora Abril). Chaves observa que a despeito dos esforços intelectuais empreendidos por pesquisadores que almejam a democratização dos processos e produtos derivados da pesquisa científica, por intermédio da divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, há conflitos que cercam a relação entre cientista – produtor do conhecimento científico – e jornalista – agente decodificador e mediador deste conhecimento.

Após a fundação do Núcleo José Reis, entidade voltada para a divulgação científica, criada em 1992 pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, surge em maio de 2001 a ABRADIC, Associação Brasileira de Divulgação Científica que, segundo informações da própria entidade, teria como objetivo dar apoio a pesquisadores nacionais e internacionais.

No Brasil, segundo Vogt (2004:60), a divulgação científica surge de modo mais representativo, em 1949 com a revista *Ciência e Cultura*, voltada ainda para um público de especialistas, idealizada por José Reis e grupo de pesquisadores que fundaram a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) no ano anterior. Somente em 1991, a revista passou a ser editada bimestralmente em inglês (a partir do volume 43). Em julho de 2002 (ano 54 número 1) ganhou periodicidade trimestral e passou a ser editada em português. Atualmente o espaço editorial apresenta-se dividido em três partes: notícias e atualidades em ciência e cultura (nacionais e internacionais), núcleo temático e críticas e artigos de autores em *Tendência e Cultura*. No núcleo temático, artigos com diferentes enfoques abordam um tema previamente selecionado. Cada artigo tem, geralmente, de três a quatro páginas. Nesta seção da revista, existe também um espaço vinculado à categoria de serviços que oferece informações sobre os principais trabalhos e grupos de pesquisa vinculados ao tema abordado. Na terceira parte, observamos

artigos, críticas, reportagens, poemas, contos, ensaios fotográficos, trechos de romances, charges e demais produções e reflexões sobre literatura e arte de modo geral.

Trinta e três anos após, surgiria a revista *Ciência Hoje*, publicação também feita pela SBPC, com atualmente cerca de 15 mil exemplares e da revista *Ciência Hoje das Crianças*, com aproximadamente 200 mil publicações.

A primeira traz atualmente como matéria de capa temas de repercussão nacional e internacional que são analisados geralmente por especialistas em artigos assinados. Primeira revista de DC no Brasil, a revista CH é voltada para o grande público, uma vez que vendida em bancas de revistas, diferentemente da revista *Ciência e Cultura* que possui um público leitor com formação acadêmica. Na seção *entrevista*, cientistas e pesquisadores respondem a perguntas formuladas por jornalistas com temáticas oriundas do campo científico. Em *O leitor pergunta*, é a vez de o leitor expor suas dúvidas relacionadas ao uso de medicamentos, tipos de doenças, etc. Na seção *Mundo de ciência* existem análises de fatos científicos diversos e notícias também da área científica. Nas colunas assinadas por cientistas e pesquisadores, encontramos formulações análises e opiniões acerca dos temas relacionados na edição. A entidade responsável pela publicação expressa seu ponto de vista através de notas, ensaios, resenhas e a seção *Opinião*. Em *Memória*, recuperam-se fatos históricos da ciência, analisando-os como marcos importantes de descoberta e como possível contribuição para novas pesquisas.

Ciência Hoje das Crianças também traz matérias de capa acompanhadas por um número maior de ilustrações, se a compararmos com a *Ciência Hoje*. Artigos assinados por especialistas buscam nas experiências cotidianas questões que possam suscitar indagações relacionadas à ciência. Trata-se de informações dispostas como “curiosidades”, como na seção *Por quê?* em que a própria revista seleciona um fenômeno a ser questionado acerca de sua natureza, causa e/ou consequência e explica-o. Em *Galeria dos bichos ameaçados* o leitor observa características de animais que correm o risco de serem extintos, bem como possíveis causas e consequências deste fato. Na seção *Quando crescer, vou ser...*, são oferecidas ao leitor informações sobre atividades profissionais de diversas áreas científicas. A CHC é adotada pelo Ministério da Educação e Cultura e utilizada em 107 mil escolas como material de apoio didático. Desde 1986, o Instituto Ciência Hoje publica a CHC, divulgando-a também no site *Ciência Hoje On-line*, que contabilizaria, segundo dados do próprio instituto, cerca de 450 mil acessos mensais. A CH teria como público-alvo a comunidade acadêmica, professores e estudantes de ensino médio e a sociedade em geral. Para fazer divulgação científica no Brasil, o ICH também mantém outros tipos de publicação, como *Ciência Hoje na Escola*, série de 12 volumes voltados para alunos de ensino fundamental.

Com o desenvolvimento da internet nos anos 90, surgem também revistas eletrônicas como a *ComCiência*, (do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo – Labjor – da Unicamp) , em agosto de 1999, que trazia em sua primeira edição artigos e reportagens sobre fitoterapia. Como nas demais edições anteriores, a atual (n° 70) de outubro de 2005 traz um tema científico que servirá de sustentação básica para a produção de boa parte dos gêneros nela publicados. Na seção *carta do leitor*, há um editorial assinado pelo diretor de redação Carlos Vogt. Dentro desta mesma página, o internauta poderá acessar editoriais de publicações anteriores e mandar mensagens.

Atualmente, a equipe da revista *Comciência* é formada, em sua maior parte, por cientistas de diversas áreas e por alguns jornalistas: um sociólogo, uma bióloga, um físico e duas jornalistas formam a equipe de editores. A equipe de reportagem é formada por: geógrafos, cientistas sociais, historiadores, biólogos, lingüistas e físicos que em geral possuem conhecimentos da área de produção jornalística. Os colaboradores também são, geralmente, cientistas.

Na seção *Notícias* o leitor observa o destaque para fatos do mundo científico e atualidades, bem como um calendário de eventos. No link *Reportagem*, o internauta encontra a página dividida em: editorial, reportagens, artigos, poema e créditos. Há também o link de entrevistas em que dois ou três cientistas mostram o seu ponto de vista em relação ao tema de cada edição, de acordo com suas especialidades. A seção *Resenhas* traz comentários de obras publicadas que contenham abordagem temática convergente àquela da edição. *Radar da ciência* reúne a publicação de artigos de estudantes de diversas áreas científicas. Cada edição comporta geralmente 4 artigos nesta seção.

Segundo Vogt (2001), a equipe do *Comciência*, formada majoritariamente por alunos do Curso de Especialização em Jornalismo Científico do Labjor, da Unicamp, faz levantamento de pautas, realiza entrevistas, pesquisa dados na internet e em bibliotecas, redige e edita textos, tendo como seus objetivos:

- 1) produzir uma avaliação dos diversos modelos de hipertexto, visando à adequação das técnicas e procedimentos lingüísticos utilizados pela divulgação científica;
- 2) desenvolver uma metodologia de criação de publicações científicas eletrônicas voltadas à divulgação para o grande público;
- 3) desenvolver uma metodologia de análise de padrões de uso e leitura da informação no meio eletrônico;
- 4) organizar e agregar as informações, de modo jornalístico, sobre quem é quem (indivíduos, grupos, instituições) na pesquisa científica e tecnológica no Brasil;
- 5) agregar a participação na revista do maior número possível de contribuições e colaborações oriundas dos diferentes centros nacionais de pesquisa científica e tecnológica e
- 6) atualizar e refinar os dados relativos às transformações, positivas ou negativas, do interesse da imprensa, da mídia e do público pelos temas de ciência e tecnologia.

A revista *Pesquisa Fapesp*, editada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), foi lançada em 2002(Esta data está incorreta, verificar) com o objetivo básico de difundir e valorizar os resultados da produção científica e tecnológica brasileira. Para publicação, o foco principal seria a produção científica local, cobrindo algumas novidades internacionais. A revista *Fapesp* atuaria de duas formas: 1) como um pólo de contato entre pesquisadores brasileiros e 2) como referência para editoriais de ciência e tecnologia dos veículos de comunicação nacionais.

O embrião da revista *Fapesp* teria sido o informativo *Notícias Fapesp*, lançado em agosto de 1999, no início gratuitamente para pesquisadores paulistas, gestores da política nacional de ciência e tecnologia e jornalistas, com uma tiragem de 35,7 mil exemplares segundo informações do próprio site da revista. Desde março 2002, a revista passou a ter assinaturas vendidas e exemplares em bancas de São Paulo e em outras capitais brasileiras. A versão eletrônica traz a íntegra do texto impresso e notícias sobre ciência e tecnologia. Números anteriores também estão disponíveis no site.

Com periodicidade mensal, cada edição comporta editorial que aborda o tema central de cada publicação, uma seção chamada *Memória* em que são lembrados acontecimentos científicos que marcaram a evolução da ciência. No link *política*, existem artigos que analisam fatos sociais e políticos vinculados a estratégias de desenvolvimento de projetos e eventos da área científica. Em *Ciência*, artigos abordam fatos e eventos científicos de diversas áreas: paleontologia, botânica, neurologia, virologia, física, medicina, oncologia etc. Na seção *Tecnologia*, evidenciam-se novidades e descobertas tecnológicas em setores como engenharia de alimentos, engenharia florestal, imunologia, química, etc. No link *Humanidades*, resenhas de livros de literatura, economia, comentários de filmes. Cada edição também traz a seção *Cartas* em que leitores fazem comentários gerais sobre fatos e textos publicados.

O percurso de surgimento das revistas de divulgação científica no Brasil parece estar em sintonia com o próprio processo de desenvolvimento sócio-econômico-cultural do país: com pouco mais de um século e meio de independência política e uma industrialização impulsionada com maior vigor apenas no final da primeira metade do século XX, seria de se esperar que revistas de divulgação científica aparecessem no mercado editorial brasileiro apenas na segunda metade do mesmo século, mesmo assim ainda direcionadas a um público de especialistas, como é o caso da revista *Ciência e Cultura*. Somente a partir dos anos 80 é que podemos encontrar publicações voltadas para segmentos sociais não especializados em ciência, como a revista *Ciência Hoje* e *Superinteressante*. Tais fatos sinalizam uma crescente preocupação em divulgar fatos e

descobertas do mundo científico, de modo a ser compreendido por estes segmentos. Preocupação que se constitui em função de uma demanda crescente por saberes relacionados à divulgação científica e consequentemente pela formação de um público leitor que os espera encontrar no campo midiático.

2.2 A divulgação científica na perspectiva do jornalista Wilson da Costa Bueno, pioneiro nessa área

Temos aqui um quadro conceitual do jornalista Wilson da Costa Bueno que aborda a divulgação científica de acordo com premissas da área do Jornalismo.

Bueno (1984), em sua tese de mestrado, define Jornalismo Científico (JC) como um caso particular de Divulgação Científica (DC), referindo-se a processos, estratégias, técnicas e mecanismos para veiculação de fatos que se situam no campo da ciência e da tecnologia.

Utiliza o termo Jornalismo Científico, traduzido do inglês “Scientific Journalim” ou do espanhol “Periodismo Científico” para expressar formas de difusão, disseminação e divulgação que se articulariam em um terreno comum quanto a processos, estratégias, técnicas e mecanismos de veiculação e de informações. Articulação que ocorreria de forma complementar e não excludente.

Para montar seu quadro conceitual, Bueno se apóia nos estudos do venezuelano Antonio Pasquali que define dois parâmetros para conceituação de difusão, disseminação e divulgação: 1) “nível de codificación” e 2) “universo perceptoral deliberado”, traduzido por Bueno como linguagem e público-alvo, respectivamente.

Pasquali atribuiria à *disseminação* o objetivo exclusivo de se manter contato entre especialistas, enquanto a *difusão* e *divulgação* teriam em mira público universal. Bueno oferece à expressão Divulgação Científica um caráter global que circunscreve inclusive os conceitos de difusão e disseminação científica.

Para Bueno, a difusão científica faz referência a todo e qualquer processo ou recurso utilizado para veiculação de informações científicas e tecnológicas, realizado sob a forma de periódicos especializados, bancos de dados, sistemas de informação acoplados aos institutos e centros de pesquisa, os serviços de consulta das bibliotecas, as reuniões científicas (congressos, simpósios e seminários), seções especializadas das publicações de caráter geral, páginas de ciência e tecnologia dos jornais e revistas, os programas de rádio e televisão dedicados à ciência e à tecnologia e cinema dito científico. O conceito de *difusão* incorporaria, portanto, divulgação científica, a disseminação científica e o próprio jornalismo científico, considerando-os como suas espécies.

A difusão científica comportaria dois níveis, de acordo com a linguagem e segundo o público a que as informações se destinam: 1) difusão para especialistas e 2) difusão para o público em geral. O primeiro nível poderia se realizar de dois modos: disseminação intrapares e disseminação extrapares. O segundo caracterizar-se-ia pela própria natureza da divulgação científica.

A disseminação intrapares reuniria a circulação de informações científicas e tecnológicas entre especialistas de uma área ou de áreas conexas. Exemplos seriam os periódicos especializados ou reuniões científicas. Este tipo de disseminação seria caracterizado por ter: 1) público especializado; 2) conteúdo específico e 3) código fechado.

A disseminação extrapares estaria vinculada à circulação de informações científicas e tecnológicas voltadas para especialistas que se situam fora da área-objeto da disseminação. Haveria a presença de um público especializado, embora não necessariamente naquele domínio específico. Este tipo de disseminação apresentaria pontos de interesse de diferentes especialistas com uma abordagem multidisciplinar.

Para Bueno, a DC é a recodificação de uma linguagem especializada para uma não especializada, com o objetivo de tornar o conteúdo acessível a uma vasta audiência. A DC não se restringiria ao campo da imprensa, incluiria jornais, revistas, livros didáticos, aulas de ciência do 2º grau, cursos de extensão para não especialistas, história em quadrinhos, suplementos infantis etc.

De acordo com o mesmo autor, os objetivos do jornalista científico e do divulgador científico não são muito diferentes. O que distingue o JC da DC são as características particulares do código utilizado e do profissional que o manipula. O JC seria uma espécie de DC.

Observando mais detalhadamente o conceito de JC, Bueno lembra que este se apropria do conceito de Jornalismo marcado pelas características enunciadas por Otto Groth: atualidade, universalidade, periodicidade e difusão. Para o autor brasileiro, a *atualidade* ocupa-se de fatos, pessoas (cientistas), etc. que estejam direta ou indiretamente relacionados com o momento presente; a universalidade abrigaria diferentes tipos de ramos do conhecimento científico e a periodicidade manteria o ritmo das publicações ou matérias.

Para Bueno, o JC caracterizar-se-ia por ser um processo social que se articula a partir da relação entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividade (público/ receptores) através de canais de difusão (jornal/ revista/ rádio/ televisão/ cinema) que assegurariam a transmissão de informações de natureza científica e tecnológica em função de interesses e expectativas culturais ou ideológicas.

Quanto às funções do JC, Bueno destaca seis: 1) informativa, vinculada à necessidade e interesse dos cidadãos de estar informados; 2) educativa pois poderia se constituir em única fonte de informação; 3) social, ao situar a informação científica e tecnológica em contexto mais amplo; 4) cultural, ao teoricamente compor uma visão crítica da difusão científica por diferentes ambientes culturais e 6) econômica, por introduzir novas tecnologias, podendo levar a empresários conhecimentos sobre a relação custo-benefício.

2.3 Abordagens discursivas de teóricos franceses e brasileiros

Dentro do quadro teórico da AD, a cena enunciativa parece ser preponderante na definição do tipo de discurso praticado. Esta configurará um cenário cujas condições de produção, recepção e circulação evidenciarão o lugar institucional de onde falam os actantes, bem como mostrarão a validade da mesma: um artigo puramente científico publicado em revista voltada ao público leigo, provavelmente não poderia ser caracterizado como DC. Uma monografia detalhada acerca dos procedimentos científicos que culminaram com a descoberta de mais um planeta do sistema solar poderá ter sua cena invalidada, se publicada em jornal diário dirigido ao grande público, dado a formulação de um discurso altamente especializado voltado para uma comunidade que teoricamente não detém conhecimento prévio suficiente que possibilite sua compreensão. Maingueneau (2002: 92) chama de *cena validada* aquela já instalada na memória coletiva, a título de modelos que se rejeitam ou são valorizados, caracterizando-a como uma representação arquetípica popularizada pela mídia. Esta não valorização decorreria do fato de haver um certo descompasso entre a finalidade do discurso científico e seu público-alvo.

Que recursos discursivos poderiam contribuir para a constituição de cenas validadas dentro de textos com caráter de divulgação científica? Neste momento, faremos uma exposição de abordagens discursivas da divulgação científica, a saber: 1) a DC como prática de reformulação do científico, posição teórica de Authier-Revuz (1998); 2) a DC como gênero independente, tese de Zamboni (2001); 3) como um discurso que mobiliza recursos literários, metafóricos, para captação do leitor leigo, concepção teórica de Mora (2001); 4) considerado um tipo de discurso cuja representação social privilegia os resultados da trajetória científica, segundo Moirand (2000); 5) observação dos modos de presença do saber científico na mídia (Silva, 2000) e 6) o DC focalizado como resultado do processo de textualização jornalística do discurso científico através de reformulações (Orlandi, 2001).

Analisando artigos e dossiês das revistas *Science et Vie*, *Science et Avenir* , do *Le Monde* no ano de 1981, Authier-Revuz (1998:108) considera a DC uma prática de reformulação de um discurso-fonte (D1) em um discurso segundo (D2), inscrevendo-se, desta forma, em um conjunto

que compreende tradução, resumo, resenha, etc. Além disto, a autora francesa propõe que tal prática de reformulação resultaria em um texto equivalente. A DC seria caracterizada por ser discurso segundo, sendo que o discurso científico (D1) apresentar-se-ia não apenas como fonte, mas também como objeto mencionado por D2. O recurso enunciativo que marcaria a DC seria o discurso relatado, possibilitando a realização de uma *dupla cena enunciativa*.

Segundo a autora, o trabalho de reformulação poderia ser explicitado em dois níveis: 1) de uma estrutura enunciativa global do discurso relatado que faria de D1 não apenas a fonte, mas o objeto de D2; e 2) no nível da constituição do “fio do discurso”, marcado por operações locais explícitas de citação, tradução, ajuste e glosa.

Authier-Revuz distingue a DC de outros gêneros de reformulação, pois a reformulação através do discurso relatado faria de D1 seu objeto explícito, colocando-se face a face com D1. A DC se daria sob a forma de um discurso sobre o mundo: x disse que y. Parâmetros do ato de enunciação, como pessoas, datas, lugares modalidades e circunstâncias estariam presentes de maneira insistente no fio dos textos.

Uma característica de D2, apontada pela autora, seria a ancoragem temporal da enunciação, através de advérbios como *hoje, atualmente, agora, até o momento presente, nestes últimos anos*, etc. Outra característica seria a menção regular do ato de comunicação que forma D2, bem como o par de interlocutores: *lembramos, o problema é que, etc.* Haveria a presença de um *nós* que reuniria divulgador e leitor e um outro que representaria o grupo de cientistas.

Observando o nível do fio do discurso, Authier-Revuz aponta diversas formas de associação entre o discurso científico e o cotidiano, formadores da DC: quando ocorre uma justaposição destes discursos, mostrando-os como equivalentes do ponto de vista metalingüístico e quando se determina a referência implícita de um deles, marcando a distância metalingüística de um em relação ao outro.

Partindo das imagens que o locutor projeta nos recursos expressivos que a língua põe a sua disposição, Zamboni (2001: 15) recupera o conceito de tradução de D1 para D2 de Authier-Revuz para contrapô-lo à idéia de um trabalho de formulação de um novo discurso. Baseando-se em posições teóricas assumidas por Possenti (1995), a autora defende a participação de um sujeito *ativo* na produção do discurso vulgarizado da ciência. Este sujeito realizaria a formulação de um discurso partindo de um trabalho “*com a língua e sobre a língua*”, ou seja, a DC seria um discurso formulado por um sujeito que a despeito de sofrer as imposições naturais da língua, também é capaz de realizar escolhas relacionadas ao uso da mesma. No caso do discurso de DC, tais escolhas estariam vinculadas à presença de um interlocutor/leitor leigo. Zamboni observa que a estrutura enunciativa própria do discurso científico apresentaria forma de composição rígida,

voltada para um público de especialistas ao passo que a DC privilegiaria os resultados do saber científico.

Ao retomar o quadro conceitual de Bueno, Zamboni considerará DC todas as formas de divulgação deste saber, com exceção da disseminação intrapares. A autora observa também que as entrevistas e depoimentos tomados dos próprios cientistas pelo divulgador já vêm configurados como discurso de DC, visto que não coincidiriam com a voz do discurso científico, produzindo uma fala já vulgarizada. A autora defende que a DC esteja vinculada ao *campo de transmissão de informações* e seria um *gênero particular de discurso* (Zamboni, 2003: 64). As CP (condições de produção) estabeleceriam diferenças entre divulgação científica e jornalismo científico, ambos identificados como pertencentes ao campo acima mencionado.

Ao inventariar estas imagens projetadas nos recursos expressivos da língua, Zamboni faz referência a uma *teoria do estilo* que poderia explicar a potencialidade de determinado recurso lingüístico provocar certo efeito de sentido em um interlocutor previamente definido. Interessante observar que a autora não se prende ao provável modo de “simplificação” do discurso científico, mas ao *valor social* agregado aos recursos expressivos utilizados. Para fundamentar sua concepção teórica, utiliza-se de dois níveis de análise propostos pela própria Authier-Revuz: 1) a heterogeneidade constitutiva que articula o discurso como um produto do interdiscurso, formulado e regulado a partir do exterior e do inconsciente; 2) heterogeneidade mostrada, nível que distinguiria as vozes formadoras do discurso através da autonomia e / ou conotação autonímica (Zamboni: 2001, 24). Através destes dois níveis, Zamboni faz o contraponto à teoria de Authier-Revuz que concebe a DC como um discurso de reformulação de um discurso-fonte em um discurso-segundo. Apesar da autora francesa estabelecer “um quadro geral de discurso relatado”, Zamboni faz três ressalvas: 1) o discurso relatado - modo de apresentação da heterogeneidade mostrada - não se constitui traço caracterizador do discurso de DC, pois estaria presente também no discurso científico e nas informações dos gêneros jornalísticos; 2) o discurso relatado direto dos cientistas na DC não pertenceria à formação discursiva da ciência, pois as falas dos cientistas apareceriam já vulgarizadas através da operação realizada pelo jornalista-divulgador que receberia a tarefa de retirar do discurso científico seu “invólucro de hermetismo” e daquela realizada pelo próprio cientista-divulgador encarregado de “avaliar as cercanias do faro científico relatado: suas repercussões, seus resultados, suas conseqüências” e 3) o discurso de DC não pertenceria ao campo de discurso científico, dada a presença de um outro pólo de recepção: o leitor não especialista. Zamboni considera o discurso de DC como vinculado ao campo de transmissão de informações, sendo que a DC constituir-se-ia em gênero particular de discurso, assim como o jornalístico e o didático.

Ao considerar as possíveis representações sociais agregadas aos recursos da língua, utilizados como estratégias e recursos retóricos para captação do leitor, Zamboni articula uma perspectiva teórica que parece suscitar um diálogo com Ana María Sánchez Mora, cientista mexicana que analisa a DC dentro de uma corrente teórica que integra ciência e humanidades. Segundo Mora, a DC não se trata de uma tradução no sentido de verter de uma língua para outra, mas de *criar uma ponte entre o mundo da ciência e os outros mundos* (Mora, 2003: 7), buscando recursos de linguagem pertencentes mais à literatura do que à ciência.

Tornam-se necessários estabelecer possíveis limites entre o posicionamento teórico da autora brasileira e o da mexicana: a primeira escolhe o enunciador e coenunciador como pontos de relevância na análise do discurso de DC. Ao fazer esta escolha, concebe o sujeito, não dentro de uma perspectiva unicamente de assujeitamento, nem de completa liberdade de ação, mas um *sujeito ativo*, “vulnerável” às coerções lingüísticas, sociais e institucionais, mas atuante, capaz de realizar escolhas que viabilizam mudanças evolutivas na aparente estabilidade da língua. Tais escolhas aparentemente “denunciam” a movimentação deste enunciador: a autora considera, portanto, uma teoria do estilo que torne a linguagem científica mais inteligível ao público leigo:

(...) há evidências empíricas de que o tratamento que se dá à linguagem no processamento da divulgação resulta de um verdadeiro trabalho de *escolha* das formas agenciadas – muitas vezes explicitado –, ligado, com frequência, à busca do ideal de tornar compreensível para um público leigo uma linguagem que lhe é primitivamente hermética e inacessível. (Mora, 2001: 16)

Mora também parece considerar aspectos estilísticos na composição do discurso de DC, ao observar a clareza, elegância e escolha “acertada” de palavras, condições para captação do público leigo. Um dos enfoques da autora seria o estabelecimento de imagens comparativas (metafóricas) que seriam utilizadas para descrição de conceitos científicos destinados ao interlocutor não especialista. O ponto de convergência entre as duas autoras seria um recorte analítico que considera o estilo. Entretanto ambas delimitam corpus diferentes para análise: Zamboni seleciona revistas e cadernos de ciência publicados em veículos de comunicação de massa, Mora observa textos de divulgação produzidos em geral por cientistas divulgadores. A divergência surge no embasamento teórico: Mora parece considerá-lo algo peculiar de cada autor, ao passo que Zamboni, de acordo com a ótica da AD, parece observá-lo representativo de uma imagem social gerada através de escolhas lingüísticas que sinalizariam modos de presença, de acordo com os lugares ocupados na cena enunciativa. Optaremos pela posição de Zamboni, entretanto, não será desconsiderada a capacidade do discurso de DC de apresentar construções lingüísticas figuradas.

Estas serão observadas como movimentações do enunciador, cuja existência institucional, longe de representar caracteres unicamente individuais, sinalizaria a existência ideológica de determinado segmento social.

Se entendermos que o interlocutor se constitui em forte elemento que direciona a formulação do discurso, não será difícil compreender uma das principais vertentes teóricas que fundamenta a articulação entre literatura e ciência: trata-se da teoria da recepção que considera o leitor como um dos pólos da obra literária, posição formulada pelo alemão Wolfgang Iser. Consideraremos esta abordagem no que tange à identificação do público leigo, cuja imagem deverá se configurar de modo inscrito no texto e não como uma categoria isolada na cena enunciativa.

Para refletir acerca do sentido da divulgação da ciência, a autora mexicana examina duas vertentes, a da *necessidade* e a do *prazer*, mobilizados por aqueles que não possuem conhecimentos científicos, da mesma forma que os especialistas. Necessidade em se apropriar de um saber tendo em vista, provavelmente, seu aspecto utilitário e prazer ao relacioná-lo a um conjunto de imagens que poderá remeter o leitor a um enredo de descobertas construído através do diálogo entre cientistas. Mora explica que a DC também pode ser formulada por cientistas. O que devemos teoricamente entender é a natureza deste discurso exemplificado pela cientista no fragmento abaixo de autoria de Carl Sagan, em *Cosmos*, em que utiliza a metáfora como aspecto figurativo para oferecer ao seu interlocutor provável dimensão do universo:

Só ontem o Cosmos foi descoberto. Durante milhões de anos, era claro para todo o mundo que não existiam outros lugares além da Terra. Então, no último décimo de centésimo da vida de nossa espécie, no instante entre Aristarco e nós mesmos, percebemos com relutância que não éramos o centro e a finalidade do Universo, mas que vivíamos num mundo diminuto e frágil perdido na imensidão e na eternidade, à deriva em um enorme oceano cósmico, cá e lá sarapintado de cem bilhões de galáxias e trilhões de estrelas (...) (Sagan apud Mora, 2003: 59).

Mora observa o quadro conceitual de Iser que, segundo a autora, teria se baseado, ao longo de sua obra em três domínios: 1) o texto e sua potencialidade para possibilitar e manipular a produção de sentido; 2) processamento do texto ao seu lido, através de imagens mentais geradas ao se construir um objeto estético formado pela autocorrelação de signos textuais (gestalt) - o leitor seria responsável pela conexão entre signos, atribuindo-lhes outro sentido que não aquele arbitrário previsto na língua e 3) estrutura comunicativa da literatura utilizada para examinar as condições que regem a interação texto-leitor.

Em se tratando de DC, essas “tonalidades” implicariam na construção de que tipo de discurso? A seleção prévia do produto (informação) dentro da mídia vislumbra sua aceitação perante o público-alvo que não domina a trajetória de construção do saber científico do mesmo modo que o cientista. A DC seria norteadada por interesses de um coletivo social que provavelmente não abarcaria as etapas próprias da ciência. Ao observar as representações veiculadas pelos discursos de transmissão de conhecimento na mídia, Sophie Moirand (2000) explica que, em seu papel intermediário entre a ciência e o grande público, a mídia ordinária se dá frequentemente uma imagem de aconselhamento para a vida cotidiana, imagem que se acentuaria mais quando se torna consultora (através de cartas de leitores, por exemplo) ou quando difunde saberes-fazer técnicos ou de experiências (Moirand, 2000: 17)

Quanto às explicações, estas seriam revestidas por um “perfume de cientificidade”. Segundo a autora, as descobertas médicas não são realmente explicadas, antes se explicam suas consequências positivas sobre a saúde. Aos especialistas de catástrofes, a mídia não demandaria explicar o fenômeno, mas sua opinião sobre a previsão ou conselhos. Não seriam expostos os mecanismos internos das novas tecnologias, mas a imagem da modernidade que oferece sua utilização (Moirand, 2000: 21). Esta aparente ênfase nos resultados e não no processo teórico e metodológico da ciência seria uma forma de representação social característica da DC que, ao vislumbrar um público leigo, acrescentaria como elemento estilístico o apelo não só ao lado cognitivo, mas também emotivo.

Telma Domingues da Silva (2002:130) relaciona três modos de presença do “saber científico” na mídia, voltado ao grande público: 1º.) a existência de publicações específicas; 2º.) existência de espaços próprios dentro das publicações diárias; e 3º.) a “irrupção” do acontecimento científico no noticiário diário. Esses modos de presença refletiriam uma relação entre ciência e mídia pautada pela busca de resultados científicos como produtos acabados:

Assim, a grande imprensa de divulgação científica no Brasil não só mantém o seu leitor alheio às configurações específicas dos debates científicos, à discursividade própria das ciências (as expressões técnicas e as abstrações devem ser ‘traduzidas’ por imagens que as concretizem ,por exemplo), mas mantém-se também ela nesse alheamento. A formulação mesma do fato a ser levado ao conhecimento do grande público, por meio da pauta na prática jornalística, dá-se de forma a ignorar a Ciência institucionalmente, voltando-se para uma busca dos seus resultados como produtos acabados (Silva, 2002: 134)

O acontecimento científico seria transfigurado como um fato da atualidade. O “alheamento” da grande imprensa em relação à discursividade própria das ciências poderia ser entendido mais como um ato pertinente ao fazer jornalístico que age selecionando o que deve ser

publicado tendo em vista os interesses de seu público alvo. Silva parece considerar, dentro da realidade sociocultural brasileira, o perfil deste público que seria formado, de modo amplo, por pessoas com baixo nível de conhecimento científico devido às possíveis deficiências educacionais. A discursividade da DC seria condicionada a esta realidade típica de um país em desenvolvimento e travaria “diálogo” com o desconhecimento do público, estabelecendo entre este e a imprensa, uma relação de dissimetria (Silva, 2002: 135).

Poderíamos comparar os três modos de presença do saber científico na mídia, apontados por Telma Domingues da Silva, às formas de transmissão de saber identificadas por Guimarães (2001) que procura distinguir a realização da DC de outros modos de veiculação do saber. O critério seria a constituição de uma cena enunciativa em que o discurso jornalístico relataria vozes da ciência de diferentes modos: o autor cita a revista “Época” que traz uma seção de Ciência e Tecnologia cujas matérias trariam pesquisadores e médicos como personagens dos fatos narrados em contraposição às revistas *Veja* e *IstoÉ*, cujos personagens seriam consumidores, governo, laboratórios de remédio, etc. (Guimarães, 2001: 17). Guimarães, portanto, faz uma distinção entre veículos de comunicação que trazem seções em que é abordado o saber científico, através de cientistas e pesquisadores, e aqueles que publicariam esporadicamente matérias de divulgação científica, sem que necessariamente haja a presença de cientistas.

Ao examinar o modo de articulação do discurso de DC, Orlandi (2001) o define como um jogo complexo de interpretação que deve constituir efeitos de sentido próprios do “jornalismo científico”, desencadeando um efeito-leitor. A textualização jornalística do discurso científico ocorreria através de um processo de reformulação (Orlandi, 2001: 21). A autora chama efeito de “exterioridade” da ciência:

(...) há um duplo movimento de interpretação: interpretação de uma ordem de discurso que deve ao produzir um lugar de interpretação em outra ordem de discurso, constituir efeitos de sentido que são próprios ao que se denomina “jornalismo científico” que, ao se produzir como uma forma específica de autoria, desencadeará por sua vez novos gestos de interpretação, agora produzindo um certo efeito-leitor (Orlandi, 2001: 23)

Orlandi defende a formulação da DC em uma outra ordem de discurso que deve manter efeitos de cientificidade. Esta mudança de ordem ocorreria através de um processo chamado por ela de “transferência” em que um saber é retirado de seu campo (científico) e passa a produzir outros efeitos em outro (jornalístico), através de uma relação metafórica. Quando o resultado não é bem feito haveria apenas um transporte e não uma transferência.

Ao reiterar a importância da cenografia, conceituada por Maingueneau (1997), como espaço em que seria encenado o discurso científico, Orlandi (2001:27) ressalta a relação entre metalingüística e terminologia que serviria para dar uma “ancoragem” científica através de um discurso sobre. Entende-se que a preocupação excessiva do jornalista com os termos científicos distanciam seu leitor do processo de construção do saber científico. Parece haver coerência nesta reflexão. Talvez o discurso de DC devesse relacionar ambos: termos científicos e tais processos a fim de oportunizar a divulgação científica, sem destacar apenas os resultados da ciência.

2.4 DC: discurso de reformulação ou formação de novo discurso?

DC apresenta-se articulada sempre por um divulgador que geralmente não é um cientista e que conhece técnicas de divulgação e se dirige a um interlocutor/leitor (público-alvo) leigo ou por um especialista que formulará seu discurso tendo como alvo o mesmo interlocutor. A presença deste interlocutor será determinante na formulação do discurso de DC, visto que condiciona escolhas por parte do enunciador que teoricamente pretende ser compreendido e ganhar a adesão deste leitor em relação a sua fala.

Outro aspecto que reforça a análise de formulação de discurso em oposição ao conceito de reformulação discursiva é a própria *circunstância enunciativa*: o espaço midiático impõe certas coerções no sentido de definir o que de fato merece ser considerado digno de divulgação. O próprio campo no qual se constrói a DC seleciona o que deve ser considerado notícia. Esta seleção deve prever preferências do público-alvo, dado que o divulgador se inscreve, geralmente, em um ambiente institucional, empresarial cuja captação deste público deverá ser realizada através da montagem de um discurso revestido de imagem digna de confiança e credibilidade. Critérios seletivos parecem prever relações entre este saber e a vida pessoal do interlocutor /leitor ou a um referente social mais abrangente que o atinja direta e/ ou indiretamente (ou não, mas que provoca interesse por algum motivo). Caberia avaliar em que medida se processa este “conhecer” construído pela DC que demonstra não se processar pela equivalência em relação ao discurso científico fonte, mas com características próprias.

De acordo com o grupo de pesquisa intitulado “O funcionamento de formas do português em gêneros de transmissão de saberes”, coordenado pela professora Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo, a DC é considerada uma forma de transmissão do saber científico que pode se realizar em vários campos da atividade humana. O grupo afirma que não se trata de um gênero particular de discurso, mas de uma forma de transmissão do saber que pode ser parte constituinte de variados gêneros, como reportagens, editoriais, notícias, artigos, entrevistas, etc. Ao nortearmos

o quadro enunciativo da DC pela presença do interlocutor leigo, parece adequado entender que a mesma possua características próprias que assumem tonalidades (coerções) do campo e do gênero nos quais se constitui.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNERO ENTREVISTA

Cabe-nos ressaltar, de início, a importância do estudo do gênero entrevista dentro de uma perspectiva teórica que a considere como um modo de interação verbal, prática social executada por dois interlocutores (entrevistador e entrevistado), tendo em vista coerções dos campos de conhecimento nos quais se realizam e que norteiam a forma de realização. Esta se distinguiria da conversa espontânea por conter implicitamente etapas de execução determinadas por tais coerções.

Inicialmente o objetivo será compreender, em linhas gerais, análises teóricas do gênero entrevista, de acordo com as abordagens que muitas vezes aparecem imbricadas: Análise da Conversação, Textual-Interativa e Análise do Discurso, bem como considerar pontos de vista de autores vinculados a cada uma delas e que possam esclarecer o teor conceitual que justificaria uma análise teórica deste gênero. Retomaremos análises já realizadas de *corpus* semelhantes a este (entrevista impressa), bem como de *corpus* formados por entrevistas do Projeto NURC. Por último, tentaremos pontuar de que forma as considerações feitas poderão contribuir para a análise deste *corpus* de entrevista impressa.

3.1 O espaço jornalístico e representações do gênero entrevista

Focalizar o espaço jornalístico de produção do gênero entrevista representa uma tentativa de compreender a palavra neste âmbito de organização social, tendo em vista não apenas traços das comunidades lingüísticas presentes, mas também elementos situacionais e culturais, próprios do campo, que poderiam caracterizar o contexto de produção deste gênero. É possível observar elementos vinculados a práticas historicamente formuladas que poderiam fundamentar regularidades genéricas, bem como possíveis regularidades lingüísticas. Será com este objetivo que sublinharemos algumas representações do gênero entrevista dentro deste espaço. Lodi (1971) define entrevista como um *método de informações* que coexistiria com outros dois métodos: a observação e a documentação. Para este autor, o entrevistador está sempre interpretando documentos prévios à entrevista, como ficha, resultados de testes e observando o comportamento do entrevistado.

Durante a entrevista, a observação seria empregada de diversas maneiras:

- a) para observar a vida do entrevistado em seu ambiente natural e em sua interação com seus familiares ou pessoas de trato cotidiano; b) para notar como reage às perguntas, seu tom de voz, as hesitações e as atitudes para com o entrevistado e c) para observar se o entrevistado age realmente como diz ao entrevistador. (Lodi, 1971:04)

Lodi subdivide a entrevista, enquanto método de investigação, em estruturada e não-estruturada. A primeira, também entendida como padronizada (*nonscheduled standardized interview*)

seria a de maior uso na pesquisa de opinião pública ou de atitudes. Sua premissa seria de que todas as respostas devem ser comparáveis ao mesmo conjunto de perguntas e de que as diferenças devam refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas. Haveria, segundo o autor, entrevistas padronizadas que dariam maior liberdade à formulação das perguntas. Com relação às entrevistas não-padronizadas, para cada entrevistado, o entrevistador formularia perguntas que teriam em vista o mesmo significado, mas com liberdade de escolha das palavras, da seqüência e do momento. Esta maior flexibilidade seria fundamentada nos seguintes critérios apontados por Lodi:

- a) a pergunta deve ser formulada com palavras familiares ou habitualmente usadas pelos respondentes;
- b) nenhuma seqüência fixa de perguntas é satisfatória para todos os respondentes, sendo a seqüência mais eficaz aquela que determina maior rapidez e disposição no respondente;
- c) seleção e treinamento dos entrevistadores para formular perguntas de acordo com cada entrevistado. (Lodi: 1971)

Para Medina (1986), a entrevista, em suas várias aplicações, é uma *técnica de interação social*, de interpenetração informativa, quebrando o isolamento entre grupos, indivíduos e sociais, podendo também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Medina recupera um quadro conceitual de Edgar Morin que enumera quatro diferentes tipos de entrevista: a *entrevista-rito*, que seria caracterizada, por exemplo, pelos rápidos depoimentos de jogadores ao final dos jogos – as próprias palavras da entrevista-rito seriam rituais –; a *entrevista anedótica*, definidas por Morin como *frívolas*, conversações acerca de fatos pessoais *fora de tudo que possa comprometer*; a *entrevista-diálogo* na qual seriam exploradas verdades importantes a respeito da vida do entrevistado ou sobre um problema; - as *neoconfissões*, nas quais o entrevistador se apagaria diante do entrevistado, no momento em que este faria a exposição de seu interior.

Diante deste quadro conceitual, Medina agrupa as entrevistas em duas tendências: a de *espetacularização* e a de *compreensão ou aprofundamento*. A autora aponta subgêneros da primeira tendência: *perfil pitoresco* em que seriam feitos retratos de figuras proeminentes do mundo das artes, do mundo político, econômico e até científico; *perfil inusitado* que buscaria revelar traços excêntricos do entrevistado; *perfil da condenação*, utilizada, segundo a autora, pelo setor policial do jornalismo em que haveria a tentativa de um julgamento apriorístico; *perfil da ironia “intelectualizada”*, forma de condenação através de contestação irônica.

Com relação à segunda tendência (de compreensão-aprofundamento), a mesma autora aponta os seguintes subgêneros: *entrevista conceitual* em que o entrevistador buscaria bagagem informativa, pois reconheceria a fonte como especializada (filósofo, sociólogo, cientista, economista); *entrevista*

– *enquete*: o jornalista procuraria mais de uma fonte para depor em relação ao tema proposto na pauta; *entrevista investigativa*, que teria como paradigma o Caso Watergate, seria aquela que investiga onde a informação não está ao acesso do jornalista, através de entrevista em *off* e em *on* que dê retaguarda ao *off* (de consumo interno do entrevistador); *confrontação-polemização* – são as entrevistas com temas polêmicos debatidos em mesas-redondas, simpósios ou seminários – nela o jornalista é um mediador; perfil humanizado, em que o entrevistador mergulharia no outro para compreender seus conceitos, valores, comportamentos e histórico de vida.

Com relação à entrevista jornalística, de modo geral, Medina a define como uma técnica de obtenção de informações que recorre ao particular e que por isso recorreria a uma fonte individualizada, na maioria das vezes oficial.

Rossi (1980) afirma que em jornais, revistas ou televisão, há um fio condutor que delimita o que será publicado ou levado ao ar: a *pauta*. Esta teria deixado de ser um simples instrumento de orientação para os repórteres e de informação para chefias, para refletir muito mais o que os jornais estão publicando e a televisão está mostrando. A pauta seria composta por informações enviadas pelos repórteres e pelos *press-releases*, enviados por organismos oficiais e organizações que teriam grandes esquemas de comunicação. Ainda segundo o mesmo autor, a pauta refletiria a idealização das pessoas que permanecem nas redações e não daqueles que estão em contato direto com os fatos ou das pessoas geradoras de notícia.

O primeiro filtro pelo qual passaria a produção do repórter seria o *copidesque*, espécie de redator cujo trabalho, de acordo com Rossi, seria expurgar as emoções e detalhes incluídos pelo repórter. Outro filtro desta produção é o trabalho do editor, que seria o chefe da seção (editoria). Seria este que definiria se o enfoque seguido pelo repórter estaria correto ou não. No caso de incorreção, o trabalho seria refeito pelo copidesque.

Medina (1986) observa que a execução da entrevista está vinculada ao processo de produção da informação jornalística. Identifica a *pauta* como ponto de partida nesta execução. A edição corresponderia à etapa desde o surgimento da notícia, elaboração da pauta, trabalho de campo (reportagem), entrevista, redação e fechamento. A autora observa três variáveis no processamento da informação. Uma delas seria a *influência grupal*: seria representada pela ideologia do grupo institucional que coordena o veículo de comunicação. Outra variável seria a influência coletiva, constituída pela demanda do consumidor ou exigências do público a quem se dirige o produto informativo. A terceira estaria relacionada com a própria disposição da indústria cultural contemporânea que teria em mira um consumidor que não formularia criticamente suas exigências por um produto que corresponda à sua expectativa.

Medina (1986) identifica quatro etapas para a consecução da entrevista jornalística. A primeira estaria circunscrita pela competência técnica iniciada por uma pré-pauta, idéia-matriz do tema a ser abordado na entrevista que poderia ser colocada oralmente ou por escrito de maneira esquemática. O repórter sairia pressionado pelo tempo de execução da matéria, sem grandes detalhes. O pauteiro sistematizaria as informações colhidas e desenvolveria o assunto de acordo com seus ângulos exploráveis e possíveis projeções. Em seguida, o entrevistador encaminharia a pauta, fato que exigiria repertório generalista acumulado (conhecimento acerca dos fatos), adquirido através de leituras prévias e contatos feitos com antecedência. Medina aponta a personalidade do entrevistador como elemento que atuaria no desempenho técnico da entrevista. Desenvolver o encadeamento de perguntas, interferências, interrupções, re-orientações no discurso do entrevistado seriam demonstrações de um *desempenho maduro do repórter*.

A segunda etapa envolveria a interação social, valorizando o papel social do entrevistador. Seria o momento de observação mútua e busca de confiança recíproca e não de expor um comportamento autoritário uma vez que a entrevista teria como foco um interlocutor/leitor (comunidade). Seria papel do entrevistador desmitificar a idéia de que o jornalista seria um *perturbador da privacidade*.

A terceira etapa seria correspondente ao momento em que o repórter aceita este desafio, buscando teoricamente *sentir* o entrevistado que poderá proporcionar situações imprevisíveis como um gesto, uma palavra que poderiam ser tomadas como novos redimensionamentos para a entrevista, possibilitados por um encontro denominado por Medina como *dialógico*.

A quarta etapa, chamada pela autora de *desvendamento do real*, iria além da insistência do uso da categoria *objetividade*. Medina tomaria por base a Teoria da Interpretação contemporânea que seria resultante de um entroncamento dos pensadores Karl Marx, Nietzsche e Freud e que sustentaria a defesa de um jornalismo com especulação ilimitada e atuação sempre relativa construída por aspectos subjetivos. A autora explica que este processo de decifração deve ter garantias técnicas de apuração da verdade, baseando-se em critérios científicos.

3.2 Entrevista: abordagens teóricas do gênero

Consideraremos, de início, possíveis etapas pertinentes ao contexto de produção do gênero entrevista impressa. A esta subjaz um processo interacional, classificado por Marcuschi (1986), como *diálogo assimétrico*, tendo em vista a presença de um participante que se coloca na posição de condutor do referido processo. Dentro da perspectiva da AC (Análise da Conversação), Fávero e Andrade (1998) justificam esta assimetria pelo fato de haver, na entrevista, interlocutores com papéis

distintos: ao entrevistador caberia escolher o tópico discursivo e direcionar a entrevista e ao entrevistado, conservar por mais tempo o turno, por ser o principal foco de atenção do ouvinte/leitor. As autoras destacam não apenas o papel discursivo dos interlocutores, mas também os papéis sociais, bem como suas características pessoais. Todo este conjunto determinaria o conceito de *assimetria interacional*.

Brait (1997:194) define *interação* como um componente do processo de comunicação, de significação, de construção de sentido e que faz parte de todo ato de linguagem. No jogo interacional, os falantes não seriam competentes apenas do ponto de vista lingüístico, mas teriam também a competência comunicativa e textual. A autora retoma Kerbrat-Orecchioni (1990:31) na afirmação de que “a competência aparece como um dispositivo complexo de aptidões, onde os saberes lingüísticos e os saberes socioculturais estão inextricavelmente combinados”.

Fávero (2000: 87) examina as entrevistas do Projeto NURC-SP, de televisão e escritas, considerando a *função* e a *natureza* das mesmas. Quanto à função, a autora identifica os seguintes aspectos: *introdução de tópico* (o entrevistador poderá usar uma P), *continuidade de tópico* (o par P-R pode ser usado para dar prosseguimento ao tópico), *redirecionamento do tópico* (o interlocutor pode redirecionar o tópico com uma P, reintroduzindo o tópico original) e *mudança de tópico* (ocorreria por um esgotamento do tópico anterior). Quanto à natureza das perguntas, a autora identifica a grande incidência de P como forma de *pedido de informação*, com respostas que se limitam à informação pedida ou P elaboradas como uma forma de sugestão para desenvolvimento do tópico. Desta forma, R não se restringiria à P. Haveria também P como *pedido de confirmação*, uma forma de fazer com que o entrevistado sustente a informação dada. O *pedido de esclarecimento* ocorreria quando o interlocutor não capta o enunciado e pede um esclarecimento de seu conteúdo. Já a pergunta retórica aconteceria quando o falante elabora P, mas já conhece R, recurso que seria usado para manter o turno ou estabelecer contato. A autora conclui que não há diferenças, quanto à função e à natureza, entre entrevista escrita ou falada.

Para uma análise do processo interacional nas entrevistas, Fávero e Andrade(1998:159) consideram importante observar a situação, as características dos participantes e as estratégias por eles utilizadas durante o evento. Além dos participantes trocarem informações, seriam também “atores” de um jogo de linguagem em que se instaurariam, através de um processo de negociações, trocas, concessões.

Quanto aos objetivos conversacionais, as autoras salientam o fato de que a atividade interacional deve estar voltada para fatores sociais como: idade, sexo, grau de conhecimento prévio, posição social, consideradas enquanto variáveis que determinam o grau de distanciamento entre os

participantes da conversação(1998: 169). Implicaria também observar padrões que regem a *preservação da imagem*, definida como *um conjunto de normas sociais que cada comunidade estabelece para orientar o comportamento adequado de seus membros, ajustando atitudes a normas(...)*.(1998: 169).

Ao examinar um corpus composto por entrevistas realizadas pelo programa “Roda Viva”, da TV Cultura, Fávero, Andrade e Aquino (1998) focalizam como objeto de estudo as *correções* como procedimentos de reformulação utilizados pelos participantes da atividade interacional. Tendo como base a intersecção de disciplinas como Análise da Conversação, Linguística Textual e a Sociolinguística Interacional, as autoras tomam como sustentação teórica, organização conversacional definida por Charaudeau (1995) de três ordens:

- a) o saber partilhado - (nível do saber) - os interlocutores exercem uma prática discursiva em que as representações são supostamente partilhadas e a compreensão se dá pela ativação desse saber.
- b) a representação - (nível do poder) - os interlocutores assumem comportamentos que os levam a representar diferentes papéis que vão dar legitimidade a sua palavra (...)
- c) a credibilidade - (nível do crer) - os interlocutores não ocupam simplesmente o espaço, mas são reconhecidos como tendo o direito de ocupá-lo porque o sabem fazer. O saber fazer corresponde à aptidão em ligar o espaço externo - dimensão situacional - ao interno - dimensão linguística -, o que permitirá o reconhecimento da competência do sujeito que comunica, fundamentando, assim, o direito à palavra.

(Fávero et alli, 1998:96)

Por considerar o corpus de entrevista impressa desta pesquisa, não focalizaremos com detalhes as análises de correção, tendo vista tratar-se de um estudo próprio de texto oral, porém, parece pertinente observar a estrutura de participação dos interlocutores descrito pelas autoras. Além do entrevistador e entrevistado, a audiência seria o elemento propulsor de modificações na interação entre eles, pois a interação se desenvolveria em função desta terceira parte. O que estaria em jogo, nas entrevistas compostas por entrevistados do campo científico, seria o reconhecimento de sua representatividade através de seu papel social, bem como de sua credibilidade dentro do âmbito no qual atua, situação que possibilitaria exercer de modo competente suas habilidades linguísticas.

Com relação às estratégias pragmático-discursivas adotadas pelo entrevistador a fim de controlar a entrevista, durante a atividade interacional, Andrade (2001) busca apresentar a relação de poder ou dominação entre os participantes nas relações de assimetria em um corpus de entrevista televisiva. Baseando-se na visão de Van Dijk (1989) de que o discurso não serviria apenas para mostrar ou exercer o poder, mas também para dissimulá-lo, a autora pontua e exemplifica algumas

formas de controle, já identificadas por Marcuschi (1988) e que atribuiriam ao entrevistador um "domínio" maior sobre a interlocução:

- a) Selecionar preferencialmente os falantes (...)
- b) Introduzir, incentivar ou retirar tópicos discursivos (...)
- c) Iniciar e concluir eventos (...)
- d) Coordenar as alocações dos turnos, bem como sua extensão(...)
- e) Produzir determinados tipos de atos de fala (solicitar, informar, avaliar o interlocutor, solicitar opinião, informar, justificar, afirmar, confirmar, aceitar), definir o estilo e as formas de polidez (...)
- f) definir o tom da entrevista (...)
- g) Coordenar seqüências (...)

(Andrade: 2001, 100 - 104)

Após as análises, a autora conclui que a administração do evento (entrevista) ficará sob o domínio do mais "forte", tendo em vista que, apesar de se tratar de uma relação de interlocução planejada, ela estará condicionada a fatores institucionais e situacionais. Desta forma, a autora afirma que será possível haver uma inversão de papéis, no qual o entrevistado possa controlar a entrevista, dirigindo a situação discursiva e suspender temporariamente o tópico em desenvolvimento (Andrade: 2001, 104).

3.2.1 Formulações e reformulações em tópicos e subtópicos discursivos

Consideraremos nesta parte do capítulo análises cujo foco de estudo centra-se em tópicos e subtópicos discursivos, característicos de diálogos assimétricos, como as entrevistas. Ao observar inquéritos do Projeto NURC/SP publicados em A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo (1987), Fávero define tópico como *uma atividade construída cooperativamente, isto é, há uma correspondência - pelo menos parcial - de objetos entre os interlocutores* (Fávero: 1997, 39). A mesma autora identifica duas propriedades do tópico discursivo como a **centração** que seria o falar baseado em referentes explícitos ou inferíveis. A mudança da centração, acarretaria a presença de um novo tópico discursivo. Outra propriedade seria a **organicidade**, formado pela relação entre supertópico (tema geral da entrevista), tópicos ("recortes" temáticos relacionados ao tema geral) e subtópicos (porções tópicas). As articulações que compõem esta organicidade podem, segundo a autora, ocorrer de duas formas:

- a continuidade - decorre de uma organização seqüencial dos tópicos, de modo que a abertura de um se dá após o fechamento do precedente. Deve-se dizer que o tópico compreende mecanismos de início, desenvolvimento e saída detectáveis por elementos verbais ou por traços supra-segmentais.
- a descontinuidade - decorre de uma perturbação na seqüencialidade: um tópico é introduzido, na linha discursiva, antes de se ter esgotado o precedente que pode ou não retornar. (...)

(Fávero:1997,46)

Com base nestes conceitos, Gavazzi (1998) realiza um estudo partindo da análise de 12 entrevistas do Projeto NURC com falantes do Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. O objetivo seria identificar procedimentos discursivos utilizados no processo de interação, para indicar o fechamento ou mudança de subtópicos. Para tanto, a autora se utiliza de um quadro teórico que circunscreve em linhas gerais conceitos advindos da Análise do Discurso, do "funcionalismo moderado", da Análise da Conversação e da Sociolinguística Laboviana. De acordo com os estudos realizados, haveria duas categorias de fechamentos de subtópicos: os *frásticos* e os *parafrásticos*. O primeiro representaria a ocorrência de uma *informação nova* na entrevista (40% do corpus) ao passo que a segunda, a *reformulação de informações* já declaradas anteriormente (60% do total das entrevistas). Nesta última categoria, haveria subcategorizações:

Nos fechos parafrásticos, a própria categorização já marca o começo do fecho. Este tem seu início no momento em que o falante declara não ter o que dizer sobre o assunto ("fecho explícito"), repete o que disse antes ("fecho reduplicativo"), analisa o que expôs (fecho analítico) ou resume sua própria elocução (fecho analítico-resumitivo)

(Gavazzi:1998,46)

Outra conclusão apontada pela autora é que a ocorrência do discurso argumentativo favorece a construção de fechos parafrásticos, uma vez que o falante teria como meta, persuadir o ouvinte, fazendo-o crer em sua opinião. Quanto às condições regulares que acarretariam a realização dos dois tipos de fechos, Gavazzi constata que os aspectos mais atuantes estariam localizados em "eixos anteriores ao texto". O falante escolheria as possibilidades de construção adequadas ao contexto cultural/social. A autora relaciona estes dados à noção de *frame*, proposta por Goffman (1974), para o qual o "eu individual" constituiria uma construção social (*frame*) ou, uma construção interativa, por intermédio da qual as situações seriam definidas e interpretadas.

Dentro de uma perspectiva dialógica cuja meta apresentada é focalizar o uso que alguns falantes fazem da metalinguagem, Alves (2005) analisa entrevistas impressas pela revista *Veja e IstoÉ*, realizadas com cientistas e personalidades da esfera política e econômica e objetiva estabelecer uma distinção entre *enunciados metalingüísticos* e *unidades lexicais metalingüísticas de caráter autonímico* (Alves:2005, 157). Assim como Gavazzi (1998), a autora identifica atividades de formulação e reformulação, as chamadas "atividades de reformulação" (Hilgert:1997). Alves acrescenta a possibilidade das reformulações parafrásticas poderem *expandir* ou *reduzir* o enunciado-matriz. A autora delimita seus estudos abordando paráfrases por expansão e por redução.

Alves aponta verbos metalingüísticos que caracterizariam os enunciados definitórios: ser, englobar, representar, explicar, definir. A autora identifica também paráfrases explicativas de termos que necessitariam ter seus significados expostos ou exemplificados. Tais paráfrases corresponderiam às reformulações parafrásticas.

De acordo com estudo de Alves, haveria recursos metalingüísticos mais explícitos, quando uma palavra metalingüística (termo, expressão...) introduz uma unidade lexical metalingüística de cunho autonímico (Alves:2005,166). A assimetria do jogo interacional poderia ser revelada e atenuada pelas não-coincidências do dizer (Authier-Revuz:1994), como em "perdoem-me a expressão". Segundo Alves, o emissor tornaria claro o fato de que as palavras que ele utiliza não são as mesmas de seu interlocutor. A autora termina o artigo expondo a "manifestação do outro" em turnos atribuídos a cientistas. Tal manifestação poderia ocorrer através de referências a outras línguas, a outros níveis de discurso, a discursos técnicos (Authier-Revuz:1984).

Considerando o contexto relevante, caracterizado pela própria situação de interlocução (Goffman:1981), Fávero e Aquino (1998) em artigo intitulado *As perguntas na organização das entrevistas*, ao realizar estudos de entrevistas televisivas, dentre elas do programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, atribuem papel privilegiado às perguntas, considerando-as estratégias com efeitos cumulativos, isto é, o entrevistador pode formular um pedido de informação, de confirmação ou esclarecimento, ao mesmo tempo em que pode utilizá-la para introduzir, mudar, redirecionar o tópico discursivo (Fávero e Aquino:1998, 123).

Desta forma, não haveria necessariamente uma única resposta (R) a uma possível pergunta (P). Citando Kerbrat-Orecchioni (1991), as autoras observam que as perguntas podem servir de "invólucros" para camuflar uma asserção, mostrando-se "reveladoras de controle do discurso" (Fávero e Aquino: 1998,131).

Realizadas tais considerações percebemos que se faz necessário o respaldo teórico de mais de uma disciplina: conceitos advindos da AC, como de tópico discursivo e turno parecem ser úteis a esta análise que pretende observar a categoria mais abrangente do ethos discursivo. Para tanto, seria interessante verificar estratégias discursivas utilizadas para composição de um ethos que representaria valores culturais de determinada organização social.

A entrevista, enquanto gênero praticado dentro do campo jornalístico, aparentemente está vinculada ao próprio modo de concepção do Jornalismo, uma vez que aparece como instrumento primordial de coleta de informação. Entender a variabilidade desta prática pode significar uma análise de um contexto social e histórico mais amplo que permeia a construção, não só da trajetória institucional e tecnológica inerente às organizações jornalísticas, mas também determina novos

modos de pensar e agir por uma sociedade que parece impor novas demandas, ao propor a inserção de um alocutário constituído em camadas sociais mais amplas em matérias jornalísticas realizadas no início do século XX, conforme pesquisas de Erbolato.

A trajetória técnica de construção parece ser crucial na definição de seus contornos enquanto produto de informação destinado a um interlocutor/leitor/ouvinte. Nesta trajetória, o jogo de perguntas e respostas parece constituir o que de mais característico compõe a entrevista.

3.3 Aspectos pertinentes à análise do corpus de entrevista impressa

Alguns pontos merecem ser destacados para análise do corpus de entrevista impressa. Um deles diz respeito ao teor eminentemente dialogal do gênero, cujo contexto de produção histórico e/ou imediato aponta para a importância da presença do alocutário (leitor, ouvinte, telespectador) modulando estratégias de interação entre os interlocutores: entrevistador e entrevistado. Partiremos da constatação de que as relações de poder entre ambos deixa-os em diferentes condições de participação no diálogo (Fávero: 2000, 80). Ou seja, cabe ao jornalista selecionar tópicos e estratégias de perguntas que atendam aos objetivos previamente determinados em sua pauta. Ao cientista, desenvolver este tópico, resguardando sua voz de especialista dentro de seu campo de atuação.

Esta “tríade interlocutiva” nos leva necessariamente a considerar o gênero *entrevista impressa* em relação aos seus lugares de produção, difusão e recepção (Beacco: 2004). Observando suas condições de produção, identificaremos traços descritivos que nos remeterão necessariamente a um contexto sócio-cultural peculiar. Neste aspecto entendemos que a AD francesa, através da análise das coerções do gênero e conceitos que nos remetem a um diálogo constitutivo entre estratégias discursivas e o referido contexto possam oferecer respaldo teórico fundamental às análises do corpus.

Apesar de Fávero (2000) considerar a entrevista impressa um *tipo especial de texto falado*, não se farão presentes alguns pressupostos teóricos da AC, como o de marcadores conversacionais e paráfrase de texto oral. Mesmo assim, conceitos como tópico discursivo e "face" parecem ser úteis a esta análise que pretende observar a categoria mais abrangente do *ethos* discursivo. Para tanto, seria interessante verificar estratégias discursivas utilizadas para composição de um *ethos* que representaria valores culturais de determinada organização social.

Com relação aos conceitos de tópico e subtópico, vale ressaltar a pertinência do quadro conceitual apresentado por Fávero (1997) utilizado por Gavazzi(1998) para analisar fechamentos de entrevistas realizados, segundo a autora, de modo frástico e parafrástico. Não serão analisadas aqui quaisquer formulações ou reformulações em fechamentos de subtópicos.

Também os estudos de Alves (2005) mostram-se úteis ao identificar as estratégias

metalingüísticas como parte de um processo intrínseco ao uso cotidiano da linguagem, mesmo ao discurso de divulgação científica. Enunciados definitórios e explicitativos podem expor mais do que ampliação e redução de conceitos. Podem sinalizar formas de heterogeneidade que relacionadas ao contexto de produção dos gêneros poderão sustentar análises do *corpus* de entrevista impressa.

4- METODOLOGIA

Traçaremos, neste momento, o percurso de formação do corpus que ora se faz presente nesta pesquisa. Consideraremos primeiramente noções relacionadas aos três níveis de formação definidas por Maingueneau (1997): o *corpus maximal* seria constituído por um agrupamento de enunciados pertencentes a um mesmo gênero discursivo e produzidos a partir de determinada posição ideológica; o *corpus delimitado* que seria configurado a partir de uma circunscrição do *corpus maximal* em função dos objetivos de pesquisa e por último o *corpus elaborado* formado a partir das hipóteses de trabalho e que define um conjunto de enunciados organizados a partir de alguma categoria lingüística. Grillo (2004) afirma que as categorias do gênero e da inscrição ideológica constituem o primeiro nível de delimitação do corpus. Segundo a autora, os gêneros não são “formas neutras”, mas “ideológicas” uma vez que ligadas a uma esfera sócio-histórica de circulação dos enunciados (2004, 28). Desta forma, cena genérica e cenografia sofreriam coerções da esfera de conhecimento na e pela qual se realizam. Haveria em tais gêneros marcas de sua enunciação capazes de explicitar o momento histórico, lugar institucional em que o discurso se realiza e pessoas cuja presença discursiva determinaria o conjunto de vozes mais frequentemente encontrado em cada gênero, como por exemplo: jornalista e entrevistado em “entrevista jornalística”, professor e aluno no gênero “aula”, etc.

Os textos que formam o *corpus maximal* desta pesquisa foram primeiramente selecionados, levando-se em consideração o gênero *entrevista impressa* em páginas amarelas pela revista *Veja*. A escolha deste suporte deve-se a dois critérios: o primeiro é que se trata de uma revista pertencente a um sub-campo jornalístico chamado “de referência” e o segundo diz respeito ao seu caráter de revista de atualidades e, por esta razão, voltada a um público de não especialistas. Entretanto, convém observarmos o posicionamento deste gênero em relação ao conjunto de cada publicação: ele aparece sempre no início, sendo marcado por um conjunto de três páginas destacadas pela cor amarela, fatos que sinalizam o seu direcionamento a um sub-segmento de leitores da revista. Ou seja, o leitor da revista *Veja* pode ou não ser leitor das entrevistas impressas nestas páginas que, dada a estruturação do gênero, escolhas temáticas e traços estilísticos podem configurar preferências.

Maingueneau (2002) considera o suporte parte integrante do discurso ao explicitar a necessidade de observar o *dispositivo comunicacional* como elemento que relaciona transporte e recepção do enunciado à própria constituição do texto, modelando o gênero. O mídiu impresso estaria tradicionalmente relacionado ao caráter de estabilidade de certos usos da língua, mesmo que o oral também possa ganhar traços deste caráter, através de slogans e ditados populares. No caso das entrevistas em questão, temos exemplos de enunciados “autosuficientes”, segundo Maingueneau

(2002:77) capazes de construir um sistema de referência intratextual que não se apóia em um ambiente partilhado com o co-enunciador, uma vez que este não pode interferir no processo de enunciação. Entendemos que aspectos recorrentes próprios do gênero entrevista impressa, em especial neste suporte, ocorrem tendo em vista o fato de haver a possibilidade de circulação da revista em variados meios sociais. Tal sistema de referência deve permitir ao leitor fazer releituras, estabelecer comparações e criar interpretações.

A temática observada aqui destaca o discurso de divulgação científica veiculado em entrevistas publicadas no seguinte período: entre maio de 2000 e maio de 2004. A escolha deste período visa estabelecer um recorte sincrônico de fatos científicos mais recorrentes e que ganharam repercussão no início de nossa década, dentro e pelo referido suporte. Trata-se de 49 entrevistas realizadas com cientistas, de um total de 209 publicadas no mesmo período, o que equivale a 20% deste total geral de publicações, fato que explica a escolha deste gênero nessa revista. Se observarmos o caráter de revista de atualidades, próprio da *Veja*, percebemos, a partir dos dados levantados, o quanto a presença de vozes de variadas esferas científicas é significativa no período destacado, em especial de dois grandes “blocos” de áreas: 1) das ciências humanas, mais precisamente economia, sociologia, ciências políticas e relações internacionais e 2) psicologia e medicina.

Para definirmos os contornos do *corpus delimitado*, recorreremos às 11 divisões de áreas científicas encontradas e que correspondem às divisões nas instituições científicas e universitárias:

Áreas científicas

Entrevistas encontradas

Entrevista selecionada

Economia

06

“O Consenso de Washington falhou” (06/11/2002)

Sociologia

05

“Tem solução” (13/02/2002)

Ciências Políticas

04

“Sob as asas do poder” (25/07/2001)

Relações Internacionais

09

“A nova ordem” (14/11/2001)

Psicologia

12

“Tecnologia cansa”, (8/11/2000);

Medicina

05

“Um bilhão de gordos” (28/08/2002);

Historiografia

03

“Espião do passado”, (17/04/2002);

Biologia Molecular

02

“Clonagem para curar” (31/07/2002);

Química/Física

01

“A era pós-petróleo”, (8/01/2003);

Literatura

01

“Leio, logo existo”, (31/01/2001)

Geografia

01

“A Amazônia será ocupada”, (12/11/2003).

É preciso ressaltar que as quatro primeiras áreas apontadas no quadro acima demonstram possuir imbricações temáticas, de modo que quando se focaliza, por exemplo, em “A nova ordem”, o processo de globalização, bem como a ação norte-americana na guerra contra o Talibã, a entrevista parece focalizar também questões de ordem política. Entretanto, o critério utilizado para classificação das entrevistas nas respectivas áreas deu-se por três aspectos: 1) a especialidade do cientista; 2) ocorrência de termos e expressões próprios da área em questão e 3) pertinência temática, ou seja, abordagem de temas específicos da área de especialidade do cientista. Foi com base nestes critérios que as onze entrevistas foram selecionadas. Estas compõem o *corpus delimitado*. Para a escolha de cada uma delas, observou-se primeiramente a representatividade das áreas, através da entrevista selecionada. Quando a área apresentou mais de uma ocorrência (caso das nove áreas subsequentes do quadro) a escolha ocorreu em função dos três aspectos acima apontados: optou-se pela entrevista (dentre as 49 apresentadas) que contivesse o maior número de termos, conceitos e definições próprios da especialidade do cientista. Na dúvida entre duas ou mais entrevistas que contivessem a presença de tais elementos, a seleção ocorreu de modo aleatório.

O *corpus elaborado* integra os seguintes *corpora* retirados do corpus delimitado: parágrafo inicial de apresentação do entrevistado e jogo de perguntas e respostas. Três categorias descritivas serão articuladas à cena enunciativa do par pergunta/resposta: *enunciados de definição*, considerados aqueles que explicitam conceitos e definições próprios das respectivas áreas científicas; *enunciados de explicação*: utilizados logo após uma asserção e que respondem ao questionamento implícito *Por quê?*; *enunciados de exemplificação*: apresentam aplicabilidade concreta das explicações e conceitos.

Com relação aos enunciados de definição, temos essencialmente a explicitação de conceitos e

definições de termos e expressões oriundos do campo científico em que foram cunhados. A classificação de tais enunciados pressupõe basicamente duas construções sintáticas: “X é...”, “chamamos de ...”. Destacamos que o estudo de tais enunciados encontra-se articulado ao par acima exposto, visto que a presença marcadores interrogativos (*o que*, por exemplo) pode se constituir fator condicionante da presença de tais enunciados.

Os enunciados de definição se farão presentes nas respostas dos entrevistados e aparecem como explicação após uma determinada asserção que responde à pergunta anteriormente formulada, de acordo com a seguinte estruturação sintática: “X acontece...”, em que X é o fato (foco temático em questão) e “acontece” aparece em geral como um verbo de ação em tempo presente ou passado. Especialmente o que caracterizará os enunciados de explicação será o fato de que responderão à necessidade de *explicar* uma asserção feita anteriormente, por exemplo: “acontece por quê?”.

Os enunciados de exemplificação serão classificados como aqueles que apresentam exemplos representados por fatos que poderiam ser averiguados pelo leitor, uma vez que se constituiriam acontecimentos que ilustrariam os próprios enunciados de explicação. O posicionamento dos EEX é, em geral, posterior aos EE. Por último é preciso esclarecer que estes corpora bem como as categorias descritivas vinculadas a eles terão como meta analisar a categoria conceitual do ethos do cientista presente em tais entrevistas.

5 – COMO A VOZ DA CIÊNCIA SE CONSTRÓI NO GÊNERO ENTREVISTA IMPRESSA

Analisar traços caracterizadores do saber científico no gênero entrevista impressa em páginas amarelas de *Veja* implica considerar coerções das três cenas apontadas por Maingueneau: englobante, genérica e de cenografia. A primeira marcada por regras de composição próprias do campo jornalístico, a segunda investida das metáforas de jogo, teatro e de ordem jurídica, como previstas pelo mesmo autor; e a terceira que consiste em identificarmos o modo de composição da cena de enunciação com a qual o co-enunciador (leitor) se depara inicialmente. Três categorias descritivas: *enunciados de definição*, *explicação* e *exemplificação* serão articulados ao par pergunta/resposta e relacionados à categoria conceitual de *ethos* discursivo, este de acordo com aspectos teóricos da AD de Dominique Maingueneau.

5.1 A imbricação entre discurso jornalístico e cena genérica

Consideraremos primeiramente traços da cena englobante constituída dentro do tipo de discurso jornalístico. Neste contexto discursivo, lembramos algumas regras que devem compor os gêneros produzidos, como a busca do efeito de objetividade, verdade e realidade. Existe um enunciador que demonstra interesse por questões públicas e um “eu” coletivo que pretende ser digno da confiança do enunciatário (leitor) ao exibir uma aparente imparcialidade, fazendo-o crer ser porta-voz da realidade criada no e pelo discurso.

Ter como referencial constitutivo da cena enunciativa o discurso jornalístico, nos cabe pressupor regras coercitivas próprias deste campo de atividade humana. Dentre elas observar que o

que se produz deve ser revestido de um acabamento capaz de corresponder às possíveis expectativas de recepção do leitor virtual. Este, sem dúvida, parece ser peça-chave na construção e orientação da cena enunciativa construída. Trata-se de um co-enunciador que *compra* um produto (revista) e espera encontrar nele um “padrão de qualidade” que justifique seu investimento.

Por “padrão de qualidade” entende-se um conjunto de ações que perpassam desde a confecção do *mídium* (qualidade da impressão, tipo de material usado para fabricação), passando por uma diagramação que oriente claramente o leitor na seleção do que ler e como ler, até na escolha dos temas, que devem ir ao encontro dos interesses deste leitor, bem como a seleção de quais personagens devem compor as cenas enunciativas articuladas. Personagens que devem inspirar credibilidade e confiança em torno de sua imagem.

Neste ponto, devemos considerar que, se tais regras devem compor o que chamamos de discurso jornalístico, pensemos em um subsegmento deste campo denominado *jornalismo de referência*. A palavra *referência* implica uma *alusão, citação*. Entendemos que dentro do referido campo haja níveis diferentes de refração: quanto maior a referencialidade, conseqüentemente será maior o reconhecimento entre os pares de jornalistas e entre os variados segmentos de leitores.

Tal referencialidade parece se relacionar diretamente, não apenas com o cumprimento rigoroso das referidas regras de “padrão de qualidade”, mas também com *aspectos investigativos*: 1) verificação de fontes de informação confiáveis e pertinentes aos mais variados temas levantados; 2) pertinência de exploração temática (abordagem de temas atuais, o que requer análise do contexto sócio-cultural); 3) inteligibilidade: conceitos oriundos de outras esferas, como a científica, devem ser devidamente “traduzidos” ou formulados de modo a ser compreensível por parte do leitor, fato que requer pesquisa e 4) perfil do virtual público-alvo.

Dentro deste subsegmento de referencialidade é preciso considerar o caráter noticioso do portador. Através dele, veiculam-se notícias dos mais variados campos: político, econômico, artístico, científico, religioso, etc. O que pressupõe a não especialização temática, ou seja, prevemos a construção de uma cena enunciativa, cujo interlocutor não seja um especialista em determinada área de conhecimento, mas que busca informações variadas e necessárias para compreender fatos da atualidade oriundos dos campos acima relacionados.

Entretanto, tendo em vista o quadro genérico e de cenografia que ora analisaremos, é possível prever a presença de um leitor, inscrito nas cenas, que possui formação escolar acadêmica ou em nível médio. Lembramos que uma das regras de composição próprias do campo jornalístico é o de *não subestimar a capacidade intelectual de seu interlocutor* (Lage, 1990), porém não negligenciar esclarecimentos acerca de conhecimentos especializados. Portanto, o jornalista deve ter em mente o

momento “certo” de atuação, fazendo-se mediador entre a fonte de informação e seu leitor.

Se transpusermos as metáforas articuladas por Maingueneau na análise da cena genérica do *corpus* composto por 11 entrevistas das páginas amarelas de *Veja*, veremos que a **ordem contratual** que se cria no referido gênero pressupõe representações de linguagem que creditam ao entrevistado (cientista) o lugar de *detentor do saber especializado*, de acordo com sua área de estudo. Ao entrevistador (jornalista), caberia o lugar de *mediador* entre este saber e o co-enunciador leigo. Espera-se, portanto, que o primeiro faça uso da linguagem de forma que evidencie tal saber como prática social reconhecida em seu campo. Ao segundo, que utilize estratégias linguísticas capazes de “traduzir” a linguagem especializada, tendo em vista a presença do referido co-enunciador.

O *contrato* também implica uma **ordem comunicacional**, isto é, pertinente aos momentos e lugares de enunciação: revista com publicação semanal. Há previamente definidos lugares a serem ocupados no gênero, uma vez que se trata de seção fixa do periódico. O enunciador genérico funciona, portanto, como instrumento para *legitimar* não apenas o contrato que cabe a cada um dos personagens, mas também os *papéis* desempenhados por eles no *jogo* característico do gênero entrevista. Outro aspecto relacionado à ordem comunicacional é a *finalidade* do gênero: de acordo com as regras do campo jornalístico está relacionado à informatividade, ou seja, trata-se de um gênero utilizado para informar o leitor. Entretanto, preferimos considerar as entrevistas que compõem este corpus como relacionadas a um tipo de entrevista classificado por Medina (1986) como *conceitual*, tendo em vista o papel do entrevistado (cientista), caracterizado como fonte das informações.

Antes de observarmos as duas outras metáforas propostas por Maingueneau (teatro e jogo), é preciso considerar outros aspectos temporais que vinculamos à mesma ordem comunicacional: a *periodicidade semanal* da revista implica em uma validade presumida equivalente, ou seja, há um acordo tácito entre portador e co-enunciador de que as informações conceituais explicitadas no contrato genérico terão durabilidade de uma semana. A *duração de encadeamento* é outro pressuposto de ordem comunicacional presente: as três páginas de entrevista determinam o tempo que o leitor terá para se informar através do gênero. Notamos aqui que tal determinação considerada um leitor que necessita fragmentar o seu tempo previamente para que possa conciliar outras práticas sociais. Com relação à *continuidade* do gênero, vemos que, de acordo com Maingueneau (2006), o *mídium* impresso possibilita também uma leitura “fragmentada”, ou seja, o leitor determina o modo de recepção (se contínuo, com pausas ou interrompido).

Com relação à metáfora *teatral*, entende-se que há papéis sociais definidos, relacionados ao estatuto social de cada um dos co-enunciadores (jornalista e cientista) que implica em ações que constituem o *jogo* deste gênero: uma vez investido da imagem de representante do saber científico

especializado, espera-se que o entrevistado tenha, a sua disposição, um turno de fala maior, uma vez que necessita expor conceitos, explicá-los e exemplificá-los para os mesmos tornem-se inteligíveis aos olhos do leitor leigo. Já o turno de fala do jornalista deve se fazer presente para definir quais tópicos discursivos serão desenvolvidos e direcioná-los de acordo com os supostos interesses de seu leitor, bem como esclarecê-lo acerca de conceitos expressões em jargões.

5.2 Cenografia: espaço da enunciação para construção do ethos

A cena genérica descrita acima aponta *contrato, papéis* articulados em um *jogo* previstos de acordo com o campo jornalístico, em um portador vinculado ao sub-campo denominado *de referência*. Vejamos agora como as coerções deste gênero atuam na constituição da cenografia e das *ethé* do jornalista e cientista. Neste momento focalizaremos nosso objeto de análise nos elementos peritextuais (foto, título, subtítulo e olho) e parágrafo inicial de apresentação.

5.2.1 Títulos: a captação pela relação interdiscursiva

As regras coercitivas do campo jornalístico impõem a construção de títulos que “condensem” o foco temático mais importante do texto, bem como consigam captar a atenção do leitor. Observamos que alguns títulos das onze entrevistas, além de cumprir tais regras, portam uma relação interdiscursiva construída com base em alusões a outros discursos:

Entrevistas selecionadas

- A) O Consenso de Washington falhou (06/11/2002)
- B) “Tem solução” (13/02/2002)
- C) Sob as asas do poder (25/07/2001)
- D) A nova ordem (14/11/2001)
- E) Tecnologia cansa, (8/11/2000);
- F) “Um bilhão de gordos” (28/08/2002);
- G) Espião do passado, (17/04/2002);
- H) Clonagem para curar (31/07/2002);
- I) A era pós-petróleo, (8/01/2003);
- J) Leio, logo existo, (31/01/2001)
- K) A Amazônia será ocupada, (12/11/2003).

Os enunciados dos títulos construídos, ora com verbos no indicativo (ver A, B, E, H, J e K), ora com sintagmas descritivos (ver C, D, F, G e I), criam um efeito de *certeza*, na constatação de fatos. Portanto, o leitor é imediatamente interpelado diante de uma realidade criada *no* e *pelo* discurso. A relação interdiscursiva acompanha, em alguns casos, este efeito de certeza e, de certa forma, reforça o discurso de autoridade que a valida. Em C tem-se uma alusão a um discurso familiar (“estar sob as asas da mãe”), fato que parece evidenciar imbricações entre práticas sociais da esfera do poder político público e aquelas relacionadas a possíveis usos deste poder tomado como aura de proteção de interesses particulares. Em G há um diálogo com um discurso que traz um teor investigativo, de aventura. Em J existe uma clara relação intertextual com o discurso de Descartes: “Penso, logo existo”. Ao mobilizá-lo, o enunciador (cuja voz atribuímos ao jornalista) faz referência ao filósofo que propõe como método universal de estudo científico inspirado no rigor matemático, através da *evidência, análise e síntese*.

Nestes casos em que ocorre relação interdiscursiva na construção do título, vemos que se cria uma imbricação de traços constitutivos dos discursos mobilizados. Tal imbricação parece resultar em diferentes efeitos de sentido formadores do *caráter do enunciador*: desde *o intelectual erudito* (como em J), *o estar próximo ao leitor*, ao mobilizar uma expressão popular (C) ou criar um tom de *cinema de aventura* com “Espião do passado”. No título E, percebemos que a relação interdiscursiva ocorre pela disposição de sentidos contrários a que normalmente se faz em relação ao uso de tecnologia: a de que esta veio para “facilitar” a vida do homem moderno.

É preciso destacar o fato de que tais traços remetem à construção do *ethos* do jornalista, uma vez que adotamos como critério para diferenciação das vozes a ocorrência de aspas que marca, no próprio título, a presença de discurso direto (com aspas), destacando o distanciamento entre a fala do entrevistado e do entrevistador (sem aspas). Os compostos em DD são: B e F. No primeiro caso, o título “Tem solução” implica em o leitor considerar *o que teria solução*. A generalização do título provoca a captação imediata, uma vez que a princípio pode parecer ser solução para os prováveis problemas do co-enunciador. O enunciador jornalista se utiliza de uma fala em DD do especialista para sustentar a voz de autoridade que se cria através do discurso. No segundo caso, o leitor é interpelado pelo número expressivo “Um bilhão de gordos”. Ao segmentar esta fala em DD do especialista, o enunciador jornalista prevê a articulação de uma memória discursiva que mobiliza um padrão de beleza que preza medidas equilibradas e esguias.

Em A, a captação ocorre tendo em vista a alusão ao governo norte-americano e de *falhou*, o que implica considerar *por quê* falhou. O título D porta, de início, variados significados para a palavra

“ordem”: série, seqüência; regra ou lei estabelecida, etc. Qual seria esta *nova ordem*? Vemos que a estratégia usada pelo jornalista é a omissão de dados relevantes para a composição dos títulos. No título H, observamos que o tema *clonagem* se relaciona com *curar*: este, apresentado como *finalidade* do processo. O jornalista oferece, de antemão, um direcionamento temático para o tom da entrevista, demonstrando que o aspecto terapêutico seja a abordagem mais interessante do assunto aos olhos do leitor. Desta forma, o jornalista mostra-se **preocupado com seu público**, a ponto de se colocar em seu lugar. Em I, também percebemos a omissão de dados, mas que são sugestionados pelos elementos explícitos: “A era pós-petróleo” evidencia o petróleo como um “marcador” que definiria o “fim” de uma era e o começo de outra, marcada provavelmente pela inserção de um outro tipo de fonte de energia que o substitua. Mais uma vez, o enunciador/jornalista demonstra fazer um “recorte” temático que esteja em sintonia com interesses de seu leitor. Com relação ao enunciado K, articula-se uma memória discursiva que prevê a identificação da região Amazônica como importante região ecológica do planeta. Nele (no título) há uma asserção que responde negativamente ao discurso daqueles que a defendem como zona de preservação. Cria-se uma provável polêmica: ao leitor caberá concordar ou discordar dela. A captação, neste caso, ocorre via *diálogo entre dois discursos*: os que preferem manter a região protegida e os que defendem o processo de ocupação.

5.2.2 Subtítulos: o DI como modo de citação

No campo jornalístico, a função do subtítulo é oferecer ao leitor elementos essenciais pertencentes ao *lead*: quem, o que, onde, quando e por que, sem que haja a necessidade de conter todos. Observamos que os subtítulos das entrevistas seguem um padrão geral de composição: apresentação do entrevistado através de sua função social e a inserção de uma fala em DI, bem como através da modalização em discurso segundo, como em C:

Subtítulos

- A) Economista inglês que criou termo usado como sinônimo de neoliberalismo diz que chegou a hora da distribuição de renda (6/11/2002)
- B) Especialista americano diz que é possível vencer rapidamente o crime e que o respeito à lei se aprende em casa (13/02/2002).
- C) Para o sociólogo carioca, o Estado sempre exerceu e continua a exercer uma incrível atração sobre os intelectuais brasileiros (25/07/2002).
- D) Estrategista americano diz que o Brasil está fora da aliança contra o terror e que a globalização pode estar em declínio (14/11/20010)
- E) Especialista americano diz que a maneira como nos relacionamos com os avanços modernos é prejudicial à

saúde (8/11/2000)

F) O criador da Obesity Task Force, órgão que monitora o aumento da obesidade no mundo, diz que nenhum governo adotou as medidas corretas para atacar o problema (28/08/2002)

G) O maior especialista nos Manuscritos do Mar Morto conta que eles foram quase totalmente decifrados, mas deixaram mistérios que continuam desafiando os estudiosos (17/04/2002)

H) O prêmio Nobel de Medicina diz que as pesquisas com embriões humanos permitirão criar órgãos, conhecer melhor as doenças e combater seus efeitos (31/07/2002)

I) O ativista da elite americana diz que já são visíveis os sinais de uma economia independente dos combustíveis fósseis (8/01/2003)

J) O mais polêmico dos críticos literários diz por que ainda se deve ler num mundo dominado pelas imagens (31/01/2001)

K) Especialista em estudos sobre a ação do homem na floresta diz que o desmatamento é um processo inevitável (12/11/2003)

Percebemos que, em nenhum momento, o cientista é apresentado pelo seu *nome* (já exposto no alto da primeira página de entrevista). Os enunciador jornalista utiliza em A, B, D e E subtítulos que identificam o entrevistado através respectivamente da *área de atuação* e *nacionalidade* para depois introduzir a citação em DI ou modalização em discurso segundo. Demonstra, desta forma, ter se “apropriado” do conteúdo temático a ser desenvolvido ao longo da entrevista e ter selecionado seu foco essencial. Com este recurso, o mesmo se apresenta como ***bem informado*** e ***capaz de compreender os prováveis interesses de seu leitor***, ao priorizar determinado foco.

Há, entretanto, outras estratégias para caracterizar o entrevistado: em A utiliza uma oração subordinada adjetiva (*que criou termo usado como sinônimo de neoliberalismo*), ou através de ações e/ou títulos conquistados: O criador da Obesity Task Force, órgão que monitora o aumento da obesidade no mundo ; O prêmio Nobel de Medicina. Na primeira, a oração adjetiva parece ser utilizada com o mesmo objetivo: esclarecer o leitor acerca da representatividade valorativa do acontecimento. Através destas estratégias, valorizam-se as credenciais científicas do entrevistado.

5.3 Segmentos que compõem o parágrafo inicial da entrevista

Aparentemente a função do parágrafo que antecede o jogo de perguntas e respostas é apresentar ao leitor o entrevistado, definindo seu perfil acadêmico e seu nível de influência dentro de sua área de atuação. O enunciador destaca de início a função exercida pelo cientista (economista, psicólogo, professor, pesquisador), seguido de sua nacionalidade (inglês, americano, britânico,

holandês, respectivamente). É preciso destacar a presença constante de entrevistados estrangeiros, como integrantes do contexto de produção, dado que parece revelador da importância que se atribui à presença de um entrevistado que possua teoricamente respeitabilidade em outros países, em especial aqueles desenvolvidos. Seria possível deduzir que o leitor das entrevistas procuraria exatamente esta respeitabilidade internacional ao entender que: o que é observado com seriedade em países com nível alto de desenvolvimento tecnológico e científico, deva ser também considerado como tal aqui no Brasil.

Em seguida, há geralmente o destaque para a idade, que oscila entre 48 e 70 anos. Tal fato também se mostra relevante, pois demonstra considerar a fala de cientistas *experientes*, aquele que teoricamente expressa seu conhecimento após vivenciar numerosas situações pertinentes à área na qual atua, demonstrando ter, portanto, saber até certo ponto “incontestável”.

Na seqüência, o enunciador tece comentários acerca das prováveis qualidades do cientista. Vejamos a recorrência destes comentários nas primeiras entrevistas abaixo selecionadas:

A) “...tem um currículo *extenso e eclético*.” (6/11/2002)

E) “...é *uma das maiores autoridades mundiais* quando o assunto é a relação entre o homem e a tecnologia”. (8/11/2000)

F) O professor britânico Philip James tem 64 anos, 1,73 metro de altura e pesa 73 quilos. Ainda assim, *luta diariamente contra a obesidade. Não que tenha problemas para afivelar o cinto*. (28/08/2002)

G) “... O pesquisador holandês Emanuel Tov *dedicou mais da metade da vida* ao estudo do que *é considerada a maior descoberta arqueológica de todos os tempos*: os Manuscritos do Mar Morto. Aos 60 anos, ele agora comemora a conclusão do trabalho de edição dos manuscritos que *iluminaram* os conhecimentos da humanidade sobre o judaísmo e o início do cristianismo. (17/04/2002)

Observamos que, na primeira entrevista, o enunciador faz uso de dois adjetivos: *extenso* e *eclético* para caracterizar o currículo do cientista. Demonstra aqui dar ênfase à imagem de confiança que o leitor deve ter em relação ao entrevistado, uma vez que este é definido como, além de experiente, dada a “extensão” de seu currículo, capaz de compreender conceitos advindos de várias áreas de conhecimento. Na segunda entrevista, o comentário destacado parece também enfatizar essa imagem em relação ao cientista perante o leitor.

Na terceira, o comentário chama a atenção do leitor para a gravidade do problema “obesidade”, uma vez que até mesmo o próprio cientista é mostrado como alguém que “luta diariamente contra...” ela, mas que sabe controlá-la, pois não tem “...problemas para afivelar o cinto”. O enunciador realça aqui o tema básico do principal tópico conversacional (obesidade). Ao evidenciar os contornos do problema, parece também valorizar o trabalho do cientista, como

especialista no seu estudo:

Veja: ...seu trabalho é chamar a atenção para o que aponta como um dos maiores problemas do planeta atualmente: uma epidemia de obesidade que há vinte anos não pára de se espalhar... (28/08/2002)

O mesmo ocorre na quarta entrevista relacionada quando o enunciador dá ênfase ao objeto de estudo: Manuscritos do Mar Morto, através da utilização da voz passiva analítica “...*é considerada* a maior descoberta arqueológica *de todos os tempos*...”, sem evidenciar o agente da passiva, fato que responderia a questão: considerada a maior descoberta arqueológica *de todos os tempos por quem?* No momento em que o enunciador realça a importância do objeto de estudo, também demonstra valorizar o trabalho do cientista e conseqüentemente sua voz de especialista no assunto.

No mesmo parágrafo inicial, o enunciador põe em relevo experiências de trabalho do cientista:

A)“...Trabalhou no Ministério da Fazenda da Inglaterra durante um governo de centro-esquerda e passou pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Foi professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts e da Universidade Princeton, nos Estados Unidos...”. (06/11/2002)

E)“Há vinte anos ele pesquisa os efeitos dos avanços tecnológicos no dia-a-dia das pessoas”. [...] Consultor e professor de psicologia da Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos (...). (8/11/2000).

F)“Como presidente da International Obesity Task Force (IOTF), organização criada por ele em 1996, seu trabalho é chamar atenção para o que aponta como um dos maiores problemas do planeta atualmente...” (28/08/2002).

G)“... comemora a conclusão do trabalho de edição dos manuscritos...” (17/04/2002).

O enunciador seleciona informações que corroborem a imagem de especialista altamente qualificado devido a sua trajetória profissional em órgãos do governo ou de pesquisa aparentemente reconhecidos internacionalmente.

Após destacar esta trajetória profissional, o enunciador pontua teses, conceitos, linhas de pesquisa e/ou diagnósticos do cientista, que fundamentariam o caráter científico de seu parecer de especialista:

A)“Um de seus feitos mais conhecidos foi cunhar, no fim da década de 80, o termo *Consenso de Washington* para designar um conjunto de idéias em favor da economia de mercado...”. (6/11/2002)

E) “ Seu diagnóstico é alarmante: todos nós, sem exceção, somos vítimas de uma nova modalidade de stress, provocada pela dependência cada vez maior da tecnologia.” (8/11/2000).

F) “Formado em medicina, James, ironicamente, começou a carreira estudando o oposto de sua atual obsessão: a subnutrição” (28/08/2002).

H) “Os trabalhos de Baltimore são citações obrigatórias em quase todos os estudos fundamentais sobre as engenharias de DNA, clonagem e pesquisas sobre o câncer ou a Aids.” (31/07/2002)

J) “Com o controvertido Shakespeare – A invenção do Humano, defende a tese de que seríamos criaturas diferentes se o famoso dramaturgo inglês não houvesse existido” (31/01/2001)

K) “Sua tese central é que, além de estabelecerem reservas e áreas de proteção para os índios, as autoridades devem disciplinar as atividades que *inapelavelmente* se estabelecerão em volta desses espaços” (12/11/2003)

O enunciador também destaca dados da vida pessoal do cientista, aparentemente relevantes na definição de seu perfil profissional. Tais dados também parecem, de certa forma, estabelecer uma aproximação entre cientista e leitor:

A) “Williamson conhece bem o Brasil. Durante quatro anos lecionou na PUC do Rio, onde foi colega de Pedro Malan e professor de Arminio Fraga. Casado há 28 anos com uma brasileira, tem dois filhos e uma filha, que atualmente mora no Rio.” (06/11/2002).

F) “Seu próximo desembarque será em São Paulo, onde, de 24 a 29 de agosto, participa do IX Congresso Internacional de Obesidade” (28/08/2002)

G) “...Tov dedicou mais da metade da sua vida ao estudo...” (17/04/2002)

H) “Nos anos 80, no auge do sucesso, a divulgação do que seria uma fraude envolvendo Baltimore e uma colega do MIT, a pesquisadora brasileira Thereza Imanishi-Kari, quase liquidou sua carreira. Depois de anos de investigação, ambos foram inocentados.” (31/07/2002)

Publicações também aparecem destacadas pelo enunciador, uma vez que esta se constitui uma das ferramentas de reconhecimento do trabalho do cientista entre seus pares e/ou para o público leigo:

E) “Rosen lançou, junto com sua mulher, a também psicóloga Michelle Weil, o livro TecnoStress – Coping with Technology @Work, @ Home, @Play (algo como Tecnostress –convivendo com a tecnologia no trabalho, em casa e no lazer), ainda sem versão em português, no qual dá dicas sobre como conviver pacificamente com a tecnologia” (8/11/2000)

F) “... escreveu estudos sobre obesidade para o Royal College of Physicians de Londres (...) Autor de catorze livros, James assessora governos na criação de leis de nutrição (...)” (28/08/2002)

H) “... Baltimore tem 600 trabalhos publicados.” (31/07/2002)

Notamos que este parágrafo introdutório parece ter a finalidade de traçar um perfil do entrevistado e, desta forma, torná-lo conhecido perante o leitor. Importante observar que as informações destacadas priorizam a formulação de um *ethos* cujos traços convergem para a de um *especialista experiente e dotado de credibilidade internacional*. Se relacionarmos, por exemplo, o título ao parágrafo inicial, veremos que este sinaliza a presença de um aconselhamento ou alerta, uma vez que os enunciados expressam certeza.

Antes de analisarmos o jogo de perguntas e respostas, é preciso considerar a presença de outros elementos peritextuais como a foto do cientista, sempre disposta logo abaixo do título, à direita. Nela ele se apresenta com aspectos de formalidade (camisa, paletó e gravata nas seis primeiras entrevistas) ou de informalidade, como na entrevista com o crítico literário (31/01/2001), em frente a uma casa e com o geógrafo (12/11/2003) onde o cenário é uma formação vegetal, fato que contribui para a construção do *ethos* de especialista nas respectivas áreas de atuação. Nas duas outras páginas de entrevista, há sempre um *olho* que destaca uma fala do cientista, colocada entre aspas. A função deste *olho* seria o de auxiliar na captação do leitor, pondo em relevo considerações aparentemente mais polêmicas. Notamos que este *olho* ressalta um fragmento de fala atribuída ao especialista, uma vez que delimitada por aspas, fato que marca o distanciamento entre ela e aquela do jornalista. Se compararmos o desenvolvimento do tópico discursivo dentro dos turnos de fala dos especialistas, notamos que o jornalista seleciona “recortes” dos pontos de vista apresentados pelos mesmos. Além do aspecto de “síntese de fala”, há que se pensar no relevo que se atribui a estes recortes, privilegiando algumas informações e não outras. Vejamos o que ocorre neste fragmento abaixo:

Fragmento 1

Veja – Há como promover a distribuição de renda sem afrouxar a austeridade fiscal?

Williamson – Não se trata apenas do tamanho do gasto social, mas de quem se beneficia. Uma das características dos governos da América Latina é gastar com os mais ricos. No Brasil, a área da educação é um grande exemplo. Gasta-se muito com as universidades públicas em detrimento do ensino fundamental. Isso contrasta com o que acontece em certos países asiáticos, como a Coreia do Sul. Concordo que o governo tem de dar apoio às universidades públicas, que são fundamentais e áreas estratégicas como a pesquisa. Mas os alunos abastados precisam pagar. Com isso, as universidades ficarão ainda mais fortes. Na Previdência, também há grandes distorções. Certas categorias recebem aposentadoria integral, enquanto outras, não.

(06/11/2002)

Vejamos o *olho* abaixo:

“Uma característica dos governos da América Latina é gastar com os mais ricos. Gasta-se com as universidades em detrimento do ensino fundamental. Outra distorção é a Previdência. Certas categorias recebem pensão integral, outras não”.

(06/11/2002)

O mesmo ocorre nos dois fragmentos abaixo subseqüentes:

Fragmento 2

Veja – De que maneira a tecnologia afeta o comportamento das pessoas?

Rosen – A velocidade da tecnologia está alterando nosso relógio biológico. As pessoas querem fazer tudo na velocidade do computador, querem que tudo se resolva num piscar de olhos. A consequência é que elas estão se programando para correr cada vez mais. Estão vivendo um constante estado de alerta. E isso gera nervosismo, ansiedade. O elevador demora e as pessoas já se irritam. A tecnologia está invadindo nossos limites por todos os lados. As pessoas estão mais impacientes do que nunca. Você começa a ver isso nas crianças.

(08/11/2000)

No olho a citação ocorre da seguinte forma:

“A rapidez da tecnologia está alterando nosso relógio biológico. De repente queremos fazer tudo na velocidade do computador. A consequência é que estamos mais impacientes e irritados do que nunca”

(08/11/2000)

Fragmento 3

Veja – O senhor é a favor da prisão perpétua?

Laub – Temos de nos perguntar qual é o objetivo da prisão perpétua. Se formos a favor para evitar que uma pessoa volte às ruas e cometa mais crimes, então estamos em dificuldades. É muito problemático. Primeiro, porque os criminosos perigosos continuam cometendo crimes dentro das prisões contra os carcereiros e outros presos. Segundo, porque é impossível prever quem irá desistir. Também não podemos esquecer que algumas pessoas abandonam os crimes mais sérios à medida que ficam mais velhas. Por outro lado, instituir a prisão perpétua é defensável para desestimular o crime, para que a sociedade deixe bem claro o que não tolera.

(13/02/2002)

A citação do olho correspondente ao fragmento 3:

“A prisão perpétua é muito problemática se queremos tirar criminosos das ruas. Até porque não sabemos quem continuaria bandido. Mas é defensável para desestimular o crime, para que a sociedade deixe bem claro o que não tolera”.

(13/02/2002)

Esta “fala-síntese” do especialista selecionada e reformulada pelo jornalista demonstra o

desejo deste último de pôr em evidência um posicionamento de certa forma polêmico, uma vez que pode (ou não) suscitar a adesão do leitor a este. É preciso destacar que o olho aparece nas duas páginas subseqüentes de cada entrevista. Se observarmos que existe uma movimentação do enunciador em busca da valorização da imagem do especialista, já delineada na primeira página, esta possível “voz de polêmica” criaria um efeito de imparcialidade do enunciador jornalista, ao mesmo tempo esconde um direcionamento ideológico balizado por interesses de seu público leitor, no caso aquele que teria interesse em considerar o modo de atuação de governos em políticas públicas. Observamos também que o enunciador suprime, no *olho*, o nome *Brasil*, criando uma imagem mais “difusa” da responsabilidade atribuída aos “governos da América Latina”. A indeterminação do sujeito, marcada pela partícula “se”, em “gasta-se com as universidades”, contribui para a geração desta imagem.

No olho da página seguinte da mesma entrevista (6/11/2002), o enunciador jornalista também cria certo efeito de polêmica quando seleciona a afirmação de que “Em Washington, não há tanto preconceito contra Lula como há nos mercados financeiros”. Supõe-se que haja preconceito de “Washington” em relação ao presidente brasileiro e que tal preconceito cresceria nestes mercados. Entretanto as falas atribuídas às vozes presentes permanecem difusas: “Muitos entenderam que foi necessário reforçar o discurso de esquerda para ser eleito”. Muitos, quem? Trata-se de uma movimentação do enunciador jornalista que demonstra isentar-se de um comprometimento diante do que está dito. Ao mesmo tempo expõe o que considera importante: avaliar a imagem perante o exterior do presidente então recém eleito, tratado unicamente por “Lula”:

“Nos EUA, existe curiosidade sobre como o governo do PT vai funcionar. Muitos entenderam que foi necessário reforçar o discurso de esquerda para ser eleito. Em Washington, não há tanto preconceito contra Lula como há nos mercados financeiros”.

(06/11/2002)

Ao observarmos elementos peritextuais e parágrafo inicial o leitor já depara com a cena de enunciação (cenografia) que desenha a presença de um entrevistado cujo *caráter* é marcado por traços de *experiência, reconhecimento intrapares e internacional*. É importante considerar que tais traços são marcados pelo enunciador/jornalista, fato que faz sinalizar caracteres de seu ethos: *bem informado e preocupado com o leitor* ao focalizar temas que privilegiem prováveis interesses do leitor. Em contrapartida, a escolha temática, seleção de estratégias discursivas, como a interdiscursividade dá uma medida dos traços de caráter do próprio co-enunciador: sujeito que possui escolaridade superior ou média e que tem interesse nos temas abordados (economia internacional,

segurança pública, comportamento de setores da política nacional, globalização, efeitos da tecnologia, obesidade, manuscritos do Mar Morto, clonagem, combustíveis alternativos, impacto da tecnologia na literatura clássica e ocupação amazônica).

Veremos no próximo capítulo até que ponto o jogo de perguntas e respostas corroboram tais traços de caráter das *ethé* apontadas e acrescentam novos outros.

6 – PERGUNTAS E RESPOSTAS: UMA INTERLOCUÇÃO QUE CONSTRÓI SABERES

Consideraremos, neste momento, o par interlocutivo pergunta/resposta, característico do gênero entrevista, como elemento constitutivo da cenografia em que há, como atores do processo de interlocução, jornalista e cientista. Preveremos a influência de coerções do campo jornalístico e do discurso de divulgação da ciência, que, ao se realizar, orienta-se pela presença de um co-enunciador leigo.

Nesse processo, observamos a construção de três tipos de enunciados: de definição, explicação e exemplificação. Trata-se de estratégias discursivas articuladas tendo em vista a inserção de tópicos discursivos e seu direcionamento por parte do jornalista, bem como do modo de exploração de tais

tópicos, que envolvem a construção de saberes oriundos do campo científico.

6.1 Traços caracterizadores do par pergunta/resposta

Dentro do par pergunta/resposta, entende-se que a primeira determina os contornos da abordagem temática e discursiva, ao impor restrições ilocucionárias e discursivas à segunda (Urbano et alii: 2002, 75). O entrevistador selecionará, dentro das perguntas possíveis, aquela que convém de acordo possivelmente com interesses de seu enunciatário (leitor). As respostas indicarão se tais contornos serão seguidos ou não ou ampliados. Neste caso, como se dá esta ampliação? Ou, que rumo toma o reordenamento destes contornos?

É possível notar que o entrevistador, de modo geral, fornece informações no início de seu turno, através de asserções. Apenas no final do turno é que realiza sua pergunta. Essa movimentação do enunciatário entrevistador faz crer que deseja a adesão do leitor a sua abordagem temática, mobilizando conhecimento enciclopédico para que o mesmo possa inferir possibilidades de respostas e compreender se devem ser aceitas ou não.

Veja - O crescimento econômico da América Latina nos últimos anos foi baixíssimo. O Consenso de Washington falhou?

Williamson - O que ficou conhecido como Consenso de Washington falhou. Quando alguns países eliminaram as barreiras para o fluxo de capitais de forma rápida, foi um desastre. Com isso, os investimentos especulativos passaram a entrar e a sair sem muitas restrições. Esse foi o caso de alguns países asiáticos e, de certa forma, também do Brasil na década de 90(...) (6/11/2002)

Notamos que o leitor deverá relacionar o “baixo crescimento econômico da América Latina” à falha do Consenso de Washington e subentender sua finalidade. A princípio, a pergunta parece exigir uma resposta fechada “sim” ou “não”. Entretanto, o estatuto social do entrevistado como especialista parece remodelar o tipo da pergunta, tornando-a aberta, como que simulando uma justificativa do porquê da falha. Esta teria como motivo a *rápida eliminação de barreiras para o fluxo de capitais*. Tal articulação pressupõe um enunciatário que conhece esses conceitos e informações. Ficará a cargo do leitor entender o termo “barreiras” e a natureza de “fluxo de capitais”. Desta forma, entendemos que o mesmo deverá se munir de conhecimentos prévios adquiridos provavelmente em esfera acadêmica, caso contrário, o mesmo enunciado poderá não configurar sentido necessário a sua compreensão.

O turno seguinte traz a tentativa do entrevistador de tornar clara a definição do termo perante o leitor. O próprio marcador interrogativo (qual) sinaliza a necessidade de uma resposta correlacionada à circunstância indicada. Vemos que, após sua formulação, o entrevistado expõe seu ponto de vista,

como um “conselheiro” que traça um possível quadro econômico futuro com base em estudos anteriores:

“Veja- Qual era o conceito original do Consenso de Washington?

Williamson- Era o que defendia as seguintes políticas: disciplina macroeconômica, economia de mercado e abertura comercial. Essas idéias continuam válidas. Duvido que Lula tivesse sido eleito sem aceitar muitos desses conceitos. Para crescer, é aconselhável manter essa linha e também ter mais cuidado, para evitar crises macroeconômicas. Uma maior ênfase em projetos sociais é outro ponto importante.

O contexto sócio-político se faz constitutivo do discurso e inerente à formulação de perguntas e respostas. Desta forma seria possível identificar traços do posicionamento ideológico do enunciador-jornalista, que se coloca como porta-voz de determinado segmento social, através de suas abordagens temáticas e modo de formulação de perguntas. O leitor provavelmente assimilará esta representatividade como autêntica, sem questioná-la. Vejamos um exemplo que possa indicar este posicionamento:

Veja- Qual é a opinião das pessoas que trabalham nas instituições financeiras internacionais e no governo americano sobre o presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva?

Williamson – Há muito interesse e curiosidade sobre como um governo do PT vai funcionar. Muitos entendem que foi necessário o PT reforçar um discurso de esquerda para ser eleito. Mas, como no Brasil, existe bastante nervosismo. (...) (6/11/2002)

Neste momento, o enunciador muda o tópico conversacional e aborda uma questão política interna cujo enfoque é o presidente eleito em 2002. A pergunta visa saber a opinião de instituições financeiras internacionais e do governo americano sobre o referido presidente. A pergunta possibilita várias respostas, dentre elas um parecer sobre o perfil pessoal e político do novo presidente. A resposta delineia uma possível avaliação inicial do governo deste presidente. A manutenção ou não do TD (tópico discursivo) parece expor o interesse do enunciador-jornalista. Observamos que todos os demais turnos (configurados pelo par pergunta/resposta) focalizam direta ou indiretamente a política econômica brasileira e sua repercussão internacional. O mesmo demonstra receio em relação à imagem gerada pelo governo recém eleito:

Veja- Quais são as medidas que mais desagradariam a Washington?

Williamson – Adotar uma política de crescimento que traga de volta a inflação alta, ao contrário das recomendações do FMI. Ou a nacionalização das grandes empresas. Mas ninguém pensa que isso seria possível. Não é o tipo de coisa que o PT está pretendendo fazer. O estreitamento das relações com Cuba não seria agradável para Washington, mas duvido que seria visto como inaceitável. (6/11/2002)

Se considerarmos a formulação de uma imagem de autoridade e credibilidade criada pelo

próprio enunciador-jornalista e a própria resposta do entrevistado como *conhecedor do assunto*, seria possível entendê-la como um “recado” às autoridades recém eleitas, cujo eleitorado, representado ao menos parcialmente pelo enunciatário, aparentemente modula a formulação do discurso, tendo em vista tratar-se de público-alvo dos enunciados. Se o enunciador assume a credibilidade do entrevistado, também assume o seu próprio posicionamento.

Vejam agora a movimentação do enunciador entrevistador na formulação e condução da entrevista realizada com o psicólogo Larry Rosen (8/11/2000) que aborda a influência da tecnologia no surgimento de “uma nova modalidade de stress, chamada tecnostress”. Ainda no parágrafo inicial da entrevista, o enunciador expõe o diagnóstico do entrevistado: “todos nós, *sem exceção*, somos vítimas...”. O efeito de real parece se fazer presente no momento em que o enunciador expõe o parecer de um especialista. Há um certo tom intimista, de alerta, utilizado para captar a atenção do leitor, através do termo “sem exceção”, uma vez que evidencia o problema focalizado como pertinente a toda classe social. Analisemos o seguinte par de pergunta e resposta:

Veja- Bipes, celulares, secretárias eletrônicas, internet, e-mails... A tecnologia foi feita para facilitar a vida das pessoas, não?

Rosen – A tecnologia é fascinante. As máquinas são rápidas e nos permitem fazer uma série de coisas até há bem pouco tempo inimagináveis. O mundo todo está a um clique no mouse do computador.(...)Mas há um lado negro. Temos a impressão que não podemos viver sem ela. (8/11/2000)

A pergunta inicial do entrevistador esconde aparentemente uma asserção, finalizada por um “não”. O contexto situacional leva a crer que o mesmo espera uma contra-argumentação. O entrevistado parece a princípio concordar, entretanto a conjunção coordenada adversativa expõe a contra-argumentação teoricamente esperada, tendo em vista a justificativa do especialista em defender a ocorrência de seu diagnóstico. Também aqui o entrevistador busca a definição do stress apontado. Articulação que parece voltada para esclarecer o conceito perante o leitor que provavelmente mantém contato freqüente com a tecnologia moderna:

Veja – O que define essa nova modalidade de stress?

Rosen – Ela é o resultado da convivência cada vez maior das pessoas com a tecnologia. (8/11/2000)

Nesta outra entrevista com o médico e professor Philip James, o enunciador-jornalista também dá início ao jogo de perguntas e respostas e mobiliza uma nova informação com o aparente objetivo de captar inteligibilidade do leitor em relação ao tema abordado. Também evidencia o seu próprio saber, colocando-se como interlocutor que está em nível compatível de interlocução com o especialista:

Veja- Em 1975, o Brasil tinha de dois a quatro casos de subnutrição para cada caso de obesidade. Em 1996, virou: eram dois casos de obesidade para um de fome. A 'globesidade', como o senhor chama, é um problema mais sério que a fome?

James- Existem hoje no mundo 800 milhões de pessoas subnutridas e 1 bilhão de obesos. Isso é assustador. Há vinte anos assistimos a uma epidemia de proporções nunca vistas na história da evolução da humanidade(...) 28/08/2002

A recorrência de questões abertas com a utilização de marcadores interrogativos parece constante, fato que demonstra uma articulação do enunciator-jornalista (corporalidade) em busca de uma *aparente objetividade*, provocando um efeito de *imparcialidade* ao esperar como resposta uma informação ou um parecer do cientista relacionado ao tema:

Veja – Das doenças relacionadas com a obesidade, *qual* a mais grave?

James- O diabetes é uma das mais terríveis (...) (28/08/2002)

Veja – *Como* se deve começar a combater a epidemia de obesidade?

James- Até mesmo o governo dos EUA, tido como o mais conservador desde a II Guerra Mundial, acha absurdo que as escolas tenham máquinas de vender refrigerantes, chocolates e biscoitos e, ao mesmo tempo, tentem passar noções de boa alimentação(...) (28/08/2002)

Com relação ao saber científico, este parece ser mobilizado tendo em vista a observação de sintomas e/ou benefícios que possam trazer ao cidadão que tiver acesso a ele. Vemos no par pergunta/resposta abaixo a ênfase do entrevistador nos benefícios que a clonagem poderia viabilizar:

Veja- Do ponto de vista científico, a clonagem é um grande feito? Que benefícios ela pode trazer?

Baltimore- A 'clonagem terapêutica' é, a meu ver, o objetivo mais atraente. Com ela será possível produzir células diferenciadas de qualquer órgão do corpo humano, partindo das células indiferenciadas chamadas 'células-tronco' embrionárias. Isso permitirá produzir órgãos ou partes deles com material genético da própria pessoa, evitando os danos que costumam provocar as rejeições nos transplantes atuais (...) (31/07/2002).

O enunciator-jornalista demonstra priorizar a aplicabilidade de estudos científicos que seriam de interesse o leitor. Desta forma, compreendê-los também pode significar um diferencial cultural em uma sociedade na qual uma parcela restrita da população tem acesso ao estudo de nível superior. Seria de interesse deste enunciatário compreender tal aplicabilidade como provável modo de inserção social neste conjunto de práticas e saberes.

Notamos que este efeito de imparcialidade busca a confiança do público-leitor, uma vez que revela, através de sua movimentação na cena enunciativa, a presença de um sujeito "porta-voz" da realidade criada e respaldada pela voz de autoridade do entrevistado. Esta voz se constitui instrumento que visa à criação de uma imagem favorável de um sujeito *experiente* perante este leitor (

como veremos mais adiante), associada à imagem deste enunciatador (entrevistador). Tal experiência possibilita gerar um ethos de *conselheiro*, uma vez que demonstra ser capaz de apontar *benefícios* “aplicáveis” de um conhecimento científico, cuja área ele próprio representa.

A construção desta imagem favorável se apóia, entre outras estratégias, no efeito de *comprometimento com o leitor*, ao construir perguntas que articulem informações prévias. Ou seja, muitas perguntas são precedidas de asserções, fato que pressupõe a tentativa de ganhar a adesão deste leitor, inserindo-o na cena enunciativa:

Veja: *Em 1975, o Brasil tinha de dois a quatro casos de subnutrição para cada caso de obesidade. Em 1996, virou: eram dois casos de obesidade para um de fome.*

A “globesidade”, como o senhor chama, é um problema mais sério que a fome?

James: Existem hoje no mundo 800 milhões de pessoas subnutridas e 1 bilhão de obesos. Isso é assustador (...) (28/08/2002)

Outra estratégia utilizada pelo entrevistador é a inserção de perguntas que buscam esclarecer algum conceito supostamente desconhecido pelo leitor:

Veja: Por que a tecnologia vicia?

Rosen: As pessoas não estão sendo capazes de controlar o uso da tecnologia (...) É um passo para desenvolver o *transtorno das múltiplas tarefas*, uma das facetas do tecnostress.

Veja: O que é isso?

Observamos que o modo de formular as perguntas pressupõe um traço de caráter que se sustenta na orientação de que o jornalista deve considerar a possibilidade do leitor não estar familiarizado com o tema ou com termos mais específicos de determinada área.

Outro traço recorrente é a demonstração, por parte do entrevistador, de possuir conhecimento prévio suficiente para articular um diálogo assimétrico com o entrevistado. Tal mobilização explicita uma condição intelectual aparentemente necessária para sustentar não apenas a inserção de tópicos, como também a manutenção e/ou mudança dos mesmos. Posição que, além de reforçar a imagem de *mediador*, determina um caráter de *sujeito conhecedor do assunto*, mesmo que não seja especialista:

Veja: Ao anunciar a conclusão da edição dos Manuscritos do Mar Morto, o senhor disse que isso estava acontecendo depois de 54 anos de excitação, expectativa, muita crítica e poucos elogios. Quais foram essas críticas? (17/04/2002)

(...)

Veja: O governo Bush é contra o Protocolo de Kioto, o tratado internacional para controlar as emissões de gás carbônico. O senhor é a favor da posição americana? (8/01/2003)

(...)

Notamos que o aposto utilizado insere uma informação possivelmente conhecida pelo

entrevistado. Entretanto, o entrevistador provavelmente a formula com vistas na possibilidade do leitor desconhecê-la. Ao mesmo tempo em que esclarece a provável dúvida, demonstra conhecer o fato e relacioná-lo à cena enunciativa, reforçando seu caráter de sujeito intelectual.

Podemos pontuar alguns aspectos recorrentes, característicos da entrevista de divulgação científica: a) as asserções que precedem as perguntas possuem dupla funcionalidade: oferecem informações que mobilizam conhecimentos enciclopédicos do co-enunciador, inserindo-o na cena enunciativa e explicitam uma corporalidade que sinaliza a presença de um *ethos* de jornalista **bem informado, preocupado com seu leitor** ; b) o uso de marcadores interrogativos (o que, como, etc.) apresenta-se como elemento caracterizador de **objetividade, imparcialidade**, uma vez que o jornalista demonstra dar preferência à informação; c) inserção de perguntas intercaladas entre um turno e outro, quando do surgimento de termos específicos da área científica, com o objetivo aparente de esclarecer seu leitor acerca de seu sentido, fato que também evidencia a necessidade de sua captação ao gerar um *ethos* de **mediador** entre aquele sabe (entrevistado) e aquele que faz saber (leitor); d) prioriza a aplicabilidade de conceitos, ao observar benefícios proporcionados pelo saber científico; e) o estatuto de especialista do entrevistado prevê sempre a presença de perguntas abertas, o que pressupõe a explicitação de conceitos, explicações e exemplificações.

6.2 Enunciados de definição, explicação e exemplificação

Faremos aqui uma classificação que permita distinguir três tipos de enunciados que tenham caráter de divulgação científica: *de definição, de explicação e de exemplificação*. Consideraremos tais enunciados vinculados ao conjunto do par pergunta/resposta, bem como à cena enunciativa construída. Veremos que o modo de articular esses três tipos de enunciados sofre alterações, uma vez que condicionado a alguns fatores como: modo de formulação da pergunta, manutenção ou não do TC (tópico conversacional) e ênfase nos resultados de estudos de caráter científico.

6.2.1 Enunciados de definição

Consideramos *enunciados de definição* aqueles que explicitam conceitos próprios das respectivas áreas científicas nas quais são utilizadas, bem como aqueles que buscam definir termos específicos destas áreas. Nas onze entrevistas selecionadas que formam o *corpus* representativo em questão, foram identificados 20 enunciados de definição. Os termos destacados em cursivo foram considerados específicos das áreas científicas e os enunciados grifados, identificados como de definição:

Entrevistas

Enunciados de definição

A - 6/11/2002

Veja – Qual era o conceito original do *Consenso de Washington*?

Williamson – Era o que defendia as seguintes políticas: disciplina macroeconômica, economia de mercado e abertura comercial.

B – 25/07/2001

Veja – O que é um *intelectual à brasileira*?

Miceli – Um personagem saído das elites que se deixa cooptar pelo poder do Estado (...)

C – 25/07/2001

Miceli – Como eu disse, a *cooptação* é um dado estrutural da vida intelectual no Brasil (...)

D – 14/11/2002

Veja – O senhor é a favor do movimento *antiglobalização*?

Luttwak – (...) a globalização é um fenômeno antinacionalista

E - 8/11/2000

Veja – Bipes, celulares, secretárias eletrônicas, internet, e-mails... A tecnologia foi feita para facilitar a vida das pessoas, não?

Rosen – A tecnologia é fascinante. As máquinas são rápidas e nos permitem fazer uma série de coisas até há bem pouco tempo inimagináveis. (...) Mas há um lado negro. Temos a impressão de que não podemos funcionar sem ela. Fazemos cada vez mais e mais coisas, estamos mais irritados do que nunca (...) Todas essas reações à tecnologia nos estressam. Chamamos essa tensão de *tecnostress*.(...)

F - 8/11/2000

Veja – A tecnologia vicia?

Rosen – Vejo cada vez mais pessoas depender dos produtos tecnológicos. É o que nós chamamos de *tecnose*. Elas simplesmente não conseguem imaginar a vida sem tecnologia.

G - 8/11/2000

Veja – Por que a tecnologia vicia?

Rosen – As pessoas não estão sendo capazes de controlar o uso da tecnologia (...) E começamos a fazer tudo ao mesmo tempo. Temos a ilusão de que conseguimos fazer muito mais coisas. É um passo para desenvolver o *transtorno das múltiplas tarefas*, uma das facetas do *tecnostress*.

H - 28/08/2002

Veja – Em 1975, o Brasil tinha de dois a quatro casos de subnutrição para cada caso de obesidade. Em 1996, virou: eram dois casos de obesidade para um de fome. A “globesidade”, como o senhor chama, é um problema mais sério que a fome?

James – Existem hoje no mundo 800 milhões de pessoas subnutridas e 1 bilhão de obesos(...) Mas agora estamos em uma nova fase, a chamada “*transição nutricional*”, que reúne fome e obesidade em um mesmo país, até em uma mesma

cidade(...).

I - 28/08/2002

Veja – Das doenças relacionadas com a obesidade, qual a mais grave?

James – O diabetes é uma das mais terríveis (...) Há algumas semanas, visitei uma clínica em Cingapura que há cinco anos tinha quinze casos pediátricos de *diabetes tipo 2* e hoje tem sessenta. São crianças condenadas à cegueira, a problemas cardíacos e hepáticos – o seu fígado vai falhar por volta dos 30 anos.

J - 28/08/2002

Veja – Faz trinta anos que o doutor Robert Atkins é criticado pela comunidade médica por pregar que as pessoas podem comer gordura e mesmo assim emagrecer. Há poucos meses, Walter Willett, presidente do Departamento de Nutrição da Escola de Saúde Pública da Universidade Harvard, divulgou uma pesquisa mostrando que a dieta pobre em gordura não é necessariamente mais saudável. O que o senhor acha?

James – Trata-se de um assunto muito sensível. Willet diz que o problema não é a gordura, e sim o carboidrato – ou melhor, o refinamento do carboidrato, processo em que o setor alimentício remove todas as fibras dos alimentos (...).

K – 17/04/2002

Tov – (...) todos da *Bíblia hebraica*, o Velho Testamento (...)

L- 31/07/2002

Veja – Os políticos querem controlar a ciência quando se metem na questão da clonagem, por exemplo?

Baltimore – A *clonagem* é um processo controverso porque é feita com a manipulação de células de embrião.

M- 31/07/2002

Veja – Do ponto de vista científico, a clonagem é um grande feito? Que benefícios ela pode trazer?

Baltimore – A “*clonagem terapêutica*” é, a meu ver, o objetivo mais atraente. Com ela será possível produzir células diferenciadas de qualquer órgão do corpo humano, partindo das células indiferenciadas, chamadas “células-tronco” embrionárias.

N- 31/07/2002

Veja - De tanto ver falsas promessas de tratamento contra o câncer, as pessoas estão muito descrentes. Há razões para otimismo na luta contra o câncer?

Batimore – No curto prazo, costumo dizer que sou pessimista. O *câncer* não é uma doença única. O câncer é uma série de doenças diferentes.

O- 31/07/2002

P- 08/01/2003

Veja – A abordagem do professor Judah Folkman, de Harvard que consiste em matar o tumor de fome, impedindo quimicamente a formação de vasos sanguíneos a sua volta, é uma esperança real?

Baltimore – Essa abordagem, chamada de *antiogênese*, é ainda largamente uma incógnita.

Veja – Com o fim do petróleo?

Rifkin – Hoje, toda a economia mundial está baseada no uso de *combustíveis fósseis*, ou seja, basicamente de petróleo, gás e carvão.

Q – 8/01/2003

Veja – O que o leva a pensar que o hidrogênio será a melhor alternativa?

Rifkin – O *hidrogênio* é encontrado em qualquer parte do mundo em partes iguais. É o elemento básico do universo.

R – 8/01/2003

Rifkin – (...) Apenas melhorar a eficiência do uso de energia não será suficiente.

Veja – Por quê?

Rifkin – O *aquecimento global* é o lado obscuro da revolução industrial (...)

S – 31/01/2001

Bloom – *Freud* é essencialmente Shakespeare em forma de prosa (...)

T – 12/11/2003

Veja – Mas como controlar as áreas fora das reservas?

McGrath – Esse é o grande desafio (...) O *desmatamento na Amazônia* é a fase mais recente de um processo que começou 500 anos atrás, quando os portugueses chegaram ao Brasil.

Em E-A (enunciado A) nota-se a preocupação do enunciador em esclarecer o termo “Consenso de Washington”, em seu conceito *original*, perante o leitor. O caráter de originalidade do conceito, aliado ao estatuto de especialista do entrevistado, suscitam credibilidade necessária à imagem gerada por este enunciador. O próprio modo de formulação da pergunta, realizada de modo direto, com o marcador interrogativo no início, pressupõe uma resposta também direta, que contemple o teor da pergunta. A definição apontada pressupõe a mobilização de conhecimentos prévios, fato que sinaliza a presença de um leitor familiarizado com termos da área econômica. O entrevistado utiliza o conceito apontado para esclarecer que “as idéias (do Consenso de Washington) continuam válidas”.

Em E-B temos uma pergunta indireta, visto que o enunciador “esconde” uma asserção na pergunta: “ a tecnologia foi feita para facilitar a vida das pessoas”. O entrevistado demonstra concordar com a pergunta do entrevistador. Entretanto a conjunção “mas” evidencia o desacordo, que

terá como argumento para sustentá-lo a própria definição do objeto de estudo focalizado pelo especialista: “tecnostress”. Ambos prevêem a presença de um leitor que sofra influências do uso contínuo de tecnologias variadas. Observamos que em “*Fazemos* cada vez mais e mais coisas, *estamos* mais irritados do que nunca e, por incrível que pareça, *nosso* tempo é cada vez mais curto”, temos um “nós” inclusivo, onde o próprio especialista parece se incluir no problema analisado, aproximando-se do leitor ao mostrar que compartilha tais situações. A definição se constrói através deste compartilhar, ao mesmo tempo que defende seu ponto de vista, uma vez que o próprio leitor seria seu cúmplice para provar sua verdade.

Em E-C o mesmo especialista, uma vez articulada sua imagem de credibilidade perante o leitor, faz uso de sua representação de cientista para validar sua definição em “É o que *nós* chamamos de tecnose”. Vemos que este *nós* não inclui o leitor, pois se trata da voz de uma categoria de estudiosos capaz de fornecer credibilidade ao que se afirma. No segundo turno posterior, o especialista volta a fazer uso do “nós” inclusivo para definir o termo “transtorno das múltiplas tarefas”.

No E-E parece haver duas possibilidades de interpretação: em “...estamos em uma nova fase chamada “transição nutricional”, o especialista compartilha o problema, inclusive com o leitor, visto que os padrões atuais de beleza não incluem a obesidade como alternativa plausível. Entretanto, no mesmo turno o especialista afirma: “Dos famintos sentimos pena, nos comovemos com seu desespero. Dos obesos sentimos menosprezo, achamos que comem demais porque são fracos”. Neste fragmento o “nós” representa apenas o grupo de especialistas que estuda o assunto e também a defesa do ponto de vista do entrevistado que se fortalece ao se constituir uma voz em consonância à de outros especialistas. Cria-se um efeito de paradigma obrigatório, em que a obesidade é vista como característica daqueles que são “fracos”.

Na definição seguinte em E-F, o mesmo especialista define “diabetes tipo 2” através de fatos e não de conceitos teóricos: “São crianças condenadas à cegueira, a problemas cardíacos e hepáticos (...)”. A definição aproxima-se dos sintomas da doença, modo de criar vínculo maior com o leitor pelo que lhe seja mais perceptível, captando sua atenção. Para definir o termo “refinamento do carboidrato”, observamos a presença de um aposto cujo teor temático mostra-se interessante ao consumidor de produtos da indústria alimentícia, em especial daquele setor que remove as fibras dos alimentos. Tem-se neste turno um “embate de vozes” entre aqueles que defendem o uso de gorduras como alimento não prejudicial à saúde e aqueles, representado pelo entrevistado, que defendem o contrário.

No E-H, o especialista define o termo clonagem, evidenciando seu caráter polêmico. Mesmo

se posicionando a favor do “processo de manipulação de células embrionárias”, admite a presença de vozes contrárias, fato que possibilita minimizar reações negativas daqueles que não compactuam com sua visão diante do referido processo. O enunciador oferece ao entrevistado a possibilidade de justificar o seu parecer favorável à clonagem, ao questionar a cerca dos “benefícios” que ela pode trazer. Neste ponto, o entrevistado utiliza as definições de “células diferenciadas” e “células indiferenciadas” para expor a possibilidade de produção de órgãos ou parte deles “com material genético da própria pessoa”. Já no E-J, a definição de câncer, construída de forma genérica, oferece ao leitor apenas uma idéia superficial da natureza da doença. No próximo turno, a definição aparece na fala do jornalista que guarda ecos de falas de outros cientistas. O especialista recupera a classificação do termo, após a definição dada, demonstrando que conhece também estudos feitos por outros de sua área, ao mesmo tempo que põe em dúvida a sustentabilidade da abordagem ao afirmá-la como sendo uma “incógnita”.

No E-L a definição de “hidrogênio” demonstra ser base de sustentação de seu ponto de vista que é o de utilizar este elemento químico como fonte de energia em substituição aos combustíveis fósseis. Dentre as várias respostas possíveis evidencia o fato de que “é encontrado em qualquer parte do mundo em partes iguais” e que “é o elemento básico do universo”. O E-M define o termo “aquecimento global” e demonstra também se articular como argumentação a favor de sua tese, uma vez que a poluição gerada pelo uso dos combustíveis fósseis seria a grande fonte de tal aquecimento. O leitor, tendo melhor conhecimento, do termo terá provavelmente maior possibilidade de aderir ao discurso do cientista. Trata-se de uma movimentação capaz de sustentar com maior ênfase seu posicionamento e criar imagem de credibilidade perante o leitor. O mesmo ocorre no E-N, quando o especialista vincula desmatamento da Amazônia ao processo de colonização português, a fim de provavelmente sustentar o seu ponto de vista de que tal desmatamento será inevitável e que, portanto a criação de reservas seria inútil. O mesmo defende o crescimento sustentável da Amazônia como um todo.

No enunciado seguinte, será o próprio jornalista que explicitará a definição e o entrevistado apresentará o nome científico correspondente. Neste caso, a definição se constrói através do verbo *consistir*, que guarda em si o valor de *fundar-se*, *basear-se*. Esta corporalidade corrobora a construção do caráter de um enunciador (jornalista) **preocupado com seu co-enunciador**. Este poderia apenas expor sua pergunta, pressupondo o conhecimento partilhado entre ele e o entrevistado.

O E-P aparece construído por um processo de *reformulação* de enunciado, através da expressão explicativa *isto é*. Esta reformulação aparece feita pelo entrevistado, fato que possibilita atribuímos ao mesmo uma movimentação em busca de aproximação entre seu discurso e o leitor,

uma vez que vocábulos mais próximos ao uso cotidiano são utilizados: *petróleo, gás e carvão*. Em seguida, (E-Q) o mesmo entrevistado insere outro enunciado definatório, desta vez com o verbo ser.

A definição em E-R aparece com um aspecto valorativo: o termo *aquecimento global* é definido como “lado obscuro da revolução industrial”. Tal aspecto carrega em si conhecimentos da História e/ ou Economia. Não se encontram mobilizados outros vinculados às ciências naturais, como tipo de gases presentes na atmosfera.

O mesmo ocorre em E-S e E-T: no primeiro, a definição não considera exclusivamente o caráter de psicanalista de Freud, mas estabelece uma grande comparação (numa relação metafórica) entre o mesmo e o dramaturgo inglês. No segundo, a definição articula igualmente conhecimentos históricos subentendidos no discurso e teoricamente compartilhados entre os atores da enunciação: jornalista, entrevistado e leitor. Não há a explicitação clara relacionada à colonização. Desta forma, o texto demonstra não subestimar a capacidade cognitiva do co-enunciador, fato que busca valorizar sua presença.

Percebemos algumas características formais e funcionais dos *enunciados de definição* no gênero entrevista de divulgação científica. Em relação às primeiras, observamos que, guardam em si diferentes graus de coloquialidade, vinculados ao estilo de fala de cada entrevistado. Ou seja, as definições não aparecem com as peculiaridades exclusivas da linguagem científica, com a descrição metódica da natureza do objeto e/ou conceito científico, através de termos muitas vezes herméticos e restritos às áreas às quais pertencem. Neste referido gênero, as definições se constroem ora estabelecendo comparações com o cotidiano das pessoas (ver E-E, E-F, E-G que sofrem coerções do campo da Psicologia, por exemplo), ora através da citação de termos e expressões, cujo sentido se estabelece através da presença de apostos (ver E-A, E-J, E-K, E-M). Em outros casos, as definições são genéricas a ponto de determinar minimamente os contornos definatórios do objeto e/ou conceito (ver E-D, E-L, E-N, E-S, E-T).

Em relação às características funcionais, percebemos que tais enunciados se configuram estratégias de captação do leitor: os termos e expressões das áreas científicas criam um ponto de refração relacionado ao campo científico e, conseqüentemente, permitem corroborar a credibilidade no discurso do enunciador/cientista. Outro ponto de refração diz respeito às coerções próprias da DC que criam um caráter genérico a algumas definições: o leitor não vê com profundidade conceitos e/ou objetos, porém vislumbra parte do que se constituem. Outro ponto que merece ser observado é a relação de definições com aspectos do cotidiano que geram uma aproximação do discurso do cientista com a realidade do co-enunciador, aspecto constitutivo da divulgação científica no campo jornalístico. Esse fato possibilita sua adesão ao estilo do entrevistado que, a despeito de inserir diferentes tons de

coloquialidade, não deixa de usar estratégias de refração apontadas acima, também em diferentes níveis.

6.2.2 Enunciados de explicação e exemplificação

Consideraremos *enunciados de explicação* (em itálico nos excertos abaixo) aqueles utilizados logo após uma asserção e que respondam ao seguinte questionamento implícito (ou anteriormente explícito): Por quê? Ou nos quais se subentendem demais questões que exigem complemento de informação, pertinentes ao *Como?* ou ao *Quando?* Ou até mesmo ao *Quem?* Os *enunciados de exemplificação* serão aqueles que apresentam aplicabilidade concreta das explicações e conceitos. Veremos que os casos de exemplificação geralmente aparecem depois daqueles de explicação. Entretanto, as exemplificações, grifadas nos excertos abaixo, ocorrem com maior frequência, não apenas para corroborar o ponto de vista do entrevistado, mas também para ilustrar com maior “concretude” as explicações dadas pelos cientistas, fato utilizado como possível meio de captação do leitor:

Entrevistas

Enunciados de explicação e exemplificação

A – 06/11/2002

B – 06/11/2002

Veja – O crescimento econômico da América Latina nos últimos anos foi baixíssimo. O Consenso de Washington falhou?

Williamson – O que ficou conhecido como Consenso de Washington falhou. *Quando alguns países eliminaram as barreiras para o fluxo de capitais de forma rápida, foi um desastre. Com isso, os investimentos especulativos passaram a entrar e sair sem muitas restrições. Esse foi o caso de alguns países asiáticos e de certa forma, também do Brasil na década de 90.*

Williamson – (...) A América Latina continua vulnerável, mas isso não significa que todas as idéias do Consenso de Washington estejam erradas. *As taxas de desemprego não seriam menores caso a América Latina tivesse seguido outro caminho. O fechamento da economia não teria aumentado o crescimento. A lei de informática adotada no Brasil na década de 80, é um bom exemplo dos efeitos negativos do fechamento. Todo mundo fazendo invenções e o Brasil sem poder usá-*

las.

C – 06/11/2002

Williamson – Não se trata apenas do tamanho do gasto social, mas de quem se beneficia. *Uma das características dos governos da América latina é gastar com os mais ricos. No Brasil, a área da educação é um grande exemplo. Gasta-se muito com as universidades públicas em detrimento do ensino fundamental* (...)

D – 25/07/2001

Miceli – (...) Nos últimos trinta anos, o mundo intelectual se adensou no Brasil. *A rede universitária se ampliou, a indústria cultural se tornou mais forte, há mais editoras, (...) Mesmo assim, a cooptação continua tão poderosa quanto sempre foi. Basta olhar os quadros do governo FHC. Seus principais funcionários são oriundos da universidade* (...)

E – 25/07/2001

Miceli – Como eu disse, a cooptação é um dado estrutural da vida intelectual no Brasil. A começar pelo Império. *Naquela época, simplesmente não havia posições autônomas em relação ao poder. Até mesmo as figuras de maior envergadura, como Joaquim Nabuco, não diferenciavam a produção intelectual da prestação de serviços políticos* (...)

F- 14/11/2001

Veja – Os americanos cometeram algum erro em termos de estratégia?

Luttwak – Os erros são em decorrência de limitações do sistema militar. Nada a ver com decisões. *Os militares americanos são rígidos e levam tempo para se adaptar. Os ingleses e os israelenses têm estruturas flexíveis. Criam tropas especiais para vários tipos de ação, usam novas táticas, fazem qualquer coisa. O repertório à disposição dos militares americanos não é muito grande. Está mais para um McDonald's que para um restaurante francês(...)*

G – 8/11/2000

Veja – De que maneira a tecnologia afeta o comportamento das pessoas?

Rosen – *A velocidade da tecnologia está alterando nosso relógio biológico. As pessoas querem fazer tudo na velocidade do computador, querem que tudo se resolva num piscar de olhos* (...)

H – 8/11/2000

Veja - Como assim?

Rosen – *Pesquisas feitas com essa geração de crianças criadas com o computador mostram que o limite de paciência delas é muito baixo (...) Elas não conseguem prestar atenção às aulas, participar de reuniões, e se irritam com qualquer atividade demorada* (...)

I – 28/08/2002

Veja: Até que ponto a genética é responsável pela obesidade?

James: *Apenas uma pequena proporção de casos envolve diretamente os genes. Isso fica claro na rapidez com que o problema da obesidade explodiu.*

J -28/08/2002

Veja – Como a obesidade afeta a vida sexual das pessoas?

James – O tema é interessante e ainda não foi muito explorado. *Quando mulheres se tornam obesas, seu equilíbrio*

hormonal muda drasticamente. As células produzem menos hormônios sexuais femininos, o ciclo menstrual fica irregular e algumas se tornam estéreis. Já a atividade sexual está mais ligada a aspectos culturais. Na Nigéria, gordura simboliza riqueza e saúde – o que para eles, é sexualmente muito atraente. Na Inglaterra, por outro lado, quando uma mulher obesa perde muitos quilos, sua personalidade muda (...)

K – 17/04/2002

Veja – Mutações de que tipo?

Tov – Nas cavernas de Qumran e em outros lugares de Israel, nós encontramos centenas de manuscritos, todos da Bíblia hebraica, o Velho Testamento. *Comparando com as traduções que conhecemos hoje da Bíblia, notamos que há passagens que eram mais curtas, outras mais compridas ou com textos diferentes dos que conhecemos hoje. O Livro de Jeremias nos manuscritos aparece em uma versão talvez 15% mais curta (...)*

L – 31/07/2002

Veja – Do ponto de vista científico, a clonagem é um grande feito? Que benefícios ela pode trazer?

Baltimore – A “clonagem terapêutica”, é a meu ver, o objetivo mais atraente(...). *Isso permitirá produzir órgãos ou parte deles com material genético da própria pessoa, evitando os danos que costumam provocar as rejeições nos transplantes atuais (...)* Poderíamos clonar células de pessoas que têm determinadas doenças genéticas, e isso nos ajudaria a entender os principais fundamentos dessas moléstias.

M – 08/01/2003

Veja – O que o leva a pensar que o hidrogênio será a melhor alternativa?

Rifkin – *O hidrogênio é encontrado em qualquer parte do mundo em partes iguais (...)* *Não corremos o menor perigo de ficar sem reservas de hidrogênio. Quando queimamos o hidrogênio, o único subproduto é água. Uma água tão pura que se pode beber (...)*

N – 31/01/2001

Veja – Em seu livro anterior, Shakespeare – A Invenção do Humano, o senhor afirma que o dramaturgo William Shakespeare “Inventou o humano”. Poderia explicar um pouco melhor essa idéia.

Bloom – *Grande parte do que hoje consideramos uma personalidade humana foi invenção de Shakespeare. Há hábitos que desenvolvemos, como o de parar de repente e escutar a nós mesmos, que só passaram a existir depois dele. Preste atenção na literatura anterior, em forma de verso, prosa ou teatro. Você simplesmente não encontra monólogos interiores (...)*

O – 12/11/2003

Veja – O senhor é a favor do desmatamento?

MacGrath – Estou acompanhando esse processo no Brasil desde o início da década de 70. Não se trata de ser a favor do desmatamento, mas de ser realista. (...) *Uma vez fiz uma comparação da evolução anual do produto interno bruto com a taxa de desmatamento. Encontrei duas curvas quase iguais. Isso indica que a ocupação da Amazônia está intimamente ligada ao aumento da população e ao crescimento da economia brasileira. Por isso, a maneira mais eficiente de reduzir de verdade o aumento do desmatamento seria fazer como Fernando Collor de Mello: confiscar todo o capital e jogar a economia numa recessão brutal. O que é impensável.*

Temos, respectivamente, um total de quinze enunciados de explicação e 15 de exemplificação. Em E-A e E-B, existe o questionamento implícito *Por quê?*. O entrevistado destaca a *causa* do fato no primeiro (falha do Consenso de Washington), e literalmente uma explicação no segundo, que traz um efeito de *justificativa* ao expor sua opinião de que nem todas as idéias estavam “erradas”. É possível perceber a presença da voz da ciência, na medida em que as afirmações não aparecem “isoladas”, ou seja, os enunciados de explicação se constituem *fundamentação* ao seu próprio discurso, corroborando o caráter de especialista na área de atuação.

No enunciado seguinte o questionamento implícito é *Quem?* (quem se beneficia com o “gasto social”). O enunciado de explicação aponta o elemento (“mais ricos”) e o de exemplificação aparece novamente como estratégia de fundamentação para sustentar seu parecer. Fato que aliado à condição de especialista cria o efeito de *autoridade* no discurso. Em D, o que se subentende é a pergunta *Como?* Dizer apenas que *o mundo intelectual no Brasil se adensou* não gera por si uma “completude de sentido”. Como se trata de mídiu impresso, o enunciador (entrevistado) prevê a ausência de elementos contextuais imediatos (lugares diferentes de produção e recepção; prováveis conhecimentos não partilhados, etc.). Desta forma, responde-se: *adensou, como?* O enunciado de explicação servirá de resposta e recurso discursivo que evidenciará o nível de conhecimento do cientista acerca de suas proposições.

No enunciado E, a questão implícita é *Quando?* Logo após a inserção da explicação, a exemplificação aponta nomes. De modo geral, é possível identificarmos uma quantidade maior de embreantes nos enunciados de exemplificação: embreantes de lugar (Brasil, em E-A, E-B e E-C; atores em E-D – principais funcionários, E-E – Joaquim Nabuco.

Em E-F, no mesmo turno de fala, temos a intercalação de dois enunciados de explicação e exemplificação. O entrevistado utiliza elementos de comparação: o referencial estratégico de *tropas americanas* é a rede de fast food Mac Donald’s. Articulação que pretende mobilizar a memória discursiva do leitor. Esta também se configura estratégia de aproximação, captação deste co-enunciador.

O pronome possessivo “nosso” em E-G, também cria este efeito de aproximação, na medida em que se constitui elemento *inclusivo*. Entretanto, no enunciado de exemplificação, o cientista novamente estabelece o efeito de distanciamento ao fazer uso da terceira pessoa. Esta estratégia gera maior objetivação no discurso, efeito que o aproxima do discurso científico. Este ganha sustentação em E-H, quando existe uma alusão a pesquisas realizadas no âmbito científico. Neste mesmo turno, o enunciado de exemplificação traz elementos da ordem da experiência, evidenciados através de

comportamentos considerados reais *no e pelo* discurso. Esta movimentação também contribui para gerar um *ethos* de **conselheiro** uma vez que o entrevistado se coloca como **porta-voz da própria ciência**. Desta forma, mostra-se capaz de articular este saber ao cotidiano do cidadão comum, colocando-se como pessoa que alerta o leitor acerca de comportamentos, que teoricamente apenas o estudo científico mostra-se capaz de explicitar e compreender.

Em E-J, a estratégia utilizada é a presentificação dos verbos, estratégia discursiva que gera um efeito de “verdade universal e atemporal”. As exemplificações seguintes evidenciam comparações e demonstram considerar variações culturais juntamente com o aspecto fisiológico. Desta forma, o especialista demonstra assumir um caráter de **bom-senso** ao não classificar proposições de maneira rigorosa, fato que poderia provocar a não adesão ao discurso por parte de alguns leitores.

O uso do *nós* em *conhecemos* e *notamos* no enunciado K, demonstra uma referência apenas ao grupo de pesquisadores dos Manuscritos do Mar Morto. Desta forma, o entrevistado se reveste de autoridade por estar falando em nome de seus pares. A citação do livro de Jeremias aparece para confirmar o que diz. Em E-L, o pesquisador dá ênfase a aspectos terapêuticos da clonagem, resposta movida pela orientação da pergunta (*Que benefícios ela pode trazer?*). A presença virtual do co-enunciador orienta aqui a formulação de um discurso cuja exploração temática seja de seu interesse: como tratar/curar doenças a partir desta prática? O uso do *nós* em *poderíamos* também é o mesmo do enunciado anterior: o cientista fala em nome de seus pares e, desta forma, sua voz se reveste de credibilidade. Trata-se da construção de um *ethos* de **especialista reconhecido entre seus pares**, o que possibilita legitimar seu próprio discurso pelo seu estatuto social inscrito.

Em E-M, o questionamento aparece explícito através da pergunta do próprio jornalista, através do marcador interrogativo *O que*. Expressa um *nós* que inclui todos do planeta, uma vez que faz referência à disponibilidade do hidrogênio na atmosfera, fato que mostra a abrangência das implicações deste saber: não se restringe a um segmento social, porém a todos, estratégia discursiva que permite gerar um *ethos* de **sujeito preocupado com a humanidade**. Para explicar o que é uma *personalidade humana*, o entrevistado, no enunciado N, também faz uso de um *nós* com esta mesma abrangência, de modo que o co-enunciador se vê inserido no discurso por também fazer parte do referencial temático discursivo.

Em E-O, a resposta teoricamente esperada seria SIM ou NÃO. Entretanto, qualquer uma das duas poderia gerar rejeição ao discurso por parte de algum segmento que compõe o perfil do co-enunciador. O entrevistado prefere dar início a sua resposta explicitando o tempo de sua *experiência* na área de estudo, estratégia que busca fundamentar o enunciado de explicação seguinte. O próprio pesquisador chama de “realista” sua atitude. Para comprovar tal “realismo”, utiliza resultados de sua

própria pesquisa, explicando-os de modo *didático* ao se referir, em sua explicação, a dados contidos em um gráfico: cria-se um efeito de reprodução mental dos mesmos através das curvas relacionadas às duas informações. Tais explicações oferecerão sustentabilidade, credibilidade à afirmação feita anteriormente, atribuindo-lhe autoridade. Tal efeito também reforça o *ethos* de *mediador* entre o saber científico e o público leigo, uma vez que se mostra preocupado em tornar inteligível o conceito apresentado.

Percebemos algumas regularidades formais relacionadas aos enunciados de explicação e exemplificação. Uma delas diz respeito ao posicionamento: cada um deles em posição subsequente ao outro, fato que nos leva a crer em uma corporalidade do enunciador-cientista que busca legitimação de seu discurso. Ou seja, sua voz de autoridade não se constrói apenas pelas informações previamente articuladas pelo enunciador-jornalista, mas por suas próprias explicações e pelo modo de prová-las, através de situações dispostas como reais, através dos enunciados de exemplificação. O que diferencia este daquele é o caráter mais *genérico* da explicação: em E-J, por exemplo, “mulheres” não demonstra ter uma referência precisa, ao passo que a referência a Nigéria e Inglaterra determina situações mais “concretas” e que permitem sustentar o discurso do entrevistado. Em termos funcionais, portanto, ambos os enunciados são articulados para reforçar o tom de *autoridade* da fala do cientista. Se pensarmos nas coerções do campo jornalístico, constataremos que tal autoridade deve também dar sustentação à credibilidade do enunciador-jornalista, de quem se espera responsabilidade na seleção de suas fontes de informação.

Observamos que a articulação dos pares de perguntas e respostas guarda estratégias que criam efeitos de caráter, ou seja, formulam um *ethos* de um enunciador jornalista *comprometido com o leitor, bem informado*, através da inserção de informações prévias aos questionamentos ou através da inserção de perguntas em momentos que requerem explicitação de conceitos. Trata-se de um discurso formulado para um co-enunciador, que, apesar de leigo em conhecimentos especificamente científicos, possui formação superior. Este mesmo enunciador demonstra mobilizar seu discurso não subestimando seu poder de inteligência. Os enunciados de definição, explicação e exemplificação mostram estratégias ora de *aproximação* do leitor virtual, como recurso para ganhar a adesão deste ao seu discurso, ora de *refração*, revestindo-se de autoridade, através de estratégias como a utilização do *nós* em referência à comunidade científica.

Com relação à cenografia, percebemos a constituição de uma cena que reforça as coerções do campo jornalístico: a legitimação do discurso se constrói com a presença do *ethos* de um jornalista

mediador, comprometido com seu público-alvo, bem informado a ponto de demonstrar saber selecionar suas fontes de informação e ter conhecimento prévio que mobiliza a memória discursiva de seu leitor. O efeito de real próprio deste campo se reforça através dos enunciados de definição por inserir termos próprios do campo da ciência. Este se constitui voz de autoridade que legitima o estatuto social do cientista, cujo ethos se constrói a partir de traços caracterizadores como *experiente, reconhecido entre seus pares* e, portanto *confiável, conselheiro*, pois se coloca como *conhecedor do assunto*, capaz de orientar acerca de questões que dizem respeito ao desenvolvimento econômico, como na entrevista de 06/11/2002, ou sobre a utilização da tecnologia de forma a minimizar impactos psicológicos no comportamento das pessoas (entrevista de 8/11/2000), ou sobre os riscos da obesidade (entrevista de 28/08/2002), ou benefícios que a clonagem terapêutica pode trazer (entrevista de 31/07/2002) ou possibilidade de fontes alternativas de energia em substituição às aquelas derivadas do petróleo (08/01/2003). Percebemos que o traço de aconselhamento ocorre tanto com relação a aspectos mais diretamente voltados ao cotidiano das pessoas, como aqueles indiretamente relacionados, como no caso da entrevista de 06/11/2002 ou 31/07/2002, em que o mesmo parece estabelecer diálogo com instâncias institucionais competentes (órgãos governamentais capazes de aproveitar a voz de aconselhamento para repensar políticas econômicas; entidades responsáveis em fazer possíveis usos da clonagem terapêutica, etc.). Este parece se constituir traço de aconselhamento próprio da imprensa de referência. Ou seja: há dois níveis de aconselhamento: um voltado a esferas institucionais e outro para o cotidiano do cidadão leigo no conhecimento científico, como verificado nas entrevistas de 24/08/2002 e 08/11/2000.

CONCLUSÃO

As análises revelam a importância do gênero *entrevista impressa* como categoria discursiva em que se articulam elementos fundamentais à constituição da cena enunciativa. Aspectos aparentemente “externos” a sua realização, na verdade, contribuem para a formulação do próprio discurso: suporte material, periodicidade, bem como estratégias discursivas características deste gênero circunscrevem a presença de um público-alvo que, a despeito de ser leigo em relação ao saber científico, possui formação escolar capaz de interagir com o próprio discurso.

Tendo em vista as coerções do discurso jornalístico, percebemos o quanto se faz fundamental tal presença uma vez que o que se produz é essencialmente uma fala institucionalizada que busca *credibilidade* perante seu interlocutor, gerar *efeito de real*, aceitabilidade do discurso capaz de se constituir parte do segmento da imprensa de referência. Neste sentido, o saber científico é mobilizado como fonte de informação revestida de autoridade, que legitima o próprio discurso. De que forma esta autoridade se revela? Através, por exemplo, da escolha dos próprios entrevistados, personagens destacados como reconhecidos entre seus pares, pelo tempo de trabalho em suas áreas de conhecimento, pelo número de publicações, por suas atuações em diferentes instituições afins. Tais informações, exploradas já no parágrafo inicial das entrevistas, criam um ethos sujeito capaz de intermediar o conhecimento científico, uma vez que digno de sua representatividade. Observamos através das estratégias lingüísticas adotadas que a fala da ciência busca aproximações com seu interlocutor leigo, sem, no entanto, se eximir do uso de recursos que mantêm as especificidades deste saber, como o uso de termos das áreas científicas. O que ocorre é um uso mais “diluído” de definições e exemplificações que tentam aproximar a realidade imediata aos conceitos apresentados.

Para captar a atenção de um interlocutor leigo em conhecimentos científicos, o que vemos é a instauração de estratégias discursivas que permitem variados níveis de aproximação com o leitor: desde a utilização de termos científicos que contribuem para manter a aura de objetividade do campo, até a utilização de enunciados de exemplificação capazes de mobilizar informações pertinentes à memória discursiva do co-enunciador através de elementos sócio-culturais que sinalizam a realidade vivida pelo mesmo. A própria seleção temática, feita pelo enunciador-jornalista, indica um leque de interesses advindos deste meio social: crescimento econômico, obesidade, uso terapêutico da clonagem, stress provocado pelo uso da tecnologia, fontes alternativas de energia, etc.

Entretanto, mais importante que identificar esta seleção temática é observar *como* a mesma se constitui na cena enunciativa desenhada através do contrato genérico. A movimentação dos

enunciadores corrobora as coerções do campo com peculiaridades que geram traços caracterizadores de *ethos* vinculados aos estatutos sociais de cada um deles. Ao jornalista, atribui-se o aspecto de *sujeito bem informado*, ao mobilizar informações que antecipam perguntas, de profissional *preocupado com a inteligibilidade de seu leitor*, ao inserir perguntas diante do surgimento de termos da área científica e desta forma, também de *mediador* ao mostrar que se coloca em seu lugar. Ao cientista, sujeito *que possui reconhecimento de seu trabalho* e, portanto, voz de *autoridade* dentro da esfera acadêmica, *conselheiro*, pois o enfoque de seu saber parece voltado para questões práticas do cotidiano: como superar o stress provocado pela tecnologia, por exemplo, ou trazer questões que aparentemente estão distantes da realidade do leitor, aproximando-as do mesmo, como a clonagem terapêutica.

Por fim, podemos caracterizar os aspectos regulares do gênero entrevista impressa em páginas amarelas de *Veja*: a presença da foto em posições e dimensões estáveis, em geral com cenário de fundo que busca reproduzir o ambiente de trabalho dos respectivos cientistas, implica na constituição do *ethos* de um sujeito que se reveste de autoridade por se investir de uma imagem que o torna competente em sua área de trabalho; os títulos e subtítulos também implicam estabilidade tanto em relação às regras composicionais impostas pelo campo jornalístico vinculadas à quantidade de palavras (trata-se de enunciados breves no caso dos títulos), quanto à utilização do discurso citado (no caso dos subtítulos), fato que corrobora a voz de especialista do entrevistado.

Outro aspecto a ser considerado é a estabilidade composicional e temática do parágrafo inicial que traz uma seqüência de informações capaz de reforçar a aura de confiança do co-enunciador em relação ao cientista, uma vez que evidencia sua trajetória profissional em sua área de atuação científica. Já o jogo de perguntas e respostas, característico do gênero entrevista, guarda em si estratégias como a utilização, por parte do jornalista, do lançamento de asserções que antecedem os questionamentos, feitos geralmente através de marcadores interrogativos (qual, quem, como, o que, etc.), ou pela inserção de perguntas entre um turno e outro de fala quando do surgimento de termos específicos das áreas científicas. Sobre a constituição do saber científico dentro do par, vale considerar a presença marcante de enunciados de definição, explicação e exemplificação, de modo a confirmar o *ethos* de especialista experiente, reconhecido entre seus pares, mas que utiliza diferentes estratégias discursivas que permitem diferentes níveis de aproximação com seu leitor.

Ao focalizarmos estratégias discursivas características do gênero entrevista impressa em páginas amarelas, em cenografia constituída de atores como jornalista e cientista, observamos que o saber científico articulado se constrói fundamentalmente pela presença virtual do co-enunciador que orienta também construção do interdiscurso. Neste sentido, os traços característicos do *ethos* de cada

um deles corrobora as coerções próprias do campo jornalístico, em especial aquelas do segmento de referência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. O emprego da metalinguagem em diálogos jornalísticos In PRETI, Dino *Diálogos na fala e na escrita* - São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, cap. 5, p. 155- 170.

AMOSSY, R. (org.) *Images de soi dans le discours Lausanne, Delachaux et Niestlé*, 1999

ANDRADE, M. L. C. V.O. Estratégias pragmático-discursivas e controle situacional em entrevistas In GALEMBECK, Paulo de Tarso (org.) *Dino Preti e seus temas: Oralidade, Literatura, Mídia e Ensino*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 97- 106.

AUTHIER-REVUZ, J. L'énonciateur glosateur de ses mots: explicitation et interprétation. *Langue Française*, 103, 91 – 102

_____. A encenação da comunicação no discurso de divulgação científica. In: *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, cap. 5, p. 107-131.

_____. *Entre a Transparência e a Opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Trad. Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

BAKHTIN, M; VOLOCHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

BAKHTIN, M M *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M M / MEDVEDEV, P.N. *The Formal Method in Literary Scholarship: a critical introduction to sociological poetics*. Trad. Albert J. Wehrle. Baltimore: John Hopkins, 1978.

BARROS, D. L. P. de *Entrevista: texto e conversação*. Anais do XXXIX Seminários do Gel, Franca: UNIFRAN, 1991, p. 254 -261.

_____. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias In PRETI, Dino (org.) *Fala e escrita em questão* - São Paulo: Humanitas, 2000, p. 57 - 77.

BEACCO, J.C. Trois perspectives linguistiques sur la notion de genre discursif. *Langages*, 153, mars, 2004, p. 109 - 119.

BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral*. Trad. Maria da Glória Novak e Luiza Neri. Revisão Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Cia. Nacional/ Edusp, 1966/1976.

BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRAIT, B. O processo interacional In PRETI, Dino (org.) *Análise de textos orais* - São Paulo: Humanitas, 1997, cap. 9, p. 189 - 214.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. Unicamp: Editora da Unicamp, 2004.

BUENO, W. C. *Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente*. 1984 Tese (Doutorado em Jornalismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAMPOS, P. C. *A entrevista no Jornalismo Literário Avançado*. Disponível em <www.observatoriodaimprensa.com.br> Acesso em: 20 de outubro de 2005.

CHARAUDEAU, P. Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*, 117. Paris: Larousse, mars, 1995.

CHAVES, C. O conhecimento sobre Jornalismo Científico: análise das tendências evidenciadas pela literatura acadêmica brasileira In: GUIMARÃES (org.) *Produção e Circulação do Conhecimento*: Estado, Mídia, Sociedade. Campinas: Pontes, 2001, cap. 11, p. 153-210.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

ERBOLATO, M. *Técnicas de codificação em jornalismo – redação, captação e edição no jornal diário*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

FÁVERO, L.L. O tópico discursivo In PRETI, Dino *Análise de textos orais*, São Paulo: Humanitas, 1997, cap. 2, p. 33 - 54.

FÁVERO, L.L.; ANDRADE, M.L.C.V.O. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas In PRETI, Dino *Estudos de língua falada* - São Paulo: Humanitas, 1998, p. 153 - 177.

FÁVERO, L.L. et alli Discurso e interação: a reformulação nas entrevistas. *Delta: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada* - São Paulo: EDUC, 1998, vol. 14, p.91 - 103.

FÁVERO, L.L.; AQUINO, Z. G. O. As perguntas na organização das entrevistas. *Revista da ANPOLL*, nº 4, 1998, P. 121 – 135

FÁVERO, L. L. A entrevista na fala e na escrita In PRETI, Dino (org.) *Fala e escrita em questão* - São Paulo: Humanitas, 2000, p. 79 - 97.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade In Brait (org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 161 – 193)

GARRETT, A. M. *A entrevista, seus princípios e métodos*. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

GAVAZZI, S. C. *Fechamentos em entrevistas*. Niterói: EdUFF, 1998.

GOFFMAN, E. *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

GREGOLIN, M. R. Bakhtin, Foucault, Pêcheux In Brait (org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 33 – 52.

GRILLO, S.V.C. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

_____. Esfera e campo In Brait (Org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 133 – 160.

GUIMARÃES, E. (org.) O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In: GUIMARÃES (org.) *Produção e Circulação do Conhecimento: Estado, Mídia, Sociedade*. Campinas: Pontes, 2001, cap.1, p. 13-20.

GUIMARÃES, E. (org.) *Produção e Circulação do Conhecimento: Política, Ciência e Divulgação*. Campinas: Pontes, 2003.

HILGERT, José Gaston Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In PRETI, Dino (org.) *Análise de textos orais*, São Paulo: Humanitas, 1997, cap.5, p. 103 - 127.

JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Editions de Minuit, 1963.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les intetactions verbales*. Paris : Armand Colin, 1990

LAGE, N. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

LIMA, Edvaldo Pereira *Páginas ampliadas – O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas: Unicamp, 1995.

LODI, João Bosco *A entrevista: teoria e prática*. São Paulo: Pioneira editora, 1971.

MARCUSCHI, Luiz Antonio *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

MEDINA, Cremilda de Araújo *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ROSSI, Clóvis *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MAINGUENEAU, D. *Approche de l'énonciation en linguistique française*. Paris : Hachette, 1981. p. 13 – 21 ; 97 – 109.

_____. *Elementos de lingüística para o texto literário*. Trad. Maria Augusta Bastos de Mattos; Revisão: Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1986 . p. 85- 102 .

_____. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas : Editora da Unicamp (1987/ 1997).

_____. *Pragmática para o discurso literário*. Trad. Marina Appenzeller. Revisão: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, (1990 /1996). p.89 – 113.

_____. *L'Analyse du discours*. Paris: Hachette, 1991. p. 88 – 168.

_____. *O contexto da obra literária*. Trad. Marina Appenzeller. Revisão: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995 p. 137 – 154.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002

_____. *Ethos, cenografia, incorporação*. Trad. Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. In AMOSSY, R. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

_____. *Discurso literário*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MELO, J.M. de Hipólito da Costa, precursor do Jornalismo Científico no Brasil. In GUIMARÃES (org.) *Produção e Circulação do Conhecimento*: Estado, Mídia, Sociedade. Campinas: Pontes, 2001, cap. 10, p. 125-152.

MOIRAND, S. Formas discursivas da difusão de saberes na mídia. *Rua -Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*, Campinas, SP, n. 6, p. 9-24, mar. 2000.

MORA, A. M. S. *A divulgação da ciência como literatura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

NÚCLEO JOSÉ REIS. Disponível em <<http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/index.htm>> Acesso em 29 set. 2005.

ORLANDI, E. P. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: GUIMARÃES (org..) *Produção e Circulação do Conhecimento*: Estado, Mídia, Sociedade. Campinas: Pontes, 2001, p. 21 – 30.

OSAKABE, H. *Sobre o discurso*. Série Estudos. Faculdades Integradas. Uberaba MG, 1979 p. 20 – 35

REVISTA Ciência Hoje. Disponível em < <http://cienciahoje.uol.com.br>> Acesso em: 28 set. 2005.

REVISTA Ciência e Cultura. Disponível em <<http://cienciaecultura.bvs.br/revistas/htm>> Acesso em 29 set. 2005.

SANTOS, V. L. S. O.de *João Ribeiro como Jornalista Científico no Brasil (1895-1934)*. Tese (Dissertação de Mestrado), ECA/USP, São Paulo, 1981.

SHAMOS, M The Lesson Every Child Need not Learn. *The Sciences*, v. 28, n.4, p. 14 -20, jul- ago 1988.

SILVA, T. D. Jornalismo e divulgação científica. *Rua – Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*, Campinas, SP, n. 8, p. 129 – 146, 2002.

VAN DIJK, T Structures of discourse and structures of power. In: Anderson, J. *Communication Yearbook*. California: SAGE Publication, 1989, p. 18 -59.

VOGT, C Ciência, divulgação e leitura. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, SP, n. 100, p.60. jun. 2004.

ZAMBONI, L. M. S. *Cientistas, jornalistas e divulgação científica*. Campinas: Autores Associados, 2001.